

WLADIMIR POMAR

RASGANDO A CORTINA

2ª edição
São Paulo, 2010

Página 13

Copyright®
Wladimir Ventura Torres Pomar

Coordenação editorial
Valter Pomar

Projeto gráfico
Cláudio Gonzalez

Diagramação
Sandra Luiz Alves

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| E AGORA? | 5 |
| A TRAVESSIA DO MURO DERRUBADO | 11 |
| Socialismo deteriorado | 12 |
| À procura do mercado | 14 |
| Esperando ajuda | 16 |
| As incertezas atemorizam | 18 |
| Perigo de implosão | 21 |
| A esperança do mercado social | 24 |
| Socialismo execrado | 26 |
| Onde a prática começou | 28 |
| Águia em mutação | 31 |
| A REALIDADE SOCIALISTA | 35 |
| Ideologia da escassez | 35 |
| Ócio prematuro | 40 |
| Obsoletismo tecnológico | 44 |
| Polarização social | 52 |
| Discórdias | 55 |
| A ficção democrática | 57 |
| A NEGAÇÃO DA HISTÓRIA | 61 |
| O pecado original | 62 |
| Os bodes expiatórios | 65 |
| Memória apagada | 70 |

| | |
|---|------------|
| A ILUSÃO DOS INOCENTES | 79 |
| A imagem do mercado | 81 |
| Pluralismo autoritário | 85 |
| A ética dos mais fortes | 87 |
| | |
| DESPERTANDO PARA UM SONHO REALISTA | 91 |
| | |
| ANEXOS | 95 |
| Alemanha: temores de novos pesadelos | 97 |
| Polônia: a solidariedade partida | 105 |
| Checoslováquia: o país dos castelos | 109 |
| Hungria: planícies sem fim | 113 |
| Iugoslávia: mosaico quebrado | 116 |
| Bulgária: a Trácia de Espartaco | 121 |
| Romênia: latinos entre eslavos | 124 |
| URSS: o país que foi dos soviets | 127 |
| Albânia: as montanhas de Skanderbeu | 135 |
| | |
| SOBRE O AUTOR | 139 |

E AGORA?

O socialismo morreu, a luta de classes findou, o imperialismo sumiu, o sonho acabou. E também tem gente que anuncia o fim da História, com um novo tempo em que o capitalismo será eterno. Só resta perguntar, como um poeta: e agora?

Não será fácil responder. Nas telas coloridas das televisões e dos cinemas o capitalismo aparece com uma roupagem dourada, deslumbrante. A cada dia mostram, casa adentro, a opulência e a riqueza da Europa e do Japão para demonstrar como será o futuro do mundo dominado pelo capital. E, ao contrário, mostram o socialismo pelas filas de Moscou, pelos ciganos maltrapilhos da Romênia e pelas cidades poluídas da antiga Alemanha Democrática. Apresentam o socialismo como uma utopia sem futuro.

É natural que, com isso tudo, as coisas sejam vistas de forma embaralhada. A queda do Muro de Berlim, a vitória eleitoral das forças de direita na Hungria, Alemanha e Iugoslávia, as guerras étnicas na União Soviética, a escassez de alimentos em Moscou e Leningrado, tudo acontece com muita rapidez e de modo confuso, atrapalhando o raciocínio.

Parece bem mais simples aceitar a tentativa capitalista de impor-se como superior e eterno, identificar-se com paz e

democracia e proclamar-se campeão da liberdade. Ou encarar como coisa natural, como ações para civilizar selvagens, a invasão americana de Granada e do Panamá e a pretensão americano-européia de constituir-se outra vez como polícia do mundo, desencadeando a guerra no Golfo Pérsico.

Mas o mais simples nem sempre é o certo. Não se pode esquecer a história trágica do capitalismo. Não é possível desviar os olhos da dura existência da maior parte do mundo e maravilhar-se com a Europa ou o Japão desenvolvidos, como se eles fossem o paraíso que todos podem alcançar.

Por isso me propus mergulhar na realidade do socialismo na Europa, ver com os próprios olhos o que está ocorrendo. Resgatar seu custoso processo de construção econômica, social e política, os avanços conquistados, questionando a versão de que o socialismo morreu.

Empreendi, juntamente com Rachel Pomar, uma extensa viagem pelos chamados países socialistas da Europa. Fizemos entrevistas, conversamos com ativistas políticos, jornalistas, trabalhadores; e presenciamos, entre outras coisas, a anexação monetária da Alemanha Democrática pela Alemanha Federal, as “Cidades da Verdade” na Bulgária, acampamentos de sem-teto em Moscou e a greve de fome de um operário do Partido Sindicalista-Anarquista em Leningrado.

Reunimos documentos, publicações e informações de todos os tipos. E penso dividir minhas observações com os interessados neste debate que diz respeito ao futuro da própria humanidade.

Neste texto — o primeiro de uma coleção de três livros sob o título geral de *A Crise do Socialismo* — pretendo dar um panorama geral do que pude ver, ouvir e sentir. Nos seguintes, penso desenvolver, de modo mais detalhado, os temas que mais se destacam no processo que aqueles países atravessam.

Tais textos não serão neutros. Por mais dura que seja minha condenação aos erros, irracionalidades, defeitos e crimes cometidos naqueles países ao tentarem trilhar um novo caminho social, continuo defendendo o socialismo. Nem mesmo me refúgio na enganosa suposição de que o que foi construído não foi socialismo, mas uma forma disfarçada de capitalismo. Em qualquer país do mundo, a maioria das pessoas aceita como socialismo, e não outro, o sistema econômico, social e político implantado na União Soviética, Polônia, Checoslováquia, Alemanha Democrática, Hungria, Iugoslávia, Albânia, Bulgária e Romênia.

Eram socialistas e comunistas as pessoas que dirigiram o processo de transformação e construção de uma outra sociedade naqueles países, assim como socialista era o sistema que afirmavam estar implantando. E iniciar o exame dessas sociedades considerando que não são socialistas, embora não-capitalistas, pode aliviar consciências, mas ajuda muito pouco para o entendimento do que ocorre. Por isso, procurarei enfrentar o desafio de examinar o fracasso de tal tipo de socialismo e buscar as perspectivas de um novo, partindo da afirmação de serem socialistas aqueles países.

No centro da crise do socialismo está colocado o problema de combinar o crescimento econômico com o atendimento das crescentes necessidades materiais e culturais da população, proporcionando-lhe, ao mesmo tempo, maiores liberdades coletivas e individuais e participação nas decisões do Estado. Para resolver esse problema teremos que ir mais fundo no estudo das condições históricas que levaram aqueles países a seguir descaminhos.

Isso é tanto mais necessário porque a situação em que vivem dois terços da humanidade os empurra diariamente para a luta de classes e a liquidação da exploração e opressão capi-

talistas. Embora os canhões da propaganda ocidental falem sem parar da morte do socialismo, a vida miserável da grande maioria da população da Terra sob o capitalismo recoloca constantemente em seu horizonte justamente a conquista do socialismo.

Bem vistas as coisas, o socialismo não gerou situações e distorções desconhecidas do capitalismo. Burocratismo, ineficiência, despotismo, corrupção, escassez, desperdício, roubo, gangsterismo etc. — são flores mal cheirosas que encontraram no capitalismo adubo fértil para florescerem. O tipo de socialismo implantado no Leste Europeu demonstra seu fracasso precisamente por não haver conseguido evitar a reprodução de tais flores. E, ainda por cima, por não ter tido a competência de desmascarar a habilidade com que o capitalismo esconde seu mal cheiro com o uso de perfumes sofisticados, enganadores e mistificadores.

O tipo de capitalismo existente no fim do século passado e hoje predominante na América Latina, Ásia e África não pode ser igualado ao capitalismo desenvolvido da Europa e do Japão, mostrado como exemplo de sucesso. O capitalismo é um desastre social na maioria dos países do mundo. Mesmo nos Estados Unidos, ainda considerada a maior potência capitalista, enfrenta um declínio. Apesar de possuir mais de quinhentos anos de existência, o capitalismo só proporcionou riqueza e opulência a algumas poucas áreas do mundo e a uma minoria dos habitantes da Terra.

O tipo de socialismo atualmente existente, que vive uma crise real, também não pode ser igualado ao socialismo pluralista e democrático que almejamos. Mesmo assim, com somente setenta anos de existência, o pior dos socialismos foi capaz de eliminar as formas mais agudas de miséria e garantir o essencial para a vida de toda a população. Enquanto

isso, o melhor dos capitalismos só foi capaz de criar um oásis de abundância e bem-estar às custas do imenso oceano de miseráveis e famintos da África, Ásia e América Latina.

Por tudo isso, na disputa entre o capitalismo e o socialismo, estou com o socialismo. Embora convencido de que o tipo de sistema vigorante no Leste Europeu está superado, continuo confiante de que o socialismo pode ser construído por outros caminhos e é o sistema que pode conduzir a humanidade a livrar-se das desigualdades e da opressão.

A TRAVESSIA DO MURO DERRUBADO

Em junho de 1990, antes de atravessar o muro derrubado em Eisenach, no que até há pouco tempo era a fronteira entre as duas Alemanhas, viajamos pelo norte da França, Bélgica e centro-oeste da Alemanha Federal. Sempre de carro, fazendo entrevistas e contatos em cidades como Paris, Bruxelas, Bonn, Dusseldorf e Frankfurt-an-Main. Ou saindo das vias expressas para conhecer a zona rural e pequenas cidades como Limburg, Wetzlar, Weilmunster e outras.

Pudemos vislumbrar a futura Europa unida, com sua pujança e riqueza, um padrão de vida inigualável que consegue manter até mesmo seus milhões de desempregados — mais de 6 milhões na ocasião — num razoável nível de subsistência. Comprovamos o cuidado no tratamento do meio ambiente, na conservação das cidades e vilas e no atendimento às necessidades sociais.

Mas pudemos comprovar, do mesmo modo, que o ambiente devastado pelo capitalismo selvagem do passado é recuperado através da exportação das indústrias poluidoras para outros países de dentro e de fora da Europa. Os dejetos nucleares da Alemanha Federal, segundo um acordo econômico entre as duas partes, eram depositados na Alemanha Demo-

crática, uma contribuição inigualável para a devastação do meio ambiente no lado oriental. As siderúrgicas ultrapassadas são reinstaladas em países da África e América Latina. Por essas e outras informações pudemos compreender como o alto padrão de desenvolvimento europeu só pode ser construído e só pode se manter com a persistência de um sistema internacional em que os trabalhadores dos países periféricos são obrigados a contribuir com uma parte substancial de seu trabalho. Em outras palavras, o capitalismo só consegue ser civilizado nos países centrais exportando seu lado selvagem para a periferia.

Mesmo tendo tudo isso em consideração, a entrada no território da antiga República Democrática Alemã não deixou de ser chocante.

Socialismo deteriorado

O que chocou não foi a ausência completa de guardas fronteiriços, demonstrando que o processo de anexação da República Democrática pela República Federal estava em pleno curso. Foi, principalmente, o contraste de padrões. A *free shop* do lado oriental da fronteira mais parecia uma mercearia de beira de estrada em alguma parte do interior brasileiro. Os telefones não funcionavam e o asfaltamento da via expressa que liga Eisenach a Leipzig apresentava uma queda acentuada de qualidade.

No rumo de Leipzig passamos por Gotha, Erfurt, Weimar — cidades históricas — e por Zeitz. São cidades bonitas, mas em lastimável processo de deterioração. Os prédios, em péssimo estado de conservação, eram as evidências de uma aparentemente incompreensível negligência social. Os campos, totalmente cultivados, alguns em adiantado trabalho de co-

lheita, permitiam a sobrevivência de pequenos bosques em algumas poucas áreas. Raros postos de serviço atendiam aos automobilistas nas estradas.

Leipzig é uma grande cidade do Leste alemão. Reconstruída após a guerra, sua conservação também estava longe do desejável. O comércio, aguardando a anexação monetária pela Alemanha Federal, apresentava escassez de quase tudo. Não adquiria mais nada das indústrias e cooperativas agrícolas da República Democrática, enquanto estocava produtos de embalagens mais vistosas, provenientes da Alemanha Federal, a serem comercializados após o dia 1º de julho, data da unificação monetária. Caminhões das cooperativas e ambulantes atendiam diretamente aos consumidores já com os preços majorados, embora ainda recebendo em marcos orientais.

De Leipzig a Berlim foi um pulo, apesar da via expressa apresentar a mesma qualidade inferior. Berlim Leste, com suas largas avenidas, estava melhor cuidada. Seus prédios encontravam-se razoavelmente conservados e as praças constituíam um permanente convite ao passeio e ao descanso. A Alexanderplatz, coração de Berlim Leste, fora transformada num grande mercado ao ar livre, com ambulantes e vendedores de todos os tipos e procedências. A corrida aos produtos ocidentais fazia a festa. Do mesmo modo que no Portão de Brandemburgo, ao lado do famoso Reichstag, já aberto e dando passagem livre entre as duas Berlins, camelôs vendiam pedaços do Muro e uniformes de soldados e oficiais soviéticos repatriados.

A anexação monetária e o desejo de alcançar rapidamente o padrão de vida dos alemães-ocidentais eram a grande expectativa e o sonho da maioria da população oriental. Embora pairassem no ar algumas incertezas — primeiras notícias de desemprego, antigos proprietários pretendendo reaver suas terras, casas e indústrias, preços se elevando — a esperança

e a propaganda de uma futura vida melhor predominavam. Os alemães do Leste, à espera da opulência do Oeste, rejeitavam o socialismo e impunham à esquerda o reconhecimento de que o sistema que tentaram implantar fracassara.

Essa sensação de fracasso e desamparo da esquerda alemã foi angustiante. Os erros — para não falar de crimes — foram de uma irracionalidade tão gritante que é difícil acreditar que tenham sido cometidos e por tanto tempo. A travessia do muro derrubado foi o doloroso contato com o socialismo em processo de deterioração.

Mesmo assim rumamos para leste, para Frankfurt-am-der-Oder, na fronteira com a Polônia, a famosa linha Oder-Neisse que resultou da redivisão territorial da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Uma cidade animada, bem mais cuidada que as outras por onde passamos na Alemanha Democrática, preparou nosso espírito para ingressar na problemática terra polonesa.

À procura do mercado

Para surpresa nossa, as estradas polonesas eram de qualidade superior as da Alemanha Democrática: melhor asfaltadas, mais bosques laterais, mais postos de serviço e mais restaurantes e motéis, embora abaixo da necessidade. Não foi fácil encontrar local para o pernoite.

Surpresa também foram as casas de campo bem cuidadas em especial nos trechos mais próximos das cidades maiores (Poznan, Varsóvia), em contraste com a conservação negligente dos prédios urbanos. E a presença da religiosidade, massiva, exteriorizada não só pelas inúmeras torres bizantinas das igrejas, mas principalmente pelos oratórios que se sucedem a frente dos sítios e casas nas estradas e pequenas cidades rurais.

Varsóvia espanta pelas avenidas largas e extensas e pelos parques arborizados na parte central da cidade e as margens do Vístula. Quase completamente destruída pela guerra, sua reconstrução a tornou uma cidade relativamente moderna, com um tráfego bastante intenso e um comércio ativo. Nas calçadas da avenida Marszalkoska, onde se encontram as maiores lojas de departamento da capital polonesa, os camelôs vendiam de tudo, inclusive produtos estrangeiros.

O contato com cambistas de moedas conversíveis foi inevitável. Eles abordavam tranquilamente qualquer estrangeiro em plena rua, oferecendo bem mais zlots (a moeda nacional) do que o câmbio oficial. O marco forte, alemão-ocidental, era a moeda mais procurada, na mesma proporção em que a língua alemã é a segunda língua mais falada na Polônia.

Com uma inflação alta — mais de 1.000% anuais — e as voltas com um choque econômico que estava causando quedas consideráveis no nível de emprego e no poder aquisitivo, a Polônia voltava a se confrontar com nova crise política. Divergências dentro do Solidariedade espelhavam a crescente divisão na sociedade quanto ao tipo de mercado e de democracia a serem implantados no país.

De todos os países do Leste Europeu, talvez a Polônia seja aquele que apresenta uma história mais complexa quanto à tentativa de implantação do socialismo. A maior parte de sua indústria tinha sido estatizada, mas parcelas consideráveis da economia foram conservadas em mãos de proprietários individuais e familiares. A agricultura, em particular, permaneceu fundamentalmente em poder dos pequenos produtores. Por outro lado, as lutas periódicas e mesmo insurreições de trabalhadores contra as altas dos preços e por melhorias salariais foram responsáveis por mudanças diversas no governo e na cúpula do partido que monopolizava o poder (Partido

Operário Unificado da Polônia), em grande medida impedindo a cristalização da burocracia.

O socialismo polonês apresentava, assim, diferenças acentuadas em relação ao alemão. Apesar disso, porém, nenhuma força política o aceita na forma como foi tentado. E como na Alemanha, a expectativa do cidadão médio é que a economia de mercado tire o país da crise econômica, liquide a inflação e traga à Polônia a mesma opulência da Europa Ocidental. Exemplos de economias de mercado a serem seguidos são a Suécia, Finlândia, Alemanha e França. Para o polonês médio, o resto, o mundo da fome e da miséria, não existe, não passa de invencionice do antigo regime comunista.

Por isso os poloneses não têm medo do capitalismo selvagem, desconhecido pelos meios de comunicação da atualidade. Seus medos são outros. São as pretensões territoriais alemãs, o nacionalismo germânico nos Sudetos e as incertezas quanto ao futuro da União Soviética. Entalada entre dois ursos — o alemão e o russo — a Polônia sempre relembra as lições trágicas da história: sua tranquilidade depende em grau considerável da estabilidade dessas potências.

Foi com a sensação dessa intranquilidade que nos dirigimos para a Checoslováquia, passando por Cracóvia e por uma série de pequenas cidades da Silésia polonesa, região cuja beleza merece estar emoldurada em cartões postais.

Esperando ajuda

O controle fronteiriço para ingressar na Checoslováquia foi meramente formal. Geograficamente estávamos na mesma Silésia rica em carvão e minérios, só que bem mais industrializada. E também muito mais poluída, embora isso não chegasse a empanar a beleza do vale do rio Moravitz e dos

campos plantados com trigo, beterraba e outras culturas de verão. Uma sucessão de castelos encarapitados em penhascos relembra o passado feudal desse país que foi um dos mais industrializados da Europa no período anterior à Segunda Guerra Mundial.

Ainda hoje um dos países economicamente mais avançados do Leste, a Checoslováquia enfrenta, apesar disso, o problema da escassez de bens de consumo durável e a limitação dos serviços. Encontrar algum lugar nos restaurantes existentes era uma dificuldade que se agravou com a enxurrada de turistas estrangeiros que passaram a encher as ruas e hotéis de Praga, Karlovy Vary e outras cidades checas e eslovacas famosas por sua arquitetura e balneários medicinais.

Como os poloneses, os checos também queriam viajar ao exterior. Sem entraves para tirar passaporte, faziam filas extensas e demoradas nas embaixadas de países como os Estados Unidos e Canadá. E começavam a descobrir que o passaporte não era o único nem último obstáculo. Obter um visto de entrada naqueles países, que antes parecia tão fácil, tornou-se uma maratona extenuante. Depois era preciso comprar os dólares, ou marcos, ou francos: o novo governo limitou a compra oficial em cinquenta dólares ou oitenta marcos, o que não dava e não dá para as despesas do primeiro dia em qualquer cidade ocidental. Os doleiros, pertencentes a todas as nacionalidades, infestavam as ruas de Praga, mas eram a salvação de quem estava munido de visto e pronto para viajar.

Esses, sem dúvida, eram os problemas menores que checos e eslovacos enfrentavam. A reorganização de sua indústria, a manutenção da unidade nacional e a consolidação da democracia são bem maiores. E, como na Alemanha e na Polônia, havia um sentimento generalizado de que a economia de mercado é a panacéia para os problemas econômicos e per-

mitirá que o padrão de vida do povo chegue automaticamente e a curto prazo ao nível alemão-ocidental ou sueco.

É verdade que esse sentimento se chocava mais e mais com o avanço da realidade, o surgimento do desemprego, o encarecimento do custo de vida, a especulação imobiliária e o crescimento vertiginoso da criminalidade. A ajuda ocidental, tão esperada e cultuada como o grande instrumento de transição da economia centralizada para a economia de mercado, também ia aparecendo como algo subordinado às leis do mercado. E alguns já se perguntavam se a privatização e a venda de empresas ao capital estrangeiro não iriam quebrar a soberania nacional.

Mesmo assim, todos pretendiam integrar-se à nova Europa unida. Embora, a rigor realizassem um movimento de sentido contrário, separatista. Eslovacos e morávios, as duas outras nacionalidades que, junto com os boêmios (checos), formam a Federação Checoslovaca, reivindicavam independência. Velhas rivalidades ressurgiram e serviam de plataforma nas disputas eleitorais, levando aos parlamentos locais e federal representantes de sentimentos reacionários, egoístas e corporativistas.

Na prática, apesar de todo mundo se apresentar como democrata, não eram poucos os que demonstravam a vontade de aplicar os mesmos métodos totalitários que antes os comunistas utilizavam. Só que agora contra estes e os socialistas.

As incertezas atemorizam

As estradas húngaras são regulares. E como na Polônia e Checoslováquia, chamam a atenção as torres bizantinas das igrejas que se podem avistar em todo o percurso. Indo da fronteira eslovaca para a capital, Budapeste, passamos por Győr, uma cidade média bem cuidada e com vida industrial e co-

mercado dinâmico, sob a influência da proximidade com a Áustria e a Checoslováquia.

Budapeste tem um brilho todo especial. Apesar do calçamento irregular de suas ruas e avenidas e da conservação também irregular de seus prédios, sua vida econômica apresentava um dinamismo superior ao das capitais do Leste anteriormente visitadas. As lojas comerciais apresentavam um sortimento variado de mercadorias nacionais e estrangeiras e o movimento era intenso. A grande sensação do momento era a Loja Adidas, onde se formavam filas imensas para a compra de tênis. E ainda que existissem alguns *fast food* espalhados pelo centro da cidade, o Mac Donalds estava permanentemente abarrotado.

A Hungria havia quebrado a rigidez de sua economia centralizada desde 1968, passando a combinar planejamento econômico com mecanismos de mercado. Com isso conseguiu melhorar sensivelmente o abastecimento de bens de consumo, inclusive duráveis. Mas exagerou na contratação de empréstimos externos ocidentais e não conseguiu resolver alguns gargalos existentes na grande indústria estatizada e na agricultura. Apesar de sua produtividade não ser das piores – as cooperativas agrícolas húngaras, por exemplo, eram das mais rentáveis e produtivas da Europa – seu ritmo de crescimento se mostrou muito lento.

Mais grave é que demorou demasiadamente a ampliar os mecanismos de democracia política. Mesmo que o governo Kadar, que comandou a vida política húngara de 1956 a 1988, não tenha se caracterizado por perseguições e repressões, o monopólio exercido pelo antigo Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaros (PSTH) tornou-se incompatível com a diversidade da vida econômica e social que vinha sendo implantada.

Esse tipo de socialismo, embora mais flexível do que o existente nos demais países visitados, também foi rejeitado nas primeiras eleições em que os húngaros tiveram oportunidade de manifestar suas preferências. Hoje a Hungria tem um governo nitidamente de centro-direita, trabalhando de modo consistente para escancarar as portas do país ao capital ocidental, privatizar praticamente toda a economia e liquidar até mesmo as cooperativas eficientes. Os antigos latifundiários e os proprietários fascistas, que foram obrigados a fugir no fim da guerra por sua colaboração com os nazistas, reivindicam o que foi seu.

Apesar do sentimento generalizado na população em adotar mecanismos mais amplos de mercado, a exemplo da Alemanha Ocidental e França, para chegar mais rapidamente aos níveis de bem-estar daqueles países, as dificuldades mostravam-se maiores do que o esperado. A ação e pressão dos aristocratas do passado pré-guerra, o crescimento dos preços, o desemprego, o aumento da criminalidade, a atividade desenvolvida do mercado paralelo de moedas e do contrabando, tudo isso atemorizava os húngaros de forma crescente e aumentava suas incertezas quanto ao futuro.

Mas a vida continuava e o lago Balaton, cem quilômetros ao sul de Budapeste, com suas águas tépidas e seus peixes saborosos, era um convite ao lazer. Servido por boas rodovias e por trens, as duas margens mais extensas do lago são pontilhadas de pequenas cidades que se parecem muito com o litoral norte paulista. Placas em todo o percurso ofereciam quartos e apartamentos em alemão, inglês, francês, italiano e magyar, é claro. E nas margens gramadas do lago o *topless* era praticado com muita naturalidade por mulheres jovens, maduras e velhas, sem distinção.

Dai para a fronteira iugoslava, pouco mais de cinquenta

quilômetros, foi um salto. Em Latenye, onde fica o posto fronteiro, os guardas húngaros falavam espanhol, uma coincidência que não deve acontecer a todo momento.

Perigo de implosão

Entramos na Iugoslávia através da Croácia, uma de suas seis repúblicas nacionais. No caminho para Zagreb, a capital croata, impressiona o verdadeiro *boom* de construções nas pequenas cidades atravessadas pela estrada. Pudemos constatar, depois, no restante da viagem, que essa febre de construção de moradias rurais se estendia a todo o país.

O padrão de vida dos camponeses é evidentemente alto e parece que as últimas safras deram bons resultados. Cruzamos com máquinas agrícolas de todos os tipos, na colheita e no transporte de produtos. As pilhas de melancias e abóboras à venda na beira das rodovias tornaram-se imagens constantes.

Na entrada de Zagreb nos deparamos com uma carreta da União Democrática Croata, um movimento nacionalista que está ressuscitando não só a antiga bandeira monárquica, mas também vários dos lemas que levaram setores dessa nacionalidade a apoiar os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Cidade com jeito de metrópole, Zagreb é bem cuidada, apresenta uma vida econômica ativa e o gosto pelos bares com mesas ao ar livre. Aí se pode tomar tranquilamente um chope ou um café turco. Já a via expressa que liga Zagreb a Belgrado parece uma estrada implantada no deserto, pelo menos no verão. Apesar dos extensos milharais em ambos os lados das pistas, dos postos de serviços, inclusive acoplados a restaurantes (coisa rara no leste europeu), que se sucedem com boa regularidade, a estrada não possui nenhum *parking* com árvores que protejam do sol abrasador. Chegar a Belgrado é quase chegar a um oásis.

Mas aí o nacionalismo bate como uma pedrada. As placas das ruas são todas em cirílico, o alfabeto empregado pelos sérvios. Os idiomas eslavos (checo e polonês) e o magyar são difíceis, mas seu alfabeto latino ajuda pelo menos a orientação. Podíamos não saber o significado de Stare Miasto, Staro Mesto e Szabadság hid, mas podíamos encontrar esses nomes nas plantas urbanas e placas. Com o alfabeto cirílico, o estrangeiro ambientado nas letras latinas vê-se diante de uma charada a decifrar, obrigando-se a aprender rapidamente a correspondência entre os dois alfabetos para não ficar completamente perdido.

Mesmo assim, Belgrado é uma cidade simpática, bem servida de transportes, bares, restaurantes, supermercados e lojas, inclusive as *duty free shops* com mercadorias estrangeiras. Os iuguslavos, em geral são altos e andam bem vestidos. Os habitantes desse país, porém, não se consideram iuguslavos. Eles são eslovenos, croatas, sérvios, montenegrinos, macedônios, herzegovinos ou albaneses kosovinos e querem que a sua nacionalidade conste do passaporte, em lugar de iuguslavos.

Pior: eslovenos e croatas odeiam os sérvios e vice-versa. Carros de Belgrado (Sérvia) são apedrejados em Kosovo e os sérvios boicotam os produtos eslovenos. Antigas rixas étnicas tendem a desagregar esse país que seguiu um caminho socialista próprio, com base na autogestão e na descentralização nacional e cujos problemas econômicos não são dos mais graves.

É verdade que a hegemonia sérvia e a centralização política em questões chaves, como segurança, defesa etc., na prática reproduziram métodos empregados nos demais países socialistas. O democratismo exagerado nas unidades produtivas de autogestão, por outro lado, as impediu de se modernizar e responder às exigências impostas pelos próprios mecanismos de mercado adotados. Mas o que sobressai é a disputa nacionalista.

No caminho para a fronteira búlgara passamos por Sarajevo (capital da Boznia-Herzegovina), onde foi assassinado o arquiduque Francisco Ferdinando, da Áustria, crime que serviu de pretexto e estopim para a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Visitamos o litoral do Mar Adriático, seguindo pela Jadranska Magistrala (Rodovia do Adriático) e passando por Dubrovnik e uma série de cidades a beira-mar com um movimento intenso de veranistas de todas as nacionalidades. O Festival de Verão de Dubrovnik transforma a antiga fortaleza do século VII numa festa permanente, com grupos musicais e de teatro apresentando-se nas praças, restaurantes e hotéis.

Para chegar a Kriva Palanka, perto da fronteira búlgara, foi preciso ainda passar por Titograd, capital de Montenegro, Pristina, capital da região albanesa de Kosovo, e Skopie, capital da Macedônia. Todas são cidades surpreendentemente modernas, com largas avenidas, prédios de linhas avançadas e grandes parques. Enquanto Montenegro é uma região montanhosa e acidentada (a estrada serpenteia quase todo o tempo por gargantas estreitas entre montanhas), Kosovo é um planalto fértil, com plantações que se sucedem e intensa atividade agrícola. Na Macedônia voltamos a enfrentar acidentes geográficos, embora Skopie, reconstruída depois de um terremoto que a destruiu quase completamente, esteja num extenso planalto.

Na fronteira com a Bulgária, mais uma amostra das rivalidades nacionais que afetam esses povos. Os iuguslavos alegam que a região búlgara do Pirin pertence a Macedônia e incentivam movimentos separatistas. Os búlgaros reagem e transformam o controle no posto fronteiriço num demorado e exaustivo movimento de inspeção que reforça a postura burocrática dos agentes fronteiriços e aduaneiros.

A esperança do mercado social

Excetuando o problema com a região do Pirin, a rigor a Bulgária não enfrenta questões nacionalistas. Seus problemas são de outra ordem. Apesar de haverem introduzido mudanças econômicas que permitiram um certo desenvolvimento na década de oitenta, os dirigentes búlgaros teimaram na linha de crescimento prioritário da indústria pesada, que conduziu a construção de plantas industriais superiores à capacidade energética e de recursos primários do país. Além disso, deram pouca atenção à tecnologia de ponta e à reciclagem tecnológica de sua economia, criando gargalos em vários setores.

Mesmo assim, até 1989 a Bulgária não havia enfrentado problemas crônicos de abastecimento de produtos básicos para a vida da população. É verdade que havia dificuldades para conseguir bens de consumo durável, mas isso não se tornara ainda motivo de grandes reclamações. Porém, os acontecimentos políticos de 1989 (queda do antes todo poderoso Todor Jivcov, abertura ao pluripartidarismo, convocação de eleições livres para um novo parlamento constituinte) e as incertezas quanto às consequências da adoção da economia de mercado, causaram uma verdadeira síndrome.

Acostumada aos preços estáveis e a uma demanda reprimida de muitos anos, o que lhe permitia uma razoável poupança doméstica (estimada por alguns economistas búlgaros como equivalente a toda a produção do país em um ano), a população passou a consumir tudo o que podia, independentemente de suas necessidades. Isso conduziu a escassez acentuada de uma série enorme de produtos. Quem viveu o Plano Cruzado no Brasil tem uma leve idéia do que se trata.

A pressão por reformas econômicas, sociais e políticas também se tornou irreversível na Bulgária. Como nos demais países

do Leste Europeu, a miragem da opulência e do bem-estar da Europa central encheu os olhos da maioria dos búlgaros. Aproveitando o novo clima de liberdade, a oposição realizou uma campanha de vulto pelo retorno do capitalismo, dando destaque absoluto aos aspectos negativos do passado socialista.

Apesar de tudo, os comunistas búlgaros, que mudaram de nome passaram a chamar-se socialistas, venceram as eleições por larga margem de votos. Levando vantagem por haverem dado início as reformas, tanto na sociedade quanto em seu próprio partido, mantiveram ainda um forte apelo junto à população por defenderem a introdução de mecanismos de mercado que não destruíssem as conquistas sociais. Até onde isso será possível não é fácil dizer, em particular porque a dívida externa búlgara é muito pesada. De qualquer modo não deixa de ser interessante verificar que as forças oposicionistas exageraram a dose e que a população reconheceu conquistas que não quer alienar. A esperança de um mercado social prevaleceu.

A Bulgária apresenta condições interessantes. Possui uma agricultura razoavelmente desenvolvida e estradas regulares. Algumas regiões microclimáticas permitem o cultivo especializado de uvas e rosas, cujas pétalas servem para a produção de perfumes. Os sítios arqueológicos, em que se encontram ruínas de antigas cidades trácias dos primórdios da humanidade no ocidente, e o belo litoral do Mar Negro, são muito favoráveis ao turismo. A arquitetura medieval de Veliko Tarnovo, no centro do país, contrasta com a modernidade de Varna, porto e região de veraneio do Mar Negro onde se encontram as famosas Areias Douradas (Zlatni Pjasaci), que combina praias de mar com fontes sulfurosas.

De qualquer modo, os búlgaros reconheciam que não será fácil reciclar a economia e abrir os gargalos que a sufocam. A indústria é obsoleta e poluidora (grande parte dos progra-

mas de televisão eram dedicados as denúncias de agressão ecológica) e os canais de abastecimento estão burocratizados. Todos reclamavam da mão-de-obra e dos salários incompatíveis com os preços internacionais, mas poucos reconheciam que os preços, muito baixos, também não estavam ajustados à paridade externa.

Difícil também será a política. A oposição não aceitava a derrota (parece que para ela a democracia só existe quando os socialistas perdem) e tentava desestabilizar o novo governo. Mesmo assim tínhamos a impressão de que os problemas búlgaros eram menores do que os da Romênia, para onde seguimos depois de deixar para trás a cidade de Ruse, à beira do Danúbio, e atravessar a ponte rodo-ferroviária que liga os dois países.

Socialismo execrado

O Danúbio, que nasce na Alemanha e atravessa parte da Checoslováquia, Áustria, Hungria e Iugoslávia, banhando capitais importantes como Viena, Budapeste e Belgrado, funciona como linha fronteira entre a Bulgária e a Romênia, desembocando na costa do Mar Negro. Os postos fronteiriços de ambos os lados do rio são congestionados. Motivo: essa é a principal passagem dos romenos que se espalham pelos países da Europa e, voltando pela rodovia que liga a Turquia à Europa Central, trazem todo tipo de mercadoria para vender em Bucareste e outras cidades do país.

O caminho até Bucareste é razoável e a viagem rápida. Bucareste mesmo tem jeito de metrópole. Seus prédios estavam razoavelmente conservados, embora os mais próximos da antiga sede do governo estivessem esburacados de balas de metralhadora ou incendiados, lembrando a revolta de dezembro de 1989. Os prédios de vários partidos políticos, de

diferentes matizes ideológicas, das embaixadas e dos departamentos governamentais ainda se encontravam protegidas por guardas do exército, mas o movimento das pessoas nas ruas era tranquilo.

Na praça da Universidade — rebatizada Piata Tien An Men II — bem no centro da cidade, reuniam-se permanentemente grupos anticomunistas para debater e manifestar-se. Havia escassez de tudo, embora nas zonas rurais e no litoral essa situação não fosse tão grave. As pessoas andavam permanentemente com sacolas nas mãos para aproveitar qualquer oportunidade de compra.

Na Romênia, talvez mais do que em qualquer outro país socialista do Leste Europeu, criou-se a cultura de ganhar sem precisar trabalhar. A frase que aparece comumente na imprensa ocidental para caracterizar esse sistema — “eles fingem que nos pagam e nós fingimos que trabalhamos” — é verdadeira somente em parte. Na realidade, o Estado garante a todos o pagamento, enquanto muitos nem sequer fingem trabalhar.

Além disso, também em maior grau do que as demais, a economia romena sofre de distorções estruturais sérias: superdimensionamento da indústria pesada, estatização exagerada de todos os ramos, sub-dimensionamento da indústria leve e canais de comercialização deficientes.

A maioria dos romenos concorda que essa economia necessita de reestruturação completa através da adoção de mecanismos de mercado. Uma parte não desprezível só vê salvação na ajuda ocidental, embora esta tenha ficado mais difícil do que nunca. O capital ocidental está voltado para outras áreas que lhe oferecem maiores oportunidades de lucros e a vitória da Frente de Salvação Nacional, acusada de ser a continuidade do regime comunista de Ceausescu, retirou o pouco atrativo que ainda restava.

A estabilidade política continuava muito problemática, já que a oposição se esforçava para derrubar de qualquer maneira o novo governo da Frente. Como na Bulgária, a oposição não aceitava os resultados democráticos das urnas. E, aproveitando-se de que socialismo e comunismo são palavras execradas pelos romenos médios, esforçavam-se para demonstrar que a Frente de Salvação Nacional é comunista e comparavam o novo presidente, Ion Iliescu, a Nicolau Ceausescu.

Os romenos estavam as voltas também com as rivalidades nacionais, em especial com a minoria húngara da Transilvânia, terra natal do famoso Conde Drácula da história medieval. Somando quase 10% da população total da Romênia, os húngaros querem o direito de usar a própria língua nas escolas e universidades, ter imprensa própria e eleger seus próprios administradores. A coisa se complica porque eles vivem misturados aos romenos e, em várias cidades da região, são em menor número. Mesmo assim, o presidente da Hungria os declarou como parte daquele país, tornando as relações entre os dois países bastante tensas e agravando a situação interna da minoria húngara, acusada além de tudo de separatismo.

A impressão que nos ficou foi de uma situação de difícil solução. Ainda mais quando devolvemos o carro e tivemos que seguir para Moscou de avião, comprovando o caos do *check in* do aeroporto de Bucareste.

Onde a prática começou

De Bucareste para Moscou, capital da União Soviética e também da República da Rússia, seguimos num jato da Aeroflot, a companhia estatal de aviação soviética. Os jatos são de linhas modernas, mas as poltronas e o serviço de bordo perdem para os da ponte aérea São Paulo/Rio.

Descemos em Ieremetievo, um dos três aeroportos de Moscou, construído especialmente para as Olimpíadas de 1980. De lá para o centro são 25 quilômetros e no caminho se podem ver as linhas de defesa da capital durante a Segunda Guerra Mundial. A informação de que os nazistas estiveram as portas de Moscou não é força de expressão.

A União Soviética apresenta uma situação econômica crítica. Os soviéticos não foram capazes de transferir seus avanços tecnológicos das áreas espacial e militar (considerados segredos de Estado) para a indústria civil, em especial para a indústria de consumo de massa. Isso acabou rebatendo sobre o próprio ritmo de desenvolvimento tecnológico daqueles setores de ponta.

Por outro lado, criou-se uma tal psicologia social frente ao trabalho, fruto da alta centralização econômica e do sistema de pleno emprego adotado, que a produtividade do trabalho caiu brutalmente.

O desperdício por inéuria e negligência ganhou dimensões de desastre, refletindo-se particularmente no abastecimento. Essa situação piorou, paradoxalmente, com a *perestroika*.

As filas, em especial a fila do Mac Donalds de Moscou e as filas para a compra de cigarros, eram a expressão mais evidente da estreiteza dos serviços oferecidos à população. E da escassez generalizada de produtos de consumo, obrigando os soviéticos a perderem horas e horas na procura do que precisavam. Comprar bens de consumo durável, como eletrodomésticos, por exemplo, significa entrar em listas de espera que podem levar anos.

Seria um engano porém situar levemente a União Soviética como uma potência de segunda. Grande parte de suas fábricas está obsoleta, seus canais de abastecimento estão entupidos, há ramos inteiros de fabricação de novos produ-

tos que eles não possuem, mas a capacidade industrial soviética é muito grande. Seu corpo técnico é um dos maiores do mundo e eles alcançaram conquistas científicas e tecnológicas das quais nem a própria sociedade soviética tem noção, em virtude da compartimentação em que trabalhavam. Seu potencial para “dar a volta por cima” é incomensurável. Mas isso vai depender tanto das reformas econômicas quanto da unidade política de suas diferentes nacionalidades.

Aí reside outro dos pontos nevrálgicos da crise soviética: a crise da própria União, da federação de diversos países e povos que a compõem. Alguns estavam em guerra não declarada (armênios e azerbaijães) e todos elevaram ao máximo seus interesses nacionais particularistas. No Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia) predomina um nacionalismo fanático; no Azerbaijão, Kirguísia e outras repúblicas soviéticas do Oriente, o fundamentalismo islâmico deitou raízes profundas; na Rússia, a maior das repúblicas e berço do antigo império tsarista, continua vivo e ativo o nunca superado nacionalismo grão-russo; na Ucrânia e Bielo-Rússia está disseminado o nacionalismo anti-russo; e assim por diante. Do mesmo modo que a Iugoslávia, a União Soviética corre o perigo de desagregar-se em virtude das rivalidades nacionais.

Apesar de tudo, Moscou é mesmo uma metrópole, com as vantagens e desvantagens de qualquer uma. O Kremlin, a Catedral de São Basílio, a Praça Vermelha e o Mausoléu de Lênin (cujas filas de visitação continuam extensas como sempre) são majestosos e representam bem as contradições desse país que tentou, pela primeira vez na história da sociedade humana, construir um novo caminho de relacionamento social e político.

Mas é em Leningrado, a segunda maior cidade da Federação Russa e berço da Revolução de 1917, visitando os antigos palácios e igrejas do tsarismo, que se pode compreender por-

que o povo russo apelou para a violência e liquidou pelas armas o regime absolutista. A riqueza acumulada pelos antigos senhores do Império Russo, da qual só se vê uma parte, como amostra, deve ter se tomado um acinte insuportável a miséria e a fome dos operários e camponeses. A guerra entre as nações capitalistas da Europa somente levou ao paroxismo uma situação já por si insuportável.

É em Leningrado ainda que, visitando o memorial aos mortos da Segunda Guerra Mundial (a cidade resistiu ao cerco das tropas nazistas durante 900 dias e perdeu mais de um milhão de pessoas nos combates e por fome), tem-se a dimensão pungente do que representou para a União Soviética o esforço de guerra. Os 25 a 27 milhões de mortos significaram uma sangria de recursos humanos que nenhum outro país sofreu. Sua consequência para o desenvolvimento posterior da sociedade socialista é difícil de medir.

De toda a viagem, apesar da importância que as outras experiências do Leste Europeu representam para o futuro do socialismo, ficou a viva impressão de que mais uma vez a história reservou para a Rússia e as demais repúblicas soviéticas um papel predominante. Por isso mesmo, não deixou de ser um contraste terminar o roteiro pela pequena e até há pouco fechada Albânia.

Águia em mutação

Realmente, é surpreendente sair da União Soviética, predominantemente urbana e industrializada, e descer no minúsculo aeroporto de Tirana, capital da Albânia, em plena zona rural. A capital desse país que se autodenomina das Águias, com cerca de trezentos mil habitantes, é uma aldeia grande onde a maioria da população anda a pé ou de bicicleta

para escapar dos poucos ônibus (de fabricação francesa e alemã) superlotados. E que, como qualquer cidade rural, pode ver todos os dias grande parte da população passeando numa de suas avenidas mais largas, onde se encontra a Universidade.

A simpatia e a altivez são características contraditórias desse povo que tem uma história de mais de três mil anos, dois mil dos quais resistindo as invasões estrangeiras. Talvez isso explique em parte a síndrome que os levou a construir casamatas de concreto por toda parte.

A Albânia não aparenta viver uma crise econômica como os demais países socialistas, provavelmente por haver realizado uma industrialização mais de acordo com seus recursos naturais. A fome foi erradicada e o abastecimento de produtos básicos parecia assegurado. Mas é verdade também que se trata de um país pobre e atrasado cuja economia não consegue atender a crescente demanda da sociedade por bens duráveis, maior variedade de artigos e melhores condições de desenvolvimento material e intelectual. A indústria é tecnologicamente obsoleta, os meios de transporte são velhos e de pequena capacidade e a indústria de bens de consumo vive ainda no período artesanal.

Além disso, como nos demais países, a população não mais aceita viver sob um regime fechado e monolítico. A democratização da vida social e política colocava-se cada vez mais como uma exigência que vinha sendo atendida até então de forma tímida e controlada pelos detentores do poder.

Ao criar uma população trabalhadora de nível técnico e cultural mais elevado e garantir a satisfação de suas necessidades básicas, a Albânia ingressou na mesma encruzilhada dos demais países socialistas da Europa. A alta centralização da propriedade e da gestão econômica pelo Estado não só multiplicou os entraves burocráticos e reforçou a ineficiên-

cia, como desestimulou a iniciativa dos quadros técnicos e dos trabalhadores, fazendo crescer o fenômeno social de pretender ganhar sem trabalhar. Isto apesar de toda a pressão ideológica em contrário.

Ao contrário do que se supunha, porém, a Albânia não permanecia imune às mudanças. Pressionada pelos problemas de sua situação interna, que poderiam conduzir a médio prazo ao mesmo tipo de crise vivida pelos outros países socialistas europeus, e também pelos acontecimentos nesses países, o governo de Ramiz Alia deu início a um processo de mudanças que representa, na prática, uma guinada de 180 graus em tudo que os ideólogos do regime afirmavam até então e que se encontrava consagrado na Constituição do país.

As mudanças mais significativas na economia situavam-se na autonomia financeira e administrativa das empresas industriais e agrícolas, que passavam a atuar por autogestão, embora tendo uma parte de sua produção subordinada a obrigações com o Estado. Além disso, foi introduzido o direito de existência e atuação de pequenas empresas individuais e familiares no artesanato, comércio e serviços. Os investimentos e empréstimos estrangeiros, que antes eram considerados verdadeiros crimes de lesa-pátria, passaram a ser admitidos para permitir a Albânia absorver tecnologia de ponta.

Essas mudanças na área econômica estão sendo acompanhadas de forma mais lenta, de uma série de mudanças na área política e da sociedade. Os próprios dirigentes albaneses chamam a essas mudanças de democratização. Liberdade religiosa, regeneração do sistema advocatício, eleição e não indicação de dirigentes das empresas e cooperativas, dos sindicatos e associações e maior liberdade para a disputa parlamentar são algumas das medidas de um processo que indica que a Águia está em mutação.

A REALIDADE SOCIALISTA

Os textos anteriores são um retrospecto sucinto das impressões de viagem, daquilo que foi possível ver e ouvir e também ler na imprensa durante os 86 dias, 62 dos quais de carro, que durou nossa travessia do muro derrubado. No final do livro, apresentamos, também, um breve retrospecto do que foi o processo histórico de formação daqueles países.

Ideologia da escassez

Em praticamente todos os países socialistas da Europa nos deparamos com a escassez de bens. Não se trata da escassez que transparece nas filas à procura de produtos fabricados, em falta por um ou outro motivo. Na Alemanha Democrática as filas não eram comuns antes da perspectiva da anexação monetária. Havia um abastecimento razoável de produtos agrícolas básicos e de artigos industriais de consumo. Na Checoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e União Soviética esse tipo de escassez só veio a se manifestar há pouco tempo. A Polônia é talvez o único país do Leste Europeu onde tal problema se apresentava há mais tempo.

A rigor, em todos os países socialistas os alimentos básicos e os artigos de consumo mais comuns sempre estiveram garantidos e a preços bastante baixos. Durante trinta anos ou mais os preços se mantiveram a bem dizer congelados. O conjunto da população se alimentava razoavelmente bem, não havendo neste terreno discrepâncias significativas entre os diversos segmentos sociais. Roupas e agasalhos eram fabricados na medida das necessidades e o povo todo se vestia. Apesar das dificuldades, as exigências básicas de moradia eram atendidas, os aluguéis jamais ultrapassavam 10% dos salários e o transporte de massa atendia razoavelmente bem e barato ao conjunto da população.

Pode-se dizer que as necessidades vitais de uma existência material digna foram asseguradas pelos países socialistas. Entretanto, o que parecia uma virtude com o tempo foi criando distorções sérias no funcionamento da economia e incidindo negativamente sobre o abastecimento até mesmo dos artigos básicos anteriormente assegurados. Um dos exemplos mais ilustrativos é o preço do pão. Mantido estável por várias décadas, tornou-se com o tempo mais barato do que o trigo com que era produzido, obrigando o Estado a subsidiar com somas cada vez mais vultosas a produção desse cereal.

Mais barato do que a matéria-prima com que era produzido e até do que o farelo que restava como subproduto, o pão transformou-se em alimento para o gado e porcos. Era bem mais rentável para os camponeses alimentar seus rebanhos desse modo, mesmo que essa irracionalidade econômica influísse negativamente sobre a produção de trigo e sobre o orçamento do Estado. O impressionante é que tal irracionalidade prolongou-se por muitos anos e ainda hoje seja difícil resolvê-la através da compatibilização dos preços e custos.

Evidentemente, isso ocorre porque o sistema salarial também foi paulatinamente tornando-se irracional. Durante muitos anos, o valor da força de trabalho cresceu consideravelmente em função da elevação de seu nível técnico e cultural, mas foi mantido artificialmente baixo, apesar de adequado aos preços vigentes dos artigos básicos de consumo. Assim, os salários não subiam ou subiam muito pouco porque os preços eram baixos e estes eram baixos porque era preciso demonstrar ao mundo a superioridade do socialismo em garantir alimentos, roupas e moradia para toda a população. Mas como os custos não conseguiam manter-se estabilizados em vista de uma série enorme de fatores econômicos, inclusive pelos preços internacionais, o Estado era obrigado a subsidiar tudo isso, mesmo que de forma camuflada.

Nessas condições, tornava-se cada vez mais difícil investir em infra-estrutura, em produtos novos, em embalagens, em *design*. Ainda mais porque a diretriz estratégica era concentrar os investimentos na indústria pesada (aço, carvão, petróleo, máquinas industriais). O resultado, então, só poderia ser relegar a segundo plano a produção de bens de consumo durável, como geladeiras, televisores, carros, aparelhos elétrico-eletrônicos. Ou mesmo coisas bem mais simples, como papel sanitário de melhor qualidade.

À medida, porém, em que o atendimento das necessidades básicas se estendeu a toda a população, em que instrução e cultura atingiram as parcelas mais significativas da sociedade e em que, mal ou bem, elevava-se o padrão salarial, as necessidades sociais diversificaram-se, aumentando a pressão por aqueles bens. Esta se tornou tanto maior quanto mais avançavam os meios de comunicação modernos na exposição da revolução de consumo que se realizava nos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental.

Para se ter uma idéia das mudanças ocorridas nos países do Leste Europeu no campo da instrução e comunicação, basta citar a União Soviética. Em 1939, para cada mil pessoas economicamente ativas, 110 tinham instrução média e treze instrução superior; em 1987 essa relação havia subido para 764 pessoas com instrução média e 125 com superior. O número de pessoas com instrução abaixo da sétima série caíra de 877 para três por mil habitantes.

No mesmo período, a população urbana passou de 32,5% para 66,2%. E de 1966 para 1986 o número de estações de TV cresceu de 275 para 7.401, o de televisores de 5 milhões para 85 milhões e o de aparelhos de rádio de 59 milhões para 187 milhões. Mesmo considerando que esses números são proporcionalmente menores do que os dos países capitalistas avançados e de alguns outros países socialistas, é possível sentir o quanto as demandas sociais devem ter crescido em quantidade e complexidade.

Entretanto, em lugar de adotar medidas para superar os atrasos nessa área, inclusive observando o papel impulsionador que a indústria de consumo durável dos países capitalistas desempenhava para o desenvolvimento tecnológico da indústria pesada, a maioria dos países socialistas criou como justificativa a idéia de que a propriedade ou posse de bens duráveis era um luxo burguês a ser combatido. O ataque ao consumismo tornou-se uma ideologia de Estado, a ideologia da escassez, e chegou a contaminar os setores de esquerda em todo o mundo.

Atacava-se o capitalismo por produzir demais, inclusive supérfluos (o que é verdade), em lugar de atacá-lo por não permitir que toda a população tivesse acesso a essa produção, mesmo aos supérfluos. A incapacidade econômica em produzir de forma abundante a maior gama possível de bens

de consumo passou a ser encoberta pela propaganda ideológica, na esperança de criar um padrão de consumo pretensamente racional e sem nada além do necessário.

Na maioria dos casos — excetuando-se talvez Hungria e Iugoslávia — formaram-se sociedades de escassez, nas quais tudo que não era extremamente necessário era considerado luxo e supérfluo. Com isso aguçou-se a demanda reprimida, a contradição entre o poder aquisitivo da população e a oferta de bens demandados pelas crescentes necessidades sociais. Na União Soviética, por exemplo, apesar dos baixos salários nominais, o montante global das cadernetas de poupança da população cresceu 25 vezes entre 1960 e 1987, o que permitia a seus habitantes comprar a vista carros, geladeiras ou outros bens duráveis quando chegava sua vez na lista de espera.

A crise econômica atual dos países socialistas tem muito a ver com essa ideologia. É evidente que fatores como a compartimentação e a burocratização da economia e da política, as idéias predominantes sobre a maneira de desenvolver e revolucionar as forças produtivas, o sistema rígido de garantir o pleno emprego etc., contribuíram para as dificuldades atuais. Mas não há dúvida de que, como produto dos processos revolucionários, criou-se nos países socialistas uma força social igualitária que pressionava contra qualquer processo que gerasse desigualdades. Carregada de virtudes ascéticas, essa força social formada principalmente pelos mais pobres, impunha um igualitarismo por baixo, opondo-se ao consumismo em todos os aspectos por tomá-lo como fruto exclusivo do capitalismo. Salários mais elevados eram considerados fontes de ambição; preços mais altos, fontes de desigualdade.

O resultado foi a adoção de uma política de subsídios, aberta ou disfarçada, que mantinha preços e salários artificialmente baixos. E o completo abandono de qualquer política

que aproveitasse os aspectos positivos do consumismo para estimular a evolução da infra-estrutura de comunicações e transporte, modernizar as plantas industriais, desenvolver novas tecnologias, novos produtos e modelos e atender as novas demandas da população. O Estado todo poderoso e monopolizador foi incapaz de suportar a carga que criou para si.

Com o tempo, a ideologia da escassez, predominante nos países socialistas da Europa, gerou uma reação contrária incontrolável. Em todos eles os belos produtos das sociedades ocidentais de consumo são avidamente procurados, mesmo que sua qualidade e durabilidade sejam inferiores aos produtos fabricados no lado oriental. Entre a durabilidade de vinte anos de um Lada e a obsolescência programada de dez anos de um belo Nissan, mesmo mais caro, qualquer checo ou búlgaro vai preferir o Nissan.

É essa reação que pode levar as pessoas a permanecerem horas e horas em extensas filas para comprar uma camisa Benetton em Praga, um tênis Adidas em Budapeste, um sapato italiano em Bucareste. Ou, simplesmente, comer um hambúrguer com coca-cola no Mac Donalds, em Moscou.

Ócio prematuro

Os primeiros anos de construção socialista na União Soviética — praticamente o único país socialista entre 1917 e 1946, além da Mongólia Exterior — foram de participação intensa no trabalho. Por mais que sejam descontraídos os relatos da época sobre as motivações e formas adotadas para obter essa participação dos trabalhadores, não há dúvida de que somente um esforço considerável da maioria da população poderia arrancar o novo país dos soviéticos do atraso secular em que estava mergulhado. Depois desse esforço viriam

tempos melhores, comida, habitação, saúde e educação — este o sonho acalentado.

A guerra desencadeada pelos alemães em 1940, causou uma destruição sem paralelo. Reconstruir a União Soviética e os novos países que, de um modo ou de outro, tinham decidido trilhar o mesmo caminho socialista, exigiu novos e imensos esforços. As cidades, as indústrias, os campos, as igrejas, os museus, teatros — tudo foi reconstruído. Em alguns dos novos países socialistas, como a Bulgária e Albânia, seus povos tiveram a oportunidade, pela primeira vez em toda a sua história, de iniciar a industrialização de seus países e ter luz elétrica e ferrovias.

Todos os países socialistas da Europa experimentaram ritmos rápidos de crescimento econômico e melhoria das condições de vida de suas populações. Sem contar com qualquer programa de investimentos de países enriquecidos com a guerra (a Europa recebeu muitos milhões de dólares através do Plano Marshall, do governo americano, para seus programas de reconstrução econômica e social), os novos países socialistas conseguiram ombrear seu desenvolvimento econômico e social com os países europeus mais avançados, apresentando conquistas sociais mais adiantadas, mesmo tendo partido de condições históricas mais atrasadas.

Havia a expectativa de um crescimento contínuo da produção e da produtividade, permitindo aos cidadãos socialistas uma vida de bem-estar e de desenvolvimento pleno de suas condições intelectuais e participação na gestão produtiva, social e política. A utopia comunista da alta produtividade do trabalho, permitindo uma pequena jornada que liberaria os homens e mulheres para desenvolver sua formação cultural, científica e técnica no tempo livre, estava sempre colocada na propaganda do futuro feliz.

Na prática, as coisas se inverteram. A partir da década de sessenta os ritmos de crescimento dos países socialistas da Europa foram cada vez menores, embora num ou noutro país tenham ocorrido ciclos de retomada. Na União Soviética, por exemplo, o crescimento do produto bruto da agricultura caiu de 3,9 % no período de 1966/70 para 1,1% no período 1981/85. O sistema econômico extremamente centralizado, o peso da burocracia e o monopólio do sistema político disseminavam o medo à repressão ideológica e política, mas foram incapazes de criar um mecanismo de disciplina e emulação no trabalho que de longe se igualasse ao tacão de ferro capitalista representado pela ameaça da demissão. Ao contrário, associados ao sistema vigente de emprego vitalício, castravam a liberdade e as iniciativas individuais.

Nessas condições foi se enraizando um clima de indiferença pelo trabalho e pela vida social e política. Criou-se um clima de “lixação geral”, “todos se lixando para tudo”, como se diz popularmente em alguns daqueles países. Há inúmeras estatísticas e estudos sociológicos demonstrando que o absenteísmo ao trabalho atinge cifras altíssimas, causando prejuízos consideráveis à produção. A morosidade no trabalho tornou-se proverbial e os casos de negligência chegaram a causar desastres como o de Chernobyl, na Ucrânia Soviética. Calcula-se que 20% do cimento e 25% da produção agrícola são perdidos todos os anos por falta de profissionalismo, inoperância e outras manifestações de desinteresse pelo trabalho na União Soviética. Cifras idênticas podem ser encontradas nos demais países do Leste.

Há muitos dados que comprovam essa situação, referentes ao gasto improdutivo da força de trabalho, ao uso somente parcial da potencialidade dos trabalhadores, técnicos e cientistas, ao descaso e demora na instalação de novos equipa-

mentos, ao desperdício de materiais e assim por diante. Ao lado disso e agravando a situação, a moralidade social entrou num perigoso plano inclinado. Na União Soviética o alcoolismo transformou-se numa grave doença social, obrigando o governo a decretar uma lei seca. Na Romênia a corrupção atingiu indistintamente a todos os segmentos sociais, degradando trabalhadores e funcionários governamentais e partidários. Formaram-se sistemas intrincados de corrupção, de relações econômicas camufladas ou obscuras sem as quais, inclusive, a situação da economia de comando estaria pior.

Todo mundo tinha garantido seu emprego, mas as pessoas eram designadas para funções que em geral não haviam escolhido e para as quais não tinham qualquer estímulo. Os salários dos técnicos e engenheiros muitas vezes eram mais baixos do que os dos operários manuais, induzindo-os a guardar seus diplomas na gaveta e trabalhar diretamente na produção. Ficavam livres das responsabilidades e obtinham maior remuneração. Além disso, os salários de cada categoria eram iguálados independentemente da assiduidade, produtividade e qualidade do serviço efetuado.

Como resultado criou-se uma mentalidade em que ninguém tinha interesse no avanço técnico, já que o trabalho manual era mais valorizado; ninguém tinha estímulo para aumentar a produção, as vendas ou serviços, pois o salário continuava o mesmo qualquer que fosse o resultado. Alguns ainda recebiam medalhas por méritos no trabalho (ou por adequar-se ao sistema burocrático), mas em geral tanto fazia trabalhar mal ou bem. No fim do mês o salário vinha de um modo ou de outro.

Estabeleceu-se assim a cultura de contentar-se com um salário relativamente baixo, mas ao mesmo tempo trabalhar o mínimo possível ou simplesmente não trabalhar, aprovei-

tando o tempo em lazer e outras atividades particulares. Em outras palavras, ganhar fingindo trabalhar ou simplesmente não trabalhando. Estabeleceu-se o ócio prematuro, sem que a produtividade tivesse condições de atender a todas as necessidades sociais e sem que as condições para desenvolver plenamente a cultura e o lazer estivessem dadas.

Obsoletismo tecnológico

A indústria automobilística é, provavelmente, o exemplo mais evidente do obsoletismo tecnológico dos países socialistas. O carro Trabant, fabricado na Alemanha Democrática, tornou-se símbolo do atraso, da falta de eficiência e da ausência de inovações técnicas. Foi ridicularizado não só por ser barulhento e poluidor, mas também por seu *design*, que lembra alguns modelos ocidentais da década de cinquenta.

É possível comprovar a defasagem tecnológica, e não só nos modelos de outras marcas de carros, ônibus e caminhões produzidos nos diversos países socialistas (embora haja exceções significativas, como o ônibus Icarus, húngaro, e alguns modelos mais recentes do Skoda, checo, e do Lada, soviético) é principalmente nos equipamentos e máquinas industriais, na qualidade dos produtos dos diversos ramos produtivos, assim como na maioria dos serviços, que se pode comprovar essa defasagem. Em muitos deles a tecnologia mais recente, trazida pela informatização, nem mesmo chegou.

Dessa forma, não é desprovida de certa base a insistência da propaganda ocidental em afirmar que o socialismo jamais foi capaz de manter um avanço constante da tecnologia. Mas, como sempre, o Ocidente capitalista utiliza uma meia-verdade para enganar a todos. Na realidade, o tão ridicularizado Trabant, além de comparar-se a modelos ocidentais da década de cin-

qüenta, pode ser comparado a alguns modelos mais baratos que a Fiat vende ainda hoje no Leste e em outros países.

Na verdade, também, até o final da década de cinquenta e início da década de sessenta, a União Soviética estava levemente empatada ou um pouco a frente na corrida tecnológica — foi a primeira a colocar um satélite em volta da Terra (Sputnik) e enviar um homem ao espaço (Gagarin). Nesse mesmo período, a Alemanha Democrática realizou seu próprio milagre econômico, acompanhando de perto o desenvolvimento da Alemanha Federal.

Na época, a maior parte das destruições causadas pela guerra havia sido reparada. Os parques industriais e a agricultura, assim como as cidades, encontravam-se reconstruídas. O padrão médio de vida da população dos países socialistas era igual ou superior ao de alguns países avançados da Europa, com a vantagem de que não havia desemprego, nem grandes desníveis sociais.

A agricultura, apresentada como outro fracasso do socialismo existente nos países do Leste, também alcançou um desenvolvimento rápido. Até o final da década de cinquenta, as safras foram crescentes e atendiam as demandas básicas de suas populações. Ainda hoje, apesar de todos os problemas, a agricultura de alguns países apresenta altos índices de produtividade. Na Hungria, por exemplo, a média da produção de trigo (4.504 kg/ha) é quase o dobro da média mundial (2.312 kg/ha), o mesmo ocorrendo em relação ao milho e outros cultivos. Há mais de vinte anos a Hungria não sofre qualquer tipo de escassez de alimentos. Agora, porém, enfrenta problemas com a comercialização interna, em virtude da queda do poder aquisitivo da população, e com o mercado externo, em vista do protecionismo agrícola dos países da Comunidade Econômica Européia.

A partir do início da década de sessenta os países socialistas começaram a perder a corrida tecnológica. Suas plantas industriais foram se tornando obsoletas por falta de introdução de inovações técnicas e de criação de novas máquinas e equipamentos, mais modernos e produtivos. Em certa medida salvaram-se dessa situação as indústrias espacial e bélica, aliás intimamente associadas. A Alemanha Democrática, por exemplo, desenvolveu a microeletrônica para fazer frente à proibição da exportação dos artigos dessa indústria pelos países da OTAN.

Aqui, como no estabelecimento do ócio prematuro, agiram quase os mesmos fatores. O modelo de pleno emprego adotado representava um entrave permanente à introdução de inovações tecnológicas. Não se pode esquecer que, qualquer que seja o sistema social e político, a adoção de novas tecnologias, de equipamentos modernos e mais produtivos, representa sempre liberação de mão-de-obra. Além disso, o sistema salarial premiava o trabalho manual e as empresas que possuíam maior volume de capital variável (relativo aos salários), desestimulando o avanço técnico.

O descaso pela produção de bens de consumo durável também conduziu ao descaso pela produção de projetos e máquinas capazes de produzi-los. Hoje os países socialistas da Europa, em geral, não têm condições de produzir uma série de bens duráveis pelo simples fato de que não desenvolveram as máquinas necessárias. O caso da União Soviética, detentora de uma alta tecnologia de ponta no setor espacial e militar, é mais paradoxal: foram incapazes de transferir para a vida cotidiana suas conquistas tecnológicas e científicas, ao contrário dos países capitalistas.

Calcula-se que os soviéticos levam dez a quinze anos para transformar em tecnologia os estudos e pesquisas de seus cientistas, ao contrário dos países capitalistas avançados que

demoram de dois a cinco anos. Aliás, conta-se a história de um empresário japonês que ficou rico traduzindo os trabalhos científicos soviéticos e vendendo sugestões de aplicação tecnológica para as indústrias ocidentais e do Japão.

Aquelas diretrizes estratégicas que impediram os planejadores socialistas de compreender o papel da indústria de consumo de massa para o constante desenvolvimento tecnológico, acabaram se corporificando numa economia de comando, na qual as empresas recebiam índices econômicos a cumprir (cota de inversões, cota de material e cota de produção). Para realizá-los, as empresas recebiam os recursos financeiros correspondentes (verbas ou fundos), vinculados de forma centralizada a alguns fornecedores. Toda a produção era entregue, de forma centralizada, aos órgãos de distribuição e comercialização indicados. O resultado das vendas da produção, das quais a empresa se encontrava completamente desvinculada, voltava teoricamente para os cofres do Estado, incorporando-se ao orçamento.

Teoricamente, pois, os órgãos de planejamento sabiam exatamente todas as necessidades da população, determinando o que produzir, onde produzir e onde entregar, de modo a satisfazê-las. Alcançadas essas metas quantitativas, teoricamente toda a produção se supunha vendida, com o retorno financeiro correspondente ao orçamento estatal para o financiamento da produção ampliada do próximo ano. As novas metas aumentadas eram determinadas a partir do obtido no ano anterior. Não havia pesquisas quanto às necessidades reais de consumo produtivo e improdutivo e menos ainda quanto as preferências. Os preços eram estabelecidos conforme critérios de custo estabelecidos centralmente.

Na prática as coisas entortavam. A União Soviética, por exemplo, apesar de tudo que se fala, produz mais de vinte

milhões de tipos de produtos. Como é possível a um aparato burocrático, ainda longe de estar informatizado, ter um quadro preciso das necessidades quanto a esses produtos? Por outro lado, mesmo quando as empresas detectavam a demanda de novos artigos, elas não podiam se aventurar em sua produção. Isso colocava em perigo o cumprimento do plano de metas, exigindo muito esforço, novos custos e modificações. Para realizar qualquer melhoria técnica era necessário conseguir a verba correspondente do ministério ou órgão responsável, o que de imediato representava um obstáculo difícil de superar.

Depois, o fornecimento de fundos e materiais nem sempre funcionava como o previsto, o que também colocava em perigo o cumprimento do plano. Os diretores tinham que decidir-se entre ficar obedientes ao controle oficial, fazendo perigar sua reputação e sua carreira se as metas não fossem atingidas, ou negociar com os planejadores as novas metas com base na produção do ano anterior. Isso lhes permitia alcançar as quantidades sem mudanças nas máquinas, equipamentos e organização da produção. Foram se estabelecendo, assim, relações de acordo e negociação entre o planejamento central e as empresas produtoras. Isto introduziu uma certa flexibilidade na economia de comando anteriormente praticada.

Por outro lado, essas modificações na economia de comando tinham limites e nem sempre os diretores conseguiam estabelecer metas mais realistas e resolver os gargalos no fornecimento de mão-de-obra e materiais. Isso os levou a embrenhar-se por relações camufladas ou obscuras com outros diretores, não fixadas pelo controle oficial, para trocar entre si materiais por materiais ou mão-de-obra, de modo a cumprir os planos estabelecidos para suas empresas.

Com o tempo, tanto as relações de acordo e negociação quanto as relações obscuras ou camufladas entre diretores de empresas, e entre estes e os burocratas dos órgãos estatais responsáveis por controlá-los, foram se transformando nas relações econômicas predominantes nos países socialistas europeus, substituindo em grande medida a economia de comando que, teoricamente, continuava vigorando.

Esse novo tipo de relações econômicas não modificou a estrutura produtiva existente nem superou seus principais gargalos no sentido de atender as demandas sociais. O sistema baseado nas metas obrigatórias prescritas nos planos econômicos continuou com toda a sua força. Mesmo na Hungria, onde esse sistema foi formalmente suprimido em 1968, as disposições e normas que regulavam a atividade das empresas continuaram sendo ditadas pelo planejamento central, ensejando também lá o desenvolvimento da economia de acordo e negociação. O que esse novo sistema criou foram mecanismos que ajudavam a camuflar a falência do sistema de economia absolutamente centralizada e que possibilitaram a criação, em maior ou menor escala, dependendo de cada país, de segmentos sociais que passaram a enriquecer através do desvio de uma parte dos recursos da economia obscura para proveito próprio.

Uma prática comum nesse sistema era o registro fictício de parte do produto acabado como refúgio e sua troca com empresas intermediárias (fornecedores de matérias-primas, mão-de-obra qualificada e peças sobressalentes). Criou-se uma ética própria entre diretores de empresas e membros do aparelho estatal e partidário, já que os acordos eram verbais, para garantir uma ação que estava nos limites do código penal. A ironia do caso é que, sem a evolução da economia de comando para esse tipo de economia de acordos e negocia-

ção (camuflada ou obscura), o sistema de planejamento obrigatório teria ruído há mais tempo.

Outro ponto entravado naquela teoria era a suposição de que todos os artigos produzidos seriam vendidos. Em primeiro lugar, como o importante para o sistema era a quantidade produzida, o controle de qualidade foi paulatinamente se deteriorando e boa parte da produção era refugada. Depois, para a empresa tanto fazia que os artigos fossem vendidos ou não: desde que os entregara para a empresa comercial indicada para a comercialização, a responsabilidade passara a ser desta, que também repassava para as lojas e centros de venda. Aí já se tornava quase impossível qualquer controle sobre os resultados finais do processo, diluindo-se as atribuições e retornando ao Estado somente uma parte dos recursos financeiros. Era inevitável, assim, que a carga financeira do Estado socialista se tornasse insuportável, gerando a crise hoje vivida pela maioria dos países do Leste.

O sistema que dava prioridade exclusiva à indústria pesada e funcionava segundo metas quantitativas teria que acabar desembocando, sem dúvida, num processo de deformação da matriz produtiva e de entrave aos avanços tecnológicos. Os ramos espacial e militar só se salvaram daquele círculo vicioso porque eram obrigados a competir diretamente com os concorrentes estrangeiros, tomar a qualidade e não a quantidade como critério principal e oferecer condições de trabalho e de vida a seus técnicos e trabalhadores qualificados que mantivessem seu permanente interesse no trabalho e nas inovações tecnológicas. Eram condições que diferiam radicalmente daquelas existentes no conjunto da economia dos países socialistas.

Por outro lado, a autarquia desses setores e os imensos investimentos que absorviam, conduziram em geral a uma

repartição desigual dos recursos econômicos e contribuíram para acentuar o obsoletismo do restante do parque industrial. O desenvolvimento da micro-eletrônica na Alemanha Democrática, por exemplo, ocorreu às expensas do desenvolvimento da construção naval, indústria ótica e farmacêutica e de outros setores para os quais o país tinha maiores condições. Na Hungria não havia sentido investir uma elevada proporção do orçamento na siderurgia: ela não conta com jazidas de ferro, sendo mais correto destinar investimentos a ramos em que os húngaros possuem tradição e prestígio internacional, como eletrotécnica, têxtil, couro, peleteria e agricultura. Na Romênia, Bulgária e Polônia ocorreram situações idênticas.

O direcionamento dos recursos para alguns poucos setores industriais teve reflexos negativos particularmente na agricultura de vários dos países socialistas, embora de forma diferenciada. Na Hungria, Alemanha Democrática, Checoslováquia e Iugoslávia, a produção agrícola continuou mantendo um padrão relativamente elevado de produtividade e avanço tecnológico, mas não conseguiu se expandir de forma consistente. Na Bulgária e Albânia a agricultura não conseguiu avançar, embora tenha mantido o suprimento alimentar da população em níveis razoáveis. Na Polônia os agricultores enfrentaram crises permanentes. De uma certa maneira, em todos os países socialistas ocorreu uma certa degradação do solo em virtude do uso abusivo de máquinas nem sempre adaptadas e doses excessivas de substâncias químicas e pesticidas.

Mas foi na URSS que aconteceu a deterioração mais intensa: 43 milhões de hectares de terrenos úteis e 22 milhões de hectares de terra de cultivo foram degradadas nos últimos 25 anos, transformando o país de auto-suficiente em importador de trigo.

Polarização social

É um fato que, durante muito tempo, a diferenciação social nos países socialistas do Leste não foi acentuada. As discrepâncias salariais e de renda haviam sido encurtadas e o fosso social antes existente fora, em geral, aplainado. Os operários urbanos recebiam, além do salário, víveres com base nos cartões de racionamento, escola e assistência médica gratuita. Antes de 1950 os cartões de racionamento foram abolidos, mas a complementação com víveres continuou como prática comum em vários países.

A situação dos camponeses variava de país para país, mas em geral foram eles que financiaram, através de mecanismos diversificados de transferência da renda agrícola para a indústria, o processo de industrialização da União Soviética e dos países libertados após a Segunda Guerra Mundial, assim como o reerguimento posterior àquela guerra.

Nos países em que a coletivização da agricultura avançou mais, os camponeses coletivizados em cooperativas ou granjas estatais acabaram por transformar-se em operários agrícolas com um sistema de ganho idêntico ao dos operários urbanos.

Engenheiros, técnicos e outras especialidades relacionadas diretamente com o sistema produtivo, em muitos casos recebiam ganhos inferiores aos operários manuais, sentindo-se marginalizados e frustrados por haverem estudado e não terem sua potencialidade e seu conhecimento aproveitados.

Por outro lado, a chamada *nomenklatura*, formada pela oficialidade superior das forças armadas, altos funcionários do PC e dos órgãos estatais, diretores de empresas, professores titulados, escritores, artistas, compositores, cineastas e especialidades assemelhadas, além dos salários mais altos, passaram a ser agraciados com acesso mais fácil a moradias e

casas de campo, recebiam automóveis de serviço e eram atendidos por uma rede de policlínicas, hotéis de descanso e canais especiais para a compra de gêneros.

Os canais especiais de abastecimento forneciam mercadorias de alta qualidade, inclusive importados, a preços reduzidos, tanto para os membros da *nomenklatura* quanto para os grupos de trabalhadores que, por mérito ou outro critério qualquer, alcançassem o direito de ter acesso às lojas especiais. Esses canais funcionavam independentemente da oferta geral da produção, tendo garantido o seu fluxo de mercadorias através de diversos mecanismos extra-econômicos. Com isso, formou-se e consolidou-se uma elite social cuja situação podia melhorar independentemente da situação geral da população ou mesmo quando esta piorasse.

Os empregados no comércio, na alimentação e nos serviços públicos, por sua vez, diante da escassez crônica de diversos bens, da existência dos canais especiais de abastecimento e de métodos utilizados pelos diretores de empresas para compensar as falhas dos mecanismos centrais de fornecimento, passaram a usar diferentes formas de obtenção de altas rendas, seja através da especulação, seja do roubo explícito. Formou-se, desse modo, uma camada social com padrão mais alto de vida, com acesso a automóveis, instrumentos musicais modernos e roupas da moda.

Essas camadas criaram interesses próprios a partir dos próprios mecanismos de produção e distribuição altamente centralizados. Mais do que isso, inclusive, porque os sistemas ilegais que passaram a empregar tornaram-se necessários para compensar os defeitos existentes nas matrizes de produção e distribuição.

Com o tempo houve uma fusão gradual entre os praticantes da economia obscura (diretores de empresa, em espe-

cial) com a elite comercial e com a parte corrompida do aparelho de Estado e do PC. Na União Soviética, em particular, criaram-se verdadeiras máfias resultantes dessa fusão, como se viu no escândalo envolvendo toda a alta cúpula dirigente da República do Usbesquistão e o genro de Leonid Brejnev.

Hoje é possível detectar, em praticamente todos os países socialistas do Leste Europeu, grupos sociais distintos com rendas bastantes diferenciadas. Embora os trabalhadores manuais continuem tendo asseguradas diversas conquistas sociais (escola e assistência médica gratuitas, transportes e alimentos de primeira necessidade subsidiados), sua situação tem piorado, havendo se formado uma camada de pobres.

A introdução dos mecanismos de mercado, com o conseqüente aparecimento do desemprego, está ampliando essa camada em todos os países da Europa Oriental. Na ex-Alemanha Democrática calcula-se que o número de desempregados chegará a 6 milhões, mais de um terço da população, enquanto na União Soviética estima-se que o número de pobres chegue a 80 milhões, dos quais 12 milhões devem ficar sem emprego nos próximos anos.

Em contraposição, muitos dos antigos privilegiados da elite econômica e social estão se reciclando rapidamente e transformando-se em empresários legalmente estabelecidos com o beneplácito dos novos mecanismos de mercado.

O governo soviético há pouco anistiou todas as pessoas que fizeram fortuna por meios não ligados ao próprio trabalho. Segundo os cálculos mais modestos, isso liberou 150 mil milionários a aplicar suas fortunas em atividades produtivas. Na Hungria, Polônia e demais países florescem os novos empresários como setor social abastado.

Assim, por vários motivos, o processo de diferenciação que começou mesmo no período anterior, está servindo de base

para um processo ainda mais intenso de polarização social com a entrada em vigor dos chamados mecanismos de mercado.

Os mesmos segmentos que colocaram a máquina estatal a seu serviço, criando e aprofundando os desequilíbrios econômicos, aproveitam-se agora desses desequilíbrios para consolidar sua posição econômica e política.

Discórdias

Muitos dos problemas que hoje afloram com força no socialismo do Leste Europeu, há longa data eram objeto de discussão. Entretanto, as discórdias nacionais e religiosas não apareciam de modo claro nem fortemente. Vez por outra falava-se de populações nacionalmente minoritárias que durante a Segunda Guerra Mundial haviam sido transferidas de modo forçado para outras regiões. E discutia-se a falta de liberdade religiosa na maioria daqueles países. Mas, em geral, predominava a suposição de que as discórdias étnicas e religiosas haviam sido superadas.

Pareciam coisa do passado os choques sangrentos entre as nacionalidade do Império Russo, açulados pelo absolutismo tsarista. Ou os *progroms* contra os judeus na Polônia, Hungria e outros países. O desenvolvimento econômico e cultural das regiões pertencentes às antigas nacionalidades minoritárias faziam supor que as rivalidades e discórdias entre elas, seja a pretexto de problemas territoriais, seja por motivação religiosa, estavam definitivamente sepultadas.

Anos e anos de intensa propaganda sobre o internacionalismo proletário e a amizade eterna então existente entre as diversas nacionalidades e religiões que povoavam o leste da Europa nem de longe deixavam supor que aquelas discórdias e rivalidades, algumas seculares ou milenares, permaneciam

vivas. Tinham se mantido inertes durante anos e anos, não tanto pela absorção de uma nova cultura e um novo humanismo, mas fundamentalmente pela coerção do Estado.

Assim, logo que tiveram a oportunidade de se expressar livremente, os sentimentos e recalques nacionalistas e religiosos dos mais diferentes tipos explodiram de modo desordenado e com uma fúria inusitada.

Nos países bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia), veio à tona um secular ódio anti-russo, misturado ao anti-sovietismo e ao anti-comunismo. O mesmo ódio que levou parcelas significativas da população daqueles países a apoiar o nazismo na guerra contra os soviéticos, na década de quarenta.

Nas repúblicas asiáticas da União Soviética explodiu a guerra entre armênios e azerbaijães e inúmeros choques étnicos envolvendo georgianos, kirguises, moldávios, usbeques e outras nacionalidades, onde se misturaram discórdias religiosas e pretensões territoriais. Como um rastilho de pólvora, as repúblicas da União Soviética clamam por independência, colocando em xeque o estatuto federativo até então vigente e abrindo a perspectiva da implosão do território soviético em inúmeros países independentes entre si.

O mesmo ocorre na Iugoslávia, onde a antiga federação corre o risco de desintegrar-se. Romênia e Hungria se atritam por causa da Transilvânia, enquanto os poloneses preocupam-se com o renascimento de prováveis pretensões alemãs sobre os Sudetos. Eslovacos, boêmios e morávios, por sua vez, degladiam-se e também tornam incerto o futuro multinacional da Checoslováquia (cujo nome, segundo a nova Constituição do país, deve ser grafado *Checo e Eslováquia*, demonstrando a igualdade entre as duas nacionalidades. Mantivemos neste texto a grafia anterior).

Nos países socialistas do Leste Europeu parece predominar uma tendência desagregadora, que se manifesta através des-

sas discórdias nacionais e religiosas. Mesmo problemas que não ganham muito espaço na imprensa ocidental, funcionam como corrosivos sociais e políticos de grande poder destrutivo. Cresce, por exemplo, a animosidade dos russos, checos, poloneses, húngaros e alemães-orientais contra os vietnamitas. Do mesmo modo que nos países ocidentais, onde os trabalhos sujos e pesados passaram a ser executados por turcos, africanos e árabes, nos países da Europa Oriental foram os vietnamitas que forneceram esse tipo de mão-de-obra. Com a crise passaram a ser malvistas e atacados, sendo particularmente acusados pelo tráfico de moedas estrangeiras e pelo contrabando.

Ciganos constituem outra parcela da população de diversos países socialistas da Europa, que costuma ser apontada como responsável por uma série de problemas e distúrbios. Quando ocorreram choques entre romenos e húngaros em algumas cidades da Transilvânia (Romênia), vários ciganos foram presos como agentes provocadores e responsáveis pelos acontecimentos. Em localidades da Checoslováquia e Hungria ocorreram situações idênticas.

O crescimento do islamismo em várias repúblicas da União Soviética e também em países como Albânia, Bulgária e Hungria, cria animosidades com os cristãos (ortodoxos, católicos e protestantes) e judeus. A guerra entre armênios e azerbaijãos tem o manto do choque entre cristãos e muçulmanos, do mesmo modo que os húngaros da Transilvânia invocam sua fé protestante para explicar reais ou imaginárias perseguições dos romenos católicos.

A ficção democrática

Em todos os países do Leste Europeu vigoravam as chamadas democracias proletárias ou democracias populares. Teo-

ricamente isso consistia na mais ampla democracia para a maioria do povo (os trabalhadores) e na ditadura para a minoria de antigos exploradores e dominadores.

É verdade que houve uma ampliação da democracia econômica e política nesses países, comparativamente ao que antes existia. As novas diferenciações econômicas e sociais, que se criaram posteriormente, nem de longe podem ser comparadas ao fosso que separava os camponeses dos latifundiários e *kulaks*, os operários dos patrões e técnicos, e o povo em geral da aristocracia.

A participação na renda nacional se democratizou em grande escala, embora de forma incompleta e apresentando novas polarizações em anos mais recentes. O acesso aos serviços sociais, como educação, saúde e moradia, ampliou-se consideravelmente. Os países socialistas do Leste Europeu desenvolveram, de forma antes desconhecida por seus povos, o número de escolas, em seus diferentes graus, e elevaram a um novo patamar o nível geral de instrução da população. O analfabetismo foi eliminado da maioria desses países e multiplicaram-se as universidades e centros de ensino superior.

Em contraposição a isso, em lugar de ampliar os mecanismos de crítica e participação popular e a democracia de base que vigorou durante os processos de transformação revolucionária, os países socialistas da Europa acabaram por reproduzir formas de autoritarismo, totalitarismo e absolutismo que sempre foram tão pródigos naqueles países em seu passado. A pretexto de precaver-se contra os ataques e sabotagens capitalistas — que não eram paranóias, ao contrário do que supõem alguns — os Estados socialistas acentuaram a centralização política e restringiram os mecanismos de participação popular.

Na prática, estabeleceu-se a ditadura de um partido ou de um grupo sobre o conjunto da população, confundindo-se

como inimigos burgueses todos aqueles que ousavam criticar as medidas dos dirigentes do Estado. Na Romênia essa distorção chegou ao ponto máximo com a ditadura de Ceausescu e seu grupo familiar sobre o próprio partido comunista, sobre o Estado e o país.

Mesmo nos países socialistas em que formalmente inexistia o sistema de partido único, vigente na União Soviética, na prática somente o partido comunista ou seu sucedâneo decidia tudo. Na Alemanha Democrática tinham vida legal os partidos democrata-cristão e agrário e na Bulgária o partido agrário participava da coligação governamental, mas na realidade havia o monopólio do poder por um único partido, monopólio que era retratado na Constituição pelo artigo que estabelecia o papel dirigente desse partido.

Em praticamente todos os países socialistas europeus a implantação desse sistema ocorreu através da eliminação de outros partidos, da incorporação forçada dos social-democratas no partido comunista, pela extinção das comissões de fábrica e sua substituição por comissões sindicais e pelo desencadeamento de algum tipo de perseguição e repressão contra setores sociais e políticos suspeitos. O regime se fechou a críticas e mudanças.

Os partidos dirigentes em geral passaram a constituir-se como Estado ou órgão administrativo de controle do Estado. Cada ministério ou órgão estatal tinha um departamento correspondente na direção central do partido, sem a aprovação do qual nenhum ministro ou funcionário de alto escalão do governo poderia tomar medidas. Essa dupla estrutura reproduzia-se em todos os escalões e níveis, criando uma intrincada malha burocrática. Mesmo partidos que possuíam uma tradição de luta política transformaram-se em órgãos administrativos desligados da vida do povo e do fluxo real das aspirações

e reivindicações econômicas, sociais e políticas da sociedade. Na prática, o partido foi assimilado pelo Estado, tornando-se um órgão auxiliar deste.

Nessas condições é até natural que o partido-Estado ou o Estado-partido qualificasse como “calúnia à realidade” e portador de erros metodológicos e influências burguesas qualquer trabalho ou pesquisa que apontasse a existência de distorções ou problemas na sociedade socialista. E quanto pior era a situação em tal ou qual setor, mais se ampliavam as zonas fechadas a informação e mais graves se tornavam os ataques e as perseguições aos que ousassem trazer a verdade a luz do dia. O caso do meio ambiente na Alemanha Democrática, transformado em segredo de Estado, é um dos mais aberrantes e significativos.

Ao criar uma população instruída e com nível cultural, os Estados socialistas estavam aprofundando, porém, uma contradição antagônica ao seu regime fechado, mesmo que este fosse um despotismo esclarecido do tipo Kadar, que governou a Hungria entre 1956 e 1988. Quanto maior o nível de instrução e cultura de um povo, maior devem ser os mecanismos de participação e crítica democrática. Caso contrário, particularmente quando a economia enfrenta problemas, tornam-se inevitáveis as explosões populares como as ocorridas em 1989 nos países do Leste Europeu.

A NEGAÇÃO DA HISTÓRIA

O diagnóstico da situação atual, pintado em cores mais ou menos sombrias nas páginas anteriores e aceito por quase todos os que lidam com a questão do socialismo, encontra explicações variadas. A mais comum é a pura e simples negação da história, com o esquecimento do que era o império tsarista e o resto do mundo antes de 1917.

Por isso, uma das críticas mais ouvidas é a de que o socialismo foi um desastre completo, não havendo acrescentado nada às sociedades onde se implantou. A memória se encurta ou é simplesmente apagada quanto às condições históricas em que tal socialismo se implantou como realidade e as resistências que teve que vencer para chegar ao ponto em que chegou.

É certo que também há variantes nesse processo. Alguns culpam Gorbachev e a *perestroika* pelos problemas atuais. Outros vão um pouco mais longe, e pinçam Brejnev e Kruchev pelos descaminhos. A maioria joga tudo sobre os ombros de Stálin, o grande ditador, e não são poucos os que responsabilizam Lênin e suas teorias pelo que ocorreu e ocorre. Os críticos mais sofisticados buscam em Marx e no marxismo as origens do pecado.

Em contraposição, na mesma linha de negação da história, o capitalismo aparece como o avesso do atraso e do autoritarismo, como o campeão da democracia e o sistema capaz de construir a opulência e o bem-estar.

O pecado original

Para alguns, o pecado original de todas as distorções ocorridas na União Soviética e demais países socialistas estaria na revolução violenta de 1917, na Rússia. Argumentam que qualquer processo violento (portanto, para eles, não democrático) tem como resultado a implantação de métodos violentos para a consolidação da nova ordem social. O resultado de revoluções violentas seria, naturalmente, a instauração de ditaduras.

Essa tese se tornou voz corrente inclusive entre setores marxistas. Mas, se verdadeira, não explicaria a implantação da democracia burguesa nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha etc., onde todo o processo de construção da nova ordem capitalista foi carregado de violência.

A Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, que liquidou com o escravismo e consolidou o domínio da burguesia, só para citar um exemplo, foi uma das guerras civis mais violentas da história.

Importa saber, também, que a violência das revoluções russa, chinesa, cubana e outras se deveu fundamentalmente à reação contra a violência do regime absolutista, do imperialismo e das classes dominantes contra o povo. É preciso não esquecer que, logo após a instauração do poder soviético, em 1917, quatorze potências estrangeiras realizaram uma intervenção militar na União Soviética, procurando esmagá-la pela fome e pelas armas. Além disso, os remanescentes das

antigas classes detentoras do poder na Rússia jamais aceitariam fazer qualquer tipo de acordo com o novo regime, praticando sempre que possível sabotagens de todo tipo.

Na década de quarenta a União Soviética teve que enfrentar o maior desafio à sua existência: a invasão alemã, comandada por Hitler, cujo sonho declarado era aniquilar os bolchevistas. Quase todo o território da parte européia da União Soviética (que se estende da fronteira com a Polônia até os montes Urais), onde se encontravam as principais culturas alimentares, minas de carvão, hidrelétricas e parque industrial, foi ocupado pelas tropas nazistas. A toque de caixa foi preciso transferir fábricas e usinas inteiras para os Urais, de modo a manter a indústria de defesa e suportar a ofensiva alemã. Nesse período, o esforço de guerra ficou quase exclusivamente sobre as costas dos soviéticos. No final foram perdas humanas e materiais incalculáveis.

Nem bem havia acabado a guerra quente contra os alemães e os japoneses, as potências capitalistas ocidentais passaram a pressionar a União Soviética e os países que se haviam libertado para retomar o caminho capitalista. É verdade que, excetuando a Iugoslávia e a Albânia, esses países só sustentaram seus governos socialistas porque existiam tropas soviéticas em seu território, dando-lhes apoio. Mas é verdade, também, que os governos socialistas nesses países foram instaurados através da vitória dos comunistas e social-democratas nas eleições realizadas no pós-guerra.

Também é preciso olhar o outro lado da moeda. Na Grécia, França e Itália os socialistas só foram derrotados porque os exércitos das potências ocidentais estavam lá para garantir a via capitalista. Agora mesmo veio à luz o plano *Gládio*, montado pelas potências ocidentais para desestabilizar, através de sabotagens e ações militares terroristas, qualquer gover-

no comunista ou socialista que se estabelecesse, mesmo pela via eleitoral, nos países da Europa ocidental.

O capitalismo jamais aceitou a existência do socialismo, por qualquer via que fosse. Desde o início fez tudo que estava a seu alcance, usou todas as armas possíveis, para derrotar o novo sistema social. E nada indica que tenha mudado sua atitude. Ainda agora, seu problema e sua estratégia continuam sendo a destruição do sistema socialista onde quer que exista. Só que sua tática, aproveitando-se das dificuldades enfrentadas pelos países socialistas da Europa, é mais camuflada, com o uso principal de instrumentos econômicos e da bandeira da democracia. Desdenhar a história das estratégias e táticas capitalistas contra os trabalhadores e os países socialistas torna parcial e extremamente ilusória qualquer análise da crise atual do Leste e das perspectivas de luta dos trabalhadores.

Isso não pode significar, é lógico, o desprezo pelos erros, distorções e mesmo crimes cometidos pelos socialistas na luta contra o capitalismo. Várias correntes socialistas e marxistas supõem, ainda agora, ser possível dirigir a economia exclusivamente através de medidas administrativas, sem levar em conta os múltiplos interesses humanos que interferem em seu desenvolvimento. Bastaria, então, fazer um corte entre a economia capitalista anterior e a nova economia socialista, socializando todos os meios de produção, e os problemas estariam resolvidos. Os resultados dessa visão grosseira refletem-se hoje na crise dos países socialistas da Europa.

Correntes socialistas e marxistas, sob o correto argumento de que as classes exploradoras jamais cederam seu poder pacificamente, passaram a propagandear a violência como única forma de derrubada de regimes opressivos e exploradores. Desprezaram os métodos pacíficos de luta como reformistas e capitulacionistas. Esqueceram-se, assim, que as gran-

des massas do povo desconhecem aquele fato histórico e só conseguem apreendê-lo através da prática de inúmeras experiências e confrontos com os dominadores.

Desse modo, transformaram uma luta que deve ser do conjunto dos trabalhadores e do povo numa luta de pretensos salvadores que já sabem das coisas.

Com isso, passaram a considerar a luta pela democracia como um aspecto secundário da luta pelo socialismo, uma bandeira de reformas igual a outras, e não o aspecto fundamental do socialismo. Transformada em política dos novos Estados socialistas, esse modo de encarar a democracia acabou por transformar a democracia proletária ou popular numa ficção, ressuscitando as velhas práticas despóticas dos regimes anteriores. Nesses Estados, a democracia foi abandonada como escola de luta e educação das grandes massas do povo contra os capitalistas e suas sabotagens, o que permitiu a estes apropriar-se hipocritamente dessa bandeira.

É lógico que importa saber que a democracia capitalista ou burguesa é uma democracia pela metade, conquistada com o suor e o sangue dos trabalhadores contra a vontade dos donos do capital. Mas isso de nada valerá se os erros dos socialistas permitirem que os representantes do capitalismo pareçam e apareçam como os grandes defensores de democracia.

Os bodes expiatórios

Gorbachev, *perestroika*, *glasnost*, Brejnev, Kruchev, Stálin, Lênin, Marx, além de outros, aparecem sempre como bodes expiatórios dos acontecimentos, descaminhos e distorções do socialismo.

Gorbachev, com sua *perestroika* e sua *glasnost*, acabou soltando os demônios que antes estavam acorrentados na socie-

dade socialista. Havia discrepâncias nacionais e religiosas, corrupção, crimes, burocracias que não deixavam a economia funcionar livremente e uma série de outros problemas. Mas tudo ficava na sombra, encoberto pela propaganda ufanista do tipo “rumo ao paraíso comunista”. Além disso, havia realmente um número razoável de pessoas para as quais a segurança e a felicidade consistiam em haver conquistado o essencial para a sobrevivência. Agora, todos os problemas aparecem à luz do dia. Os jornais e a televisão publicam os fatos mais horrendos, até mesmo os inverídicos, que não passam de boatos. E algumas das deficiências anteriores agravaram-se, em vez de serem superadas. Nessas condições, muitos têm dificuldade de ver que o mal não está na notícia, mas no ato mesmo. E não são poucos os que acham que antes estava melhor. Por isso, aumenta o número dos que culpam Gorbachev pela crise.

Mas também não são poucos os que responsabilizam Leonid Brejnev, que dirigiu a União Soviética entre 1964 a 1980, pela estagnação geral na economia e na política, gerando a crise atual. O período Brejnev caracterizou-se por um nível inédito de corrupção da máquina estatal e partidária, pela formação de rendas e fortunas não explicadas, pela difusão do alcoolismo, da embriaguez e da criminalidade e por um forte processo de alienação da população. A autonomia das empresas foi ainda mais reduzida, aumentaram os itens “planejados” na economia e criaram-se novos canais de abastecimento para atender aos grupos privilegiados da sociedade. O ritmo de desenvolvimento da economia caiu de 21% entre 1966/70 para 15% entre 1971/75 e 9% entre 1976-80, ao mesmo tempo, crescia a repressão aos críticos e aos protestos e foi elaborada uma doutrina — a doutrina Brejnev — que justificava a intervenção da União Soviética em qualquer

país onde o socialismo estivesse supostamente em perigo. Foi com base nessa doutrina que as tropas soviéticas intervieram na Checoslováquia e no Afeganistão.

O período de Brejnev constituiu um estancamento nas reformas que Kruchev iniciara — reformas que pareciam visar, no final da década de cinquenta e início da de sessenta, a abertura nos gargalos mais nítidos da economia e da sociedade soviética. Kruchev, no entanto, era inconsequente, combinava a adoção de medidas corretas com erradas. Enquanto introduzia a autogestão financeira nas empresas e substituía a gestão setorial da indústria pela gestão territorial, permitiu o crescimento do desequilíbrio entre o aumento mais rápido das rendas da população e a oferta de bens; ao mesmo tempo que abolia as estações de máquinas e tratores, vendia as máquinas agrícolas aos colcosos e elevava os preços dos produtos agrícolas, elevava os impostos sobre o gado de propriedade individual ou familiar dos colcosianos, criava impostos sobre os cultivos perenes das pequenas glebas familiares e lançava um combate sem trégua à economia dos pequenos produtores; enquanto adotava medidas para superar o isolamento internacional da União Soviética, lançava-se em jogadas de força perigosas, como a crise dos mísseis em Cuba. Suas denúncias ao culto da personalidade de Stálin, com a revelação de muitos crimes cometidos durante o período em que este foi o principal dirigente da União Soviética, se teve o mérito de abrir as janelas para a apreciação histórica de todo o período anterior, negava todas as conquistas e jogava toda a responsabilidade de tudo o que ocorrera de ruim sobre o culto da personalidade e sobre Stálin. Na verdade, o culto não é senão uma das manifestações do estímulo a formas despóticas de poder e Stálin o principal responsável, entre muitos, pelos erros e crimes cometidos. Além disso, sem le-

var em conta a fé inculcada nos anos a fio a respeito do papel de Stálin, as denúncias abruptas de Kruchev causaram o esfacelamento da psicologia popular soviética, conduzindo a um processo de desagregação social.

A tendência geral é a de negar em bloco o período de Stálin. No período anterior a guerra, caracterizou-se pela gestão econômica rigidamente centralizada e pelo esforço concentrado do conjunto da população no processo de mecanização agrícola e industrialização do país. Foi o período da “construção do socialismo num só país”, sob o cerco imperialista e capitalista, em que isso servia de justificativa para a expropriação dos camponeses, a coação extra-econômica para a realização de um sobre-trabalho e as repressões políticas contra os inimigos reais e imaginários. Foi, ao mesmo tempo, o período em que se assentaram as bases para a transformação da União Soviética numa grande potência industrial e agrícola, em que foi erradicada a fome que atormentava a maioria da população, ampliadas as redes de ensino e saúde e estabelecida uma política de preços e salários que permitia a toda a população uma vida livre da miséria.

Após a guerra, a gestão da economia continuou rigidamente centralizada e o esforço da população concentrou-se na restauração rápida dos danos causados pela invasão alemã. A semana de trabalho era oficialmente de 48 horas semanais, mas em geral alongava-se. Os dirigentes, por exemplo, trabalhavam 14/15 horas diárias, como na guerra, e havia um medo generalizado aos castigos decorrentes de desvios nas normas prescritas de trabalho.

O nível de vida desse período havia baixado sensivelmente: a maior parte dos bens pessoais, do vestuário, mobiliário, moradia e reservas de gêneros perdeu-se, desapareceu ou foi destruída pela guerra. A situação dos colcosianos era pior

ainda: os preços agrícolas não cobriam os gastos com os transportes e as pequenas produções, que constituíam a fonte principal de subsistência dos camponeses, eram fortemente taxadas. Para escapar a isso os colcosianos levavam suas ovelhas e cabras para pastar nas montanhas. A recuperação do parque industrial era realizada principalmente através da transferência da renda agrícola.

Em 1947 foi implantada uma série de reformas na economia, com abolição dos cartões de racionamento, reforma monetária (dez rublos velhos sendo trocados por um rublo novo, o que permitiu o confisco de fortunas monetárias obtidas fora do trabalho) e aumento de vários preços no varejo. A partir de 1949 teve início um processo de reduções escalonadas nos preços com o fim de elevar a renda da população.

No campo político e ideológico aconteceu um recrudescimento paulatino, estimulado pela Guerra Fria, das medidas de defesa do Estado. Ouvir rádios estrangeiras, fazer críticas a linha partidária, dedicar-se a ciências como a cibernética, sociologia e semiótica e escrever obras literárias fora dos esquemas determinados pela linha partidária eram crimes sujeitos a punição. Um grupo cada vez menor de altos funcionários dominava o poder de Estado e decidia, inclusive a seu favor pessoal, como empregar os meios de produção de propriedade estatal.

Embora tenha se constituído uma poderosa nação industrial, contribuído decisivamente para derrotar a destruidora máquina de guerra de Hitler e transformado radicalmente o padrão de vida de seu povo, a União Soviética do tempo de Stálin também apresenta uma face sombria, com uma centralização abusiva, a instauração de um regime de terror, a perseguição e eliminação de antigos revolucionários. A persistência dessa face sombria, mesmo depois que o socialismo

havia se estendido no rumo da Europa Central e da China e que a União Soviética alcançara um novo patamar de desenvolvimento, passou a constituir um poderoso entrave à sua evolução posterior.

A aplicação do modelo stalinista aos demais países europeus que ingressaram na via socialista criou as bases para o surgimento dos mesmos problemas graves que acometiam a União Soviética, seja no campo da economia, gerando no final da linha um sistema ineficiente, seja no campo da política, com a ausência de democracia. Embora Stalin continue sendo considerado o próprio demônio, as gerações de líderes que se sucederam nos diversos países socialistas europeus (como Honeker, na Alemanha Democrática; Rakosi, na Hungria; Novotny, na Checoslováquia; Jivcov, na Bulgária; Ceausescu, na Romênia; Hoxa na Albânia etc.) são enxergados como responsáveis menores em seus próprios países.

Finalmente, Lênin e Marx também são responsabilizados pelos pecados originais de haverem elaborado uma teoria socialista de transformação social cujo fruto imediato teria sido Stalin, além da própria revolução sangrenta. Evidentemente, bem vistas as coisas, homens como Marx, Lênin, Stalin etc., possuem responsabilidades variadas no curso da luta socialista. É inegável que faz parte de qualquer processo de avaliação histórica examinar o papel que desempenharam. Entretanto, reduzir todo um período histórico a ação de tal ou qual personalidade é inverter as coisas.

Memória apagada

A procura de bodes expiatórios está associada à idéia de que o socialismo só produziu o mal, nada fez, foi um desastre. Comparando-se os países socialistas europeus aos países

capitalistas avançados, o socialismo perde numa série de itens. Aqueles possuem uma produção de artigos de consumo diversificado e numa escala que pode atender à demanda da maior parte de sua população. Seus métodos de organização e administração da produção lhes permitem alcançar altas produtividades e rentabilidades. Seus canais de comercialização são mais abertos e permitem captar mais facilmente as tendências sociais. E a participação e a liberdade política são ilusoriamente mais democráticas.

O socialismo, por seu turno, diminuiu as desigualdades sociais, democratizou a educação e a saúde numa escala muito ampla e eliminou o desemprego. E se perde nos outros itens, isso não pode ser dissociado das condições históricas em que se tornou realidade, apesar de certos problemas terem raízes em erros e enganos dos próprios socialistas. Não é possível apagar da memória o que eram os diferentes países e a vida dos povos onde o socialismo se implantou.

Antes de 1917, a Rússia era um país atrasado, com a maioria da população vivendo nas regiões rurais, sob o peso das tradições e a opressão da servidão. A indústria estava restrita a algumas poucas cidades, como Petrogrado (hoje Leningrado), Moscou e Baku (uma das bases da indústria petrolífera). O regime era monarquista absolutista, com liberdades públicas extremamente reduzidas, o que obrigava até os sindicatos a se organizarem clandestinamente.

Nesse mesmo período, a Inglaterra, a França e a Alemanha já eram grandes potências industriais, com colônias em diversas partes do mundo, que há muito haviam descartado o feudalismo e ingressado na ordem capitalista. A Inglaterra havia feito sua revolução burguesa em meados do século XVII, a França no final do século XVIII e a Alemanha em meados do século XIX. Elas estavam pelo menos cem anos a frente da

Rússia em matéria de evolução econômica quando ocorreu a Primeira Guerra Mundial, envolvendo todos esses países e desembocando na Revolução de Outubro de 1917.

O país surgido da revolução de 1917 não tinha as bases materiais para transformar-se em socialista. A construção socialista que os soviéticos tentaram empreender pela primeira vez na história da humanidade era, a rigor, a construção das condições materiais para ingressar no socialismo. A nova União Soviética precisava industrializar-se, formar toda uma geração de operários qualificados, técnicos, engenheiros e cientistas. Em outras palavras, precisava transformar, com certa rapidez, seus mujiques (camponeses) atrasados em cidadãos urbanos com qualificações industriais. Isso se tornou ainda mais difícil em virtude da resistência das antigas classes dominantes, que desencadearam a guerra civil e a intervenção estrangeira, ceifando a vida de toda uma geração de lideranças operárias que tiveram papel saliente na revolução.

A União Soviética partiu dessa situação e igualou-se aos países capitalistas avançados já no final da década de trinta e início da de quarenta. É verdade que existe toda uma polêmica sobre o método de industrialização empregado e as consequências decorrentes, mas não há dúvida de que seria necessário ingressar no industrialismo. O enfrentamento contra a máquina de guerra de Hitler teria redundado em desastre ainda maior se o país dos soviets não houvesse se transformado numa potência industrial.

Os países que adotaram o socialismo após a guerra da década de quarenta encontravam-se em situações bastante diversificadas. A Alemanha Oriental estava destruída, assim como a Checoslováquia e a Hungria, mas esses países possuíam uma população com certa experiência industrial e uma formação técnica mais ampla. A Polônia além de destruída,

era quase tão atrasada quanto a Rússia antes da revolução. Iugoslávia, Albânia, Bulgária e Romênia eram países muito atrasados, sem indústrias, em certo sentido numa situação pior do que a União Soviética no início da construção socialista.

Todos esses países, alguns dos quais podiam ser comparados a regiões atrasadas da América Latina, Ásia ou África, conseguiram industrializar-se, criar uma população tecnicamente mais avançada e superar os aspectos mais evidentes daquele atraso secular. É verdade que todos eles, do mesmo modo que a União Soviética, conseguiram realizar esse feito por meio de um processo de extração do sobre-trabalho de seus trabalhadores, idêntico ao processo de extração de mais-valia realizado pelos capitalistas. Uma das diferenças essenciais é que a maior parte daquele trabalho era apropriada pelo Estado e não pelos capitalistas, retornando para a produção e para a sociedade de uma forma bem mais proporcional. Outra é que a extração de mais-valia nos países capitalistas se deu e continua se dando de uma forma muito mais intensiva. Por incrível que pareça, isto representou um dos fatores de diminuição do ritmo de crescimento dos países socialistas.

Outro fator que beneficiou ao capitalismo e prejudicou ao socialismo, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e atenção aos problemas ecológicos decorrentes da industrialização, foi a exportação de capitais e a espoliação dos países pobres ou em desenvolvimento. Os países socialistas, pela natureza de seu sistema (apesar de tudo), não podiam participar do processo de exploração desenfreada da maioria do globo terrestre pelos países capitalistas avançados, exploração que deu a estes uma vantagem comparativa considerável na sua transformação em oásis de riqueza e bem-estar.

Apesar de tudo isso, os mais diferentes segmentos sociais do Leste Europeu assimilam com rapidez a idéia difundida

no Ocidente de que o capitalismo é e sempre foi o avesso do atraso e do autoritarismo. Lá, como cá, é corriqueiro encontrar-se, agora, identidade entre capitalismo e democracia, capitalismo e avanço tecnológico, capitalismo e bem-estar, capitalismo e opulência e riqueza para todos.

Ao fazer a propaganda das excelências da economia de mercado, a imprensa do Leste concentra-se no lado róseo de sociedades como a alemã, sueca, francesa e italiana. Nem mesmo a americana merece mais o destaque de antes, enquanto a japonesa é muito exótica para ser entendida. Quando alguém ousa lembrar que existe miséria e fome ao sul do Equador, para não chocar demais o ouvinte com os miseráveis existentes nos próprios países da Europa, isso é tido como propaganda comunista para denegrir a economia de mercado e o capitalismo.

Como no mais, há um verdadeiro apagamento de memória e da visão do mundo e do que foi processo de transformação do “capitalismo selvagem” em capitalismo desenvolvido em algumas áreas do mundo.

Analistas de todos os tipos simplesmente fingem ignorar o que foi o processo de exploração e espoliação dos trabalhadores durante os primórdios da industrialização capitalista, até pelo menos 1917, em países como Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos. Calam-se sobre as jornadas brutais de dezoito e vinte horas diárias e da exploração desenfreada das mulheres e crianças. Nada dizem sobre as repressões ferozes que se abatiam sobre os trabalhadores quando estes, por uma questão de sobrevivência, rebelavam-se exigindo melhores salários, menores jornadas e condições mais humanas de trabalho. E simplesmente emudecem quando alguém lhes ativa a memória lembrando que a Revolução Francesa de 1848 foi realizada, em pleno florescimento

da ordem capitalista, para conquistar o sufrágio universal. E que em vários países da Europa desenvolvida o voto feminino só foi consentido após a Segunda Guerra Mundial.

A revolução de 1917 e o início da construção socialista na União Soviética foram o primeiro terremoto sério na idéia de que o capitalismo era eterno e poderia continuar explorando e oprimindo impunemente aos trabalhadores. Nos países onde o capitalismo mais se desenvolvera, seus governos e seus capitalistas viram-se obrigados a repensar seus métodos de enfrentar as lutas dos trabalhadores, passando a combinar de forma mais constante as repressões com concessões.

Mesmo assim, todo o período que medeia entre as duas guerras mundiais é rico em repressões brutais contra os trabalhadores, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, para não falar da situação nas colônias e países atrasados. O fascismo surge como uma alternativa para liquidar o socialismo e conquista o poder na Itália e na Alemanha., submetendo os trabalhadores e todo o povo a um regime de terror jamais visto.

As duas grandes guerras, cujo desencadeamento é de responsabilidade direta das grandes potências capitalistas, elevaram ao paroxismo a repressão aos povos. Mas custaram muito caro ao capitalismo, ao colocar em perigo sua própria existência.

O resultado da aventura nazista, em aliança com a Itália e o Japão, foi particularmente desastroso. Surgiram uma série de países socialistas na Europa Central e nos Balcãs, em virtude da derrota de Hitler, Mussolini e Hiroito. Ao mesmo tempo, libertaram-se ou continuaram sua luta de libertação diversos países da Ásia, África e América Latina, fazendo implodir o velho colonialismo. China, Coreia, Vietnã, Laos, Camboja, Cuba, Moçambique, Angola travaram lutas de libertação com um claro sentido socialista. Índia, Indonésia,

Congo e outros países da África e Ásia buscaram a independência para ingressar num desenvolvimento autônomo de seu próprio capitalismo.

Para enfrentar esse processo, os países capitalistas mais avançados — em particular os Estados Unidos, o único país capitalista que não sofreu perdas materiais de vulto na guerra, enriquecendo-se como nunca — estabeleceram uma estratégia que combinava a Guerra Fria (mantendo a União Soviética sob ameaça constante de uma nova guerra e forçando-a a desviar recursos enormes da reconstrução econômica para as despesas militares), a intervenção militar nos movimentos de libertação (Grécia, Indochina, Coreia, Congo etc.), com investimentos maciços na reconstrução econômica da Europa (Plano Marshall) e Japão e com a adoção de novas formas de exploração e dominação de seus trabalhadores e dos países economicamente atrasados. Reformas de cunho social foram implantadas a força nos países derrotados e sob pressão nos demais para enfrentar politicamente os movimentos democráticos dirigidos pelos socialistas.

Além disso, o desenvolvimento econômico da Europa Ocidental e do Japão ocorreu tanto auxiliado pelo capital concentrado até então nos Estados Unidos, quanto pela possibilidade que esses países tiveram de realizar grandes investimentos nos países atrasados e arrancar desses investimentos lucros exorbitantes que utilizavam para modernizar e desenvolver constantemente seu parque industrial e manter seus trabalhadores num padrão de vida razoável. Em grande medida articularam as concessões a seus próprios trabalhadores, com a repressão brutal contra os trabalhadores dos países onde tinham investimentos.

Durante todas as décadas de cinquenta, sessenta e setenta, os capitalistas dos países avançados estimularam ditadu-

ras militares sanguinárias na maioria dos países do Terceiro Mundo, sustentando a peso de ouro governantes corruptos e assassinos, desde que esmagassem a ferro e fogo as lutas dos trabalhadores e garantissem os lucros das empresas estrangeiras. Figuras famosas e sinistras como Van Thieu, no Vietnã, Marcos, nas Filipinas, Idi Amin, em Uganda, Duvalier e Baby Doc, no Haiti, Videla e a malta de generais assassinos, na Argentina, Pinochet, no Chile, só para citar alguns, foram os instrumentos que o capitalismo empregou para construir um capitalismo “civilizado” em algumas áreas do mundo às custas da miséria e da morte de milhões de pessoas nos países do chamado Terceiro Mundo. E não esqueçamos que a ditadura de Saddam Hussein, no Iraque, foi financiada e protegida durante muito tempo pelas potências capitalistas.

Ao comparar capitalismo e socialismo é preciso reavivar a memória com todos esses fatos e situações.

A ILUSÃO DOS INOCENTES

A perda da corrida com os países capitalistas avançados na órbita tecnológica, e em especial no consumo de massa e nas liberdades públicas, criou em amplos setores da opinião pública dos países socialistas uma ilusão sobre a eficiência do capitalismo para resolver os problemas econômicos e sociais. Gerou uma ilusão de tal ordem que muitos só enxergam o capitalismo desenvolvido da Europa e dos Estados Unidos, sem considerar as vastas áreas que o capitalismo domina nos demais continentes.

A imagem mais forte da eficiência capitalista é o mercado. O mercado capaz de oferecer em abundância todos os equipamentos necessários para a atividade econômica e todos os bens necessários a uma vida de fartura. O mercado capaz de avançar sempre, modernizando a vida e a sociedade.

Numa escala menor, mas também bastante forte, aparece a sagrada propriedade. Por incrível que possa parecer, o socialismo centralizado que inibia a participação dos trabalhadores na gestão econômica e das coisas públicas, estimulou neles a mentalidade do individual, o primeiro passo para a mentalidade privatista. Impedida de participar na vida coletiva da sociedade — o partido e o Estado tudo resolviam — a

população dos países socialistas voltou-se para suas próprias questões cotidianas e particulares. Criaram-se assim as condições para a fácil assimilação da mentalidade privatista, capitalista, segundo a qual só progride aquilo que é fruto do interesse privado. Agora, com a perspectiva de adoção de mecanismos de mercado, dissemina-se a idéia de que as pessoas só trabalham se tiverem interesse individual. A gestão autônoma, lucrativa, a concorrência e a tecnologia, fruto de esforços privados, serão, segundo tal idéia, a alavanca para uma nova sociedade livre da escassez.

Por outro lado, não são poucos os que creditam todos os problemas do socialismo à ausência de democracia. E quando falam em democracia, falam concretamente em pluralismo partidário, eleições diretas para o parlamento nacional e a presidência, liberdade de opinião e organização.

O modelo de democracia mais em voga na opinião pública dos países socialistas é o americano. A democracia fica restrita, assim, a alguns mecanismos de democracia política, desprezando-se sua ampliação e a implantação da democracia econômica e social.

A Alemanha (ex-RDA), Checoslováquia, Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia e Iugoslávia experimentaram esse novo modelo de democracia, apesar das nuances existentes entre eles. Introduziram o pluripartidarismo, realizaram eleições para o parlamento, e para a presidência no caso da Checoslováquia e dos novos *lander* da Alemanha.

A liberdade de opinião é ampla e o paradigma dessa liberdade é o direito de publicar material pornográfico. A União Soviética já tem o pluripartidarismo de fato e a Albânia caminha para adotar esses mesmos mecanismos de democracia política. Criou-se a ilusão de que, com eles, as pessoas tudo podem e alcançarão a sonhada liberdade.

A imagem do mercado

A economia de mercado transformou-se, no leste socialista, na grande panacéia econômica, capaz de resolver todos os problemas da produção e da distribuição e alargar todos os gargalos. Toda vez que as pessoas se referem a ineficiência econômica de uma grande parte das empresas socialistas, a solução apontada é sempre a economia de mercado. Quando se discute a fartura do abastecimento e a riqueza e poder aquisitivo da população, a economia de mercado surge como a única capaz de proporcionar tais coisas. E sempre que está em pauta a modernidade e o avanço tecnológico, também o que aparece como instrumento para garantir esse processo é a economia de mercado.

É verdade que uma ou outra sombra se abate sobre essas imagens de eficiência, fartura, modernidade e avanço tecnológico. A sombra do desemprego e do corte das despesas sociais, quase sempre associada a eficiência, coloca em dúvida seu custo social. A sombra dos pobres dos Estados Unidos, dos sem-teto da Inglaterra, dos trabalhadores estrangeiros na Alemanha e França — para não falar dos povos miseráveis do resto do mundo capitalista — contrastam com a fartura das vitrines iluminadas. A falência de empresas que não conseguem acompanhar as mudanças tecnológicas e, ao mesmo tempo, as notícias de que em alguns campos tecnológicos os países capitalistas precisam copiar da União Soviética (como é o caso dos reatores nucleares para satélites artificiais), também ensombrecem o brilho da imagem infalível do mercado capitalista. Entretanto, em geral todas essas sombras são espantadas pela ilusão de que tais problemas só ocorrerão no início da implantação do mercado ou simplesmente são desconsideradas pelas belas imagens que as televisões e re-

vistas projetam da Suécia, Alemanha, França etc. Ou, ainda, pelo argumento de que essas sombras são produto da manipulação da propaganda anti-capitalista.

A tendência geral é, pois, da introdução plena dos mecanismos de mercado capitalistas, embora alguns setores políticos dos países socialistas considerem necessário introduzi-los mais vagarosamente, a fim de evitar convulsões sociais, ou introduzi-los com limitações sociais, mantendo algumas conquistas do socialismo. Por isso, embora a tendência geral seja a da implantação plena da economia de mercado, essa é uma questão não resolvida, com exceção talvez da Alemanha, onde a parte socialista foi anexada pela capitalista.

A plena introdução da economia de mercado, como propagada pelos defensores do capitalismo, inclui a privatização de toda ou da maior parte dos meios de produção (fábricas, empresas de serviço, empresas comerciais, terras, edificações, comunicações etc.), a transformação de todos os bens, artigos e relações sociais, em particular a força de trabalho, em mercadorias, capazes de serem vendidas e compradas sem restrições. Em outras palavras, a economia de mercado supõe o livre jogo das iniciativas privadas e a ação da lei da população do capitalismo.

Há muito tempo, porém, o livre jogo das iniciativas privadas no capitalismo, a chamada livre concorrência ou livre iniciativa, foi substituída pelo jogo entre os grandes monopólios e oligopólios, que administram seus superlucros e planejam o desenvolvimento capitalista de acordo com seus interesses exclusivos. São esses grandes grupos econômicos que têm condições de adquirir as empresas estatais, se a privatização nos países socialistas for aberta e total como tende a ser em alguns lugares. Mas eles vão adquiri-las de acordo com seus planos, se possível deixando que entrem em falência completa para comprá-las por preços insignificantes, como está acontecendo na

Alemanha. Por isso surgem reações e as primeiras ilusões perdidas. Muitos começam a se insurgir pela venda indiscriminada do patrimônio nacional aos grupos econômicos estrangeiros. Vivem o dilema de barrar o capital estrangeiro, que tem condições de realizar investimentos, ou priorizar o capital nacional, que não existe ou existe em pequena escala. E estudam fórmulas para combinar as duas coisas, garantindo ao mesmo tempo a manutenção das conquistas sociais anteriores.

Mas com o avanço das privatizações é inevitável que vigore plenamente a lei da população do capitalismo. Este só se reproduz de forma ampliada se um número cada vez menor de operários criar uma quantidade cada vez maior de produtos. Para isso, o avanço tecnológico que permite as máquinas substituir aos homens é essencial ao desenvolvimento capitalista. Como consequência, é essencial também que no capitalismo não vigore nenhum tipo de pleno emprego.

Ao contrário, além de poder libertar-se dos trabalhadores excedentes para aumentar a produtividade e a eficiência, os capitalistas precisam dessa massa de trabalhadores procurando emprego para aumentar a concorrência entre eles e forçar o rebaixamento do preço de sua força de trabalho, do salário. Essa é a lei da população do capitalismo, da economia de mercado, que todos os países socialistas em transformação no Leste Europeu conhecerão em maior ou menor escala. Na Alemanha do Leste já estão desempregados mais de 3 milhões de trabalhadores; na Polônia, cerca de um milhão; na União Soviética a previsão mais otimista é de 12 milhões de desempregados, logo que os mecanismos de mercado forem efetivamente aplicados.

Ao abolir administrativamente todos os mecanismos de mercado, os países socialistas cometeram, durante muitos anos, um erro crasso.

Os mecanismos de mercado só podem desaparecer da sociedade humana quando a capacidade produtiva for de tal ordem que o valor de troca das mercadorias seja zero ou quase zero. Até lá, muitas das chamadas leis de mercado continuarão agindo e devem ser atendidas para que não se criem gargalos intransponíveis como está ocorrendo agora. Ao mesmo tempo, mecanismos de novo tipo começarão a agir para livrar a sociedade das consequências danosas que as leis do mercado costumam gerar sob o capitalismo.

O processo de concentração e centralização da produção é, por exemplo, um processo inerente no capitalismo que deve continuar vigorando no socialismo. Mas isso não significa que possa estatizar e centralizar toda a economia, todas as empresas, como fizeram os países socialistas. No capitalismo, esse processo leva ao monopólio, mas não à extinção completa das pequenas e médias empresas. No socialismo, deveria conduzir à transformação das empresas estratégicas, que determinam o rumo principal da economia, em propriedade social, de modo que revertam seus rendimentos para o conjunto da sociedade. E a manutenção da propriedade privada nas pequenas e médias empresas como instrumento importante para o atendimento de uma gama enorme de necessidade sociais (artigos de consumo, serviços etc.) e como uma forma inigualável para absorver a mão-de-obra excedente do processo de modernização tecnológica das empresas.

Assim, a lei da população do capitalismo deve continuar vigorando no socialismo, mas com limitações. O Estado precisará estimular o aproveitamento da força de trabalho excedente através de mecanismos econômicos (áreas ainda pouco desenvolvidas da indústria, comércio e serviços), da criação de um seguro-desemprego compatível com uma vida digna e com o desenvolvimento de áreas de reciclagem profissional e científica.

O planejamento também não pode ser rigidamente centralizado. Ao contrário, deve ser um planejamento macroeconômico, com o Estado agindo em suas linhas gerais através dos estímulos de investimentos, juros e outros mecanismos de caráter econômico. As empresas devem ter autonomia para concorrer entre si no mercado, embora dentro dos limites do interesse social.

Essas e outras idéias sobre a utilização dos mecanismos de mercado num sentido socialista são minoritárias no conjunto da opinião pública dos países do Leste Europeu. É possível que a dura realidade da introdução do mercado capitalista force a busca de outras alternativas socialistas. Mas isso só o tempo dirá.

Pluralismo autoritário

É verdade que o socialismo estabelecido no Leste não permitia o exercício pleno da cidadania e, como na maior parte dos países capitalistas, também possuía cidadãos de primeira e de segunda. Com o tempo criou-se a chamada *nomenklatura*, que não só introduziu distorções na democracia econômica e social, como passou a ter o domínio absoluto da vida política. Os funcionários graduados do Estado e do partido dominante (diretores de empresa, oficiais graduados das forças armadas, diplomatas etc.) tornaram-se privilegiados tanto por obterem rendas mais altas, como por terem direitos que os demais não alcançavam.

Aqui se incluía o direito de fazer política. Para praticar exercício da cidadania as pessoas precisavam ingressar no partido dirigente e fazer carreira conforme as normas estabelecidas. O que poderia abranger eventualmente, a indicação numa lista de candidatos ao parlamento local, regional,

da república ou da federação, conforme a estrutura do país. A possibilidade de um cidadão comum candidatar-se a um posto eletivo fora da estrutura monopartidária era extremamente rara.

Os mecanismos da democracia representativa existiam, mas estavam totalmente controlados e distorcidos pelo sistema despótico de poder. Inexistiam formas de participação e consulta populares abertas e livres ou canais de manifestação e organização. Os interesses contraditórios dos diferentes segmentos eram impedidos de confrontar-se através de mecanismos institucionais legalmente constituídos. Paradoxalmente, as listas de candidatos aos diversos parlamentos deveriam comportar a participação proporcional dos segmentos sociais existentes. Mulheres, jovens, categorias profissionais etc., tinham garantida sua participação parlamentar de acordo com o peso que possuíam na população total.

Os movimentos pela democratização nos países da Europa Oriental romperam com a legislação anterior, impondo fundamentalmente o pluripartidarismo e tornando aparentemente mais livres os processos eleitorais. Em vários casos, como na Hungria, foram admitidos mecanismos de consulta ampla, como os plebiscitos. O sufrágio universal e secreto tornou-se a pedra fundamental do novo tipo de democracia.

Os processos eleitorais realizados em todos os países do Leste após a introdução do pluripartidarismo constituíram, em geral, derrotas para as forças socialistas. Excetuando a Bulgária, Romênia, parte da União Soviética e, agora, a Albânia, nos demais países foram vencedoras as forças de direita e de centro, anti-socialistas.

É interessante notar como essas disputas eleitorais, que teoricamente deveriam haver reimplantado a democracia plena, trouxeram desde seu início alguns dos vícios que deformam os direitos da cidadania nos países capitalistas. De imediato

a legislação eliminou a representação proporcional dos diferentes segmentos sociais no parlamento. Se antes a representação era formal, agora é nula para diversos daqueles segmentos.

Por outro lado, as forças de direita e de centro contaram com forte apoio financeiro, material e humano dos países ocidentais, introduzindo fatores nada democráticos na disputa. Os candidatos com mais recursos financeiros e materiais levaram uma vantagem considerável sobre os demais. Com o tempo à medida que os mecanismos de mercado forem se consolidando e criando novas diferenciações sociais, o pluralismo partidário se tornará, como nos países capitalistas, não um canal para a plena manifestação da cidadania, porém a arena da concorrência entre os novos segmentos privilegiados dessas sociedades. As ditaduras burocráticas terão sido substituídas pelo pluralismo autoritário.

Embora o pluralismo partidário e os mecanismos da democracia liberal possam até representar certo avanço em relação à política anterior dos países socialistas, não passa de ilusão a suposição de que eles significarão a implantação plena da democracia. Por outro lado, o combate a tal ilusão não pode visar o retorno ao sistema que castrava a cidadania. Deve visar o rompimento com as limitações autoritárias do pluralismo liberal e descobrir novos mecanismos para transformá-lo num instrumento cada vez mais amplo para manifestação política de todos os setores da sociedade, combinando a democracia representativa com mecanismos diversificados de consulta popular.

A ética dos mais fortes

Não houve potência capitalista que não investisse pesado nas mudanças no Leste Europeu. Elas alimentaram agentes provo-

cadores e sabotadores. Incentivaram e financiaram as mais diferentes oposições, inclusive oposições de esquerda, para subverter não apenas os governos autoritários e ditatoriais daqueles países, mas também o próprio sistema econômico e social.

Na disputa ideológica e política, duas armas principais foram utilizadas: a sociedade abastada de consumo dos países capitalistas centrais e a democracia. E complementaram isso com a promessa de “ajuda” financeira para reorganizar e reerguer a economia dos países socialistas que aceitassem seguir o caminho capitalista.

Herr Helmut Kohl, chanceler da Alemanha Federal e principal dirigente do Partido Democrata Cristão, desdobrou-se em promessas. A forte moeda alemã-ocidental, o marco, transformou-se em miragem para grandes parcelas das populações do Leste. Receberiam milhões ou bilhões de marcos e transformariam rapidamente seus países, levando-os alcançar os padrões de vida da própria Alemanha, da Suécia ou da França. Tudo num piscar de olhos.

Herr Kohl continuou com as promessas mesmo depois que o Muro de Berlim caiu e que a Alemanha Federal passou a dedicar todos seus esforços a anexação da Alemanha Democrática. Os governos da Polônia, Hungria e Checoslováquia ainda choram a perda da “ajuda” que iria para eles, mas foi pretensamente desviada para a reconstrução da economia do lado alemão-oriental. Desse lado muitos passaram a esperar o dia 1º de julho de 1990 como o dia da redenção. A partir de então (união monetária), bilhões de marcos jorrariam, transformando a obsoleta indústria do leste alemão.

Entretanto, seguindo rigorosamente as leis da economia de mercado, os empresários alemães estão jogando seus produtos no lado oriental a preços mais competitivos, em alguns casos até abaixo dos custos (*dumping*) e simplesmente aguardando a

quebradeira geral das indústrias dos “irmãos” para comprá-las por nada ou quase nada. E a indústria farmacêutica, para não submeter-se ao acordo de manter baixos os preços dos remédios no antigo território da Alemanha Democrática, simplesmente não os coloca à venda ali, deixando a população desamparada. *Herr Khol*, que posou de estadista e com suas promessas foi o grande vitorioso nas eleições da Alemanha unificada, agora é visto como um demagogo pelos milhões de alemães-orientais desempregados, que se sentem enganados.

O Sol Nascente não fica atrás. Também acenou com “ajuda”, embora de forma mais discreta, mas é um fiel servidor das leis do mercado. Os japoneses só investem se têm certeza do retorno com lucros. Assim, suas condições são privatizar ou realizar *joint-ventures* que permitam bons ganhos.

A França bem que fez força para disputar o mercado da Alemanha do Leste e também para utilizá-la como ponta de lança de sua penetração no resto da Europa Oriental. *Monsieur Mitterrand* não queria ficar atrás. Mas seus capitalistas só aplicam dinheiro conforme as leis da economia de mercado. “Ajuda” para eles é isso.

Tire-se, porém, o chapéu para Bush, presidente dos Estados Unidos. Apesar de haver colhido poucos lucros financeiros, foi o grande articulador político do processo global. Foi o Tio Sam quem investiu pesado numa estratégia global de mudança pacífica do sistema socialista. Se ele não houvesse estendido a mão para Gorbachev e aceito fazer alguns acordos para diminuir as possibilidades de confronto entre EUA e URSS, dificilmente esta teria podido avançar em seu processo de desmobilização e retraimento de suas linhas de defesa, liberando os países da Europa Oriental para as reformas.

Bush, apesar disso, não quer ter somente lucros políticos e morais. Mas aí vai ter que disputar no mercado, mercado

cada vez mais dominado pela Alemanha e Japão. A ética capitalista é a ética do mercado. E a ética do mercado é a ética dos mais fortes.

DESPERTANDO PARA UM SONHO REALISTA

Apesar do fracasso do atual tipo de socialismo, que combinava estatismo e centralização rígida na economia com despotismo, até mesmo esclarecido, na política, isso não significa a derrota do socialismo nem de seus ideais. Primeiro porque o capitalismo, onde criou uma sociedade abastada, o fez às custas de sacrifícios sem conta de seus trabalhadores e sempre forçado por estes a conceder melhores condições de vida e trabalho. E o fez mantendo na miséria mais abjeta massas imensas de povos de outros continentes. O capitalismo opulento da Europa, Estados Unidos e Japão só existe porque subsiste o capitalismo selvagem no resto do mundo.

O socialismo, mesmo na forma como foi construído, apresentou a possibilidade de conquistas econômicas e sociais de um tipo superior: condições básicas de vida para todos, instrução, saúde, cultura, segurança no emprego... E, apesar de toda a polêmica, mostrou que os trabalhadores podem alcançar o poder.

A tentativa de abolir as leis econômicas do capitalismo por meio de decisões administrativas foi um desastre que colocou em risco as próprias conquistas econômicas e sociais. E fez com que o socialismo enveredasse por formas ditatori-

ais de governo para enquadrar a economia e a sociedade no figurino que moldaram.

A adoção de subsídios, a centralização absurda, o emprego de formas únicas de propriedade e gestão, a estatização exagerada, o tipo cartorial de pleno emprego — tudo isso conduziu as economias socialistas do Leste a um estreito beco sem saída, com o predomínio da ineficiência. E os ideais socialistas só podem tornar-se realidade com uma economia eficiente que, além de fornecer à população os bens materiais desejados, lhe proporcione instrução e saber.

Por isso a pressão ideológica do capitalismo se concentra em demonstrar que o socialismo é incapaz de criar uma economia eficiente, algo que o capitalismo teria alcançado. O problema é que o capitalismo só consegue eficiência a um terrível custo social.

Uma economia socialista também pode alcançar eficiência, a um custo muito menor, se abandonar a suposição de que é possível extinguir todos os aspectos do capitalismo de uma só vez e por decretos administrativos. Ao contrário, um governo socialista deve — ao mesmo tempo que socializa os principais meios de produção — estabelecer uma política salarial e políticas complementares de renda que garantam uma vida digna para os trabalhadores. Além disso, precisa adotar um planejamento econômico para as linhas gerais de investimentos e desenvolvimento e adotar vários dos mecanismos do capitalismo que permitiram a constante revolução de suas forças produtivas e a agilidade de suas formas de distribuição e comercialização.

Isso vai exigir, portanto, que o socialismo seja uma combinação de diversas formas de propriedade, diferentes formas de gestão, formas variadas de ocupação e aproveitamento do excedente de trabalhadores, assim como articulação do pla-

nejamento com os mecanismos de mercado. O Estado socialista interfere na economia para direcionar os investimentos de forma mais equilibrada para os diferentes setores, para corrigir as distorções, evitar o aprofundamento de polarizações sociais e garantir uma distribuição adequada da renda nacional.

O fracasso do atual tipo de socialismo também está relacionado com sua incapacidade em estabelecer e ampliar as formas de democracia, tanto econômicas e sociais quanto políticas. Isso permitiu o absurdo: deixar que o capitalismo apresentasse sua democracia liberal como o máximo em matéria de regime político.

Entretanto, do mesmo que o socialismo pode ser eficiente na economia, ele pode ser capaz de desenvolver a democracia política em círculos muitos mais amplos do que a democracia liberal. Os socialistas precisam aprender que a luta pela ampliação da democracia, inclusive da democracia liberal, é a maior escola de educação dos trabalhadores em sua luta contra o capital. Sem vivenciá-la e utilizá-la contra o próprio capitalismo não é possível colocar a nu suas limitações, não é possível evidenciar o aspecto restritivo da democracia parlamentar nem descobrir novos mecanismos que possibilitem a participação popular nas questões do Estado.

O pluripartidarismo, indispensável para que as manifestações políticas dos diferentes segmentos sociais tenham vez e voz, precisará ampliar-se no sentido de evitar que fique restrito aqueles segmentos que possuem poder econômico ou domínio do saber. A representação parlamentar terá que comportar, também, certa proporcionalidade social e será preciso descobrir formas diversificadas e variadas de consulta a população. Isso, é lógico, além de uma adequada divisão de responsabilidade entre as atribuições do poder central, dos poderes locais e das comunidades.

O capitalismo não tem condições de suportar uma ampla democracia desse tipo. E o socialismo terá que descobrir o duro caminho das pedras para implantá-la, apesar da resistência, das sabotagens e da violência capitalista. Terá que despertar para o sonho realista de que, como sistema econômico, social e político, não passa de um longo e complicado processo em que deve lutar contra os mecanismos capitalistas que ainda não esgotaram seu papel, ao mesmo tempo convivendo com eles e aproveitando seus aspectos positivos.

A crise atual do socialismo é acima de tudo, a crise de encará-lo como um sistema definitivo e não como um processo de transição. Retomando a perspectiva originária, talvez seja mais fácil assimilar as dolorosas experiências do período atual e enfrentar a ofensiva ideológica e política do capitalismo, sem capitular.

ANEXOS

TEMORES DE NOVOS PESADELOS

A nova Alemanha unificada, com seus quase 80 milhões de habitantes e sua poderosa base industrial e agrícola, consolidou a posição de maior potência capitalista da Europa. Realidade que fez renascerem os temores de que os tradicionais apetites expansionistas germânicos ressuscitem e tragam novos pesadelos ao mundo.

As primeiras notícias sobre os germanos datam do ano 100 antes da era cristã. Divididos em numerosos grupos (vândalos, borgúndios, francos, godos, batavos, saxões, alamanes, suevos, lombardos etc.), praticavam a agricultura de forma comunitária e combinavam o comércio com expedições saqueadoras. Ocupavam parte da Escandinávia, os vales do Elba, Reno e Weser e a costa do Mar do Norte.

No período do Império Romano estruturaram uma organização social em que se distinguiam os nobres, a população livre (possuidora de direitos civis e apta para o uso das armas), uma população semi-livre (de tribos submetidas, mas culturalmente afins) e os escravos (prisioneiros de guerra e escravos por dívidas). O conjunto dos homens aptos para a guerra (nobres e livres) constituíam o exército, cuja assembléia era o órgão supremo de cada tribo, agindo inclusive como tribunal. As tribos escolhiam seu rei ou seu duque entre os nobres.

Essas tribos germânicas realizaram uma série de grandes migrações armadas no início da era cristã. Espalhando-se e assentando-se nos territórios do Império Romano do Ocidente, conduziram-no à desagregação e a sua divisão num mosaico de reinos germânicos. Espalharam-se também para o leste, penetrando nas regiões dos eslavos e obrigando-os a converter-se ao cristianismo e a aceitar a fundação de bispados em seus territórios. Criavam comunidades econômicas em que coexistiam com os eslavos, tornando predominante sua cultura jurídica e política. O Império dos Germanos surgiu por volta dos anos 900, mas o poder e os interesses dos duques dos diferentes reinos ou ducados o mantiveram sob constantes distúrbios internos. Isso não os impediu, porém de realizar uma política expansionista, seja através das cruzadas, seja através de guerras de conquista.

A partir dos anos 1500, paralelamente as disputas entre as cidades e os feudos, as revoltas camponesas e a efervescência religiosa, o Império Germânico começa a ser chamado Alemanha. Foi Martinho Lutero, um professor de Teologia da Universidade de Wittenberg, quem traduziu a Bíblia para o alemão, dando-lhe uma estrutura gramatical que não possuía antes.

Lutero, responsável assim pela criação da moderna língua alemã e pela difusão do nome Alemanha, foi também o responsável pela primeira grande divisão do cristianismo da era moderna, ao defender a reforma da Igreja e opor-se ao papa, rompendo com a Igreja de Roma.

Essa grande controvérsia e divisão religiosa marcou todas as guerras e movimentos posteriores na Europa. O poder dos príncipes alemães saiu reforçado nesse processo, fazendo com que o Império passasse a se constituir de trezentos territórios soberanos, um monstro feudal com governos absolutistas.

Entre todos eles, destacou-se o Estado burocrático militarista prussiano, criado por Frederico Guilherme I, que se transformou num dos pilares do conservadorismo europeu.

Num esforço continuado, desenvolvido principalmente por Otto Von Bismarck, primeiro-ministro do príncipe Guilherme I, a Prússia conseguiu unificar Alemanha sob sua hegemonia. Para Bismarck, “os grandes problemas desta época não se resolvem com discursos ou votações majoritárias, mas sim a sangue e ferro.” Em 1871, ao tempo em que proclamava o Reich alemão, Bismarck ordenava que suas tropas esmagassem a Comuna de Paris a pedido dos conservadores franceses, contra quem guerreara até há pouco.

A Alemanha unificada no II Reich entrou na disputa colonialista, ampliando seus interesses na África e na Ásia. Transformou-se na maior potência industrial da Europa na época e passou a exigir “um lugar ao sol” na divisão imperialista do mundo. Em função dos interesses de seus grandes grupos econômicos, necessitados de maiores mercados, armou expedições militares que ocuparam cidades na China (Tingtao) e Marrocos (Tanger). E participou ativamente no desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, ao incentivar a Áustria em sua política expansionista.

Logo após essa guerra, o exército alemão afogou em sangue as tentativas de implantar no país um regime de tipo soviético. E, juntamente com os conservadores desestabilizou a República democrática estabelecida em Weimar. O grande capital alemão, diante da crise econômica e social, preferiu estimular e financiar a política de Hitler, do Partido Nacional Socialista da Alemanha (Nazista), antes denominado Partido Operário Alemão. Hitler propunha proclamar um Estado de exceção, resolver o problema do desemprego por meio do rearmamento do país e conquistar “o espaço vital” da Alemanha, “livrando o mundo do bolchevismo”.

Em 1933, após a vitória eleitoral de seu partido, Hitler foi nomeado chanceler. Com o apoio do Exército e dos capitalistas, fundou o III Reich e, colocando em prática o que se propunha, iniciou a preparação febril da Segunda Guerra Mundial. Apesar disso, na esperança de que os nazistas contribuíssem para reforçar o “cor-

dão sanitário” em torno da União Soviética e conter os movimentos comunistas, socialistas e populares, as potências ocidentais estimularam o quanto puderam a Alemanha em sua política. Somente as exigências territoriais nazistas, ferindo os interesses daquelas potências, as levaram a posicionar-se tarde demais contra o perigo representado pela política de Hitler.

A guerra, que envolveu praticamente todos os países do mundo entre 1939 e 1945, ceifou a vida de mais de cinquenta milhões de pessoas e causou uma destruição nunca vista.

A Alemanha, que tinha como aliados o Japão, Itália, Hungria e Romênia, foi derrotada e, como resultado, acabou sendo dividida em dois países, com governos e sistemas opostos. Em outubro de 1949, um mês após os setores ocupados pelas tropas norte-americanas, inglesas e francesas, com seus 248.630 quilômetros quadrados, terem se tornado a República Federal da Alemanha, o setor ocupado pelas tropas soviéticas, compreendendo as antigas regiões de Meklenberg, Brandenburg, Saxônia e Turingia, num total de 108.333 quilômetros quadrados, transformou-se na República Democrática Alemã.

Berlim, a tradicional capital do Reich, situada a 170 quilômetros da fronteira entre as duas Alemanhas, também permaneceu dividida, tornando-se um enclave no coração da Alemanha Democrática. Seu lado oeste, antes ocupado pelos franceses, ingleses e norte-americanos, passou a ser administrado pela República Federal, enquanto o setor leste tornou-se a capital da Alemanha Democrática.

A Alemanha Federal, com 61 milhões de habitantes, desde o início beneficiou-se com a estratégia de guerra-fria desenvolvida pelas potências ocidentais. Durante os cinco anos posteriores a 1949, recebeu do Plano Marshall mais de 3,2 milhões de dólares (de 1949), que permitiram a recuperação da produção agrícola e a modernização do parque industrial, que saíra milagrosamente

intacto das destruições da guerra (somente 10% das fábricas e instalações industriais da Alemanha foram destruídos pelos bombardeios aliados.)

Entretanto, o instrumento que deu o impulso para o tão falado “milagre alemão” do pós-guerra foi o conflito coreano. Iniciado em junho de 1950, causou grande procura de ferro, aço, máquinas pesadas e outros equipamentos pelos países ocidentais envolvidos, permitindo a Alemanha Federal superar o seu déficit na balança comercial e dar trabalho aos milhões de trabalhadores que se encontravam desempregados.

Sem ser onerada por despesas militares — as duas Alemanhas estavam proibidas, até então, de ter exércitos — a Alemanha Federal estabeleceu uma política de investimentos com prioridade ao desenvolvimento industrial.

Os empresários tiveram uma série de incentivos: isenções fiscais para os que reinvestissem seus lucros, isenção de impostos para as horas-extras e para as altas rendas e exportações. Em outras palavras, o governo alemão-ocidental transferiu recursos públicos: para estimular os empresários a investir. Não por acaso a participação dos salários no produto interno foi relativamente baixa nos anos do milagre.

Em 1970, a Alemanha Federal era a quarta potência industrial do mundo. Seu ininterrupto crescimento econômico colocou-a diante da escassez de mão-de-obra, levando-a a uma política de recrutamento de trabalhadores estrangeiros ou “trabalhadores convidados” (*gastarbeiter*). Mais de 4,6 milhões de turcos, iuguslavs, italianos, gregos, espanhóis e portugueses incorporaram-se à força de trabalho nacional.

O “milagre” terminou com a recessão de 1966/67, colocando no desemprego 1,3 milhão de trabalhadores. O governo alemão-ocidental teve que retomar o método de ajudar os empresários a investir nas indústrias e ramos em dificuldades.

Embora membro proeminente da economia de livre mercado, a Alemanha Federal utilizou o planejamento e os investimentos públicos como instrumentos importantes para a recuperação econômica. Na superação dos problemas enfrentados posteriormente, com as crises do petróleo em 1973 e 1978 e com a recessão do início dos anos oitenta, esses instrumentos voltaram a desempenhar o mesmo papel.

Com uma economia baseada em tecnologias avançadas voltadas fundamentalmente para a exportação, a Alemanha Federal transformou-se numa potência com interesses na esmagadora maioria dos países do mundo. Com isso conseguiu inclusive o “milagre” de recuperar suas regiões onde o meio-ambiente fora destruído pelas minas de carvão, siderúrgicas e outras indústrias poluidoras: simplesmente exportou para outros países os ramos industriais indesejáveis.

Por seu lado, com apenas 17 milhões de habitantes, a Alemanha Democrática enfrentou desde o início uma situação completamente diferente. Não havia a seu lado qualquer potência enriquecida pela guerra e disposta a investir grandes recursos na sua recuperação.

A União Soviética curava suas próprias feridas e perdas e seu movimento inicial foi desmontar fábricas e equipamentos alemães para tomá-los como indenizações de guerra. Isso reduziu a capacidade industrial da Alemanha do Leste em 45%.

Além disso, outro fator agravante foi o constante fluxo de alemães do setor controlado pelos soviéticos para os setores controlados pelos aliados ocidentais.

Mais de 3 milhões de trabalhadores transferiram-se para o oeste, seja influenciados pela antiga propaganda nazista contra os soviéticos, seja sob a ação da propaganda da Guerra Fria, ou dos erros políticos cometidos pelo governo socialista, colocando em risco a recuperação econômica da Alemanha Democrática.

Para preservar sua força de trabalho, o governo alemão-oriental decidiu construir uma extensa zona de ninguém. Constituída de valetas e faixas proibidas, a zona estendia-se ao longo dos 1.338 quilômetros de fronteira entre as duas Alemanhas, indo da Baía de Lubeck, ao norte, até a fronteira com a Checoslováquia, a sudeste de Hof, na Baviera, ao sul. Bloqueando 32 ferrovias, três *autobahn* (vias expressas) e 31 rodovias, os alemães-orientais conseguiram em parte conter o êxodo para o ocidente.

Berlim continuava porém uma porta aberta para o lado ocidental, apesar de encravada no centro da Alemanha Democrática.

Para fechá-la, o governo alemão-oriental adotou, em agosto de 1961, medida idêntica à de 1952 para dificultar a travessia da fronteira entre as Alemanhas: construiu o famoso Muro. A partir daí o crescimento vegetativo da população do lado oriental passou a suplantiar a fuga eventual para o lado Ocidental.

Além dos pequenos recursos humanos, a parte oriental também é pobre em recursos minerais.

Enquanto a Alemanha Ocidental possui grandes jazidas de carvão mineral e ferro, a Alemanha do Leste somente é rica em potassa e linhita, esta responsável por 80% da energia gerada no país e pelos seus principais problemas de poluição.

Entretanto, apesar dessas e de outras dificuldades relacionadas com as barreiras criadas pela Guerra Fria, a Alemanha Democrática realizou pesados investimentos na área da educação. Criou toda uma nova geração de trabalhadores especializados e conseguiu, na década de sessenta, também viver o seu "milagre econômico".

A SOLIDARIEDADE PARTIDA

Apesar das aparências, a Polônia não é um país uniforme. O sétimo maior país europeu em extensão, com 312.700 quilômetros quadrados, possui, além de sua planície central, as regiões dos lagos glaciais e a costa báltica, ao norte, as florestas primitivas do nordeste e as regiões montanhosas do sul, onde estão situados os montes Tatras e os Sudetos. E, além dos poloneses, descendentes da tribo eslava dos Polânios, habitam suas terras grupos dispersos de húngaros, alemães, eslavos do sul e ucranianos.

Imprensados entre a Alemanha, Checoslováquia e União Soviética, desde o passado mais remoto os poloneses viram-se ameaçados, de uma forma ou outra, por seus vizinhos. Sem barreiras naturais nas extremidades leste e oeste de sua planície central, a Polônia sempre encontrou grandes dificuldades para defender seu território e sua identidade nacional.

Seu território, ocupado originalmente pelos eslavos ocidentais (polacos, pomerânios, masovios), foi constantemente atravessado pelos povos do norte (germanos do norte e bálticos) e pelos povos estepários (hunos, tártaros, ávaros) em suas incursões aos Balcãs e Bizâncio. Os normandos fundaram o Ducado da Polônia, constituindo uma aristocracia comercial e guerreira superposta à população eslava, por volta do ano 1.000. Logo depois os eslavos con-

seguiram formar um Estado independente que se confrontou com a política de expansão germânica para o leste e com as pretensões russas no oeste.

Em 1795 a Polônia deixa de existir como nação independente por 120 anos. Suas fronteiras sofrem então modificações segundo as disputas das grandes potências européias.

As guerras deixaram marcas profundas na Polônia, embora nenhuma delas tão trágica quanto a Segunda Guerra Mundial. Os 38 milhões de habitantes de hoje ainda são menos do que os 39 milhões existentes em 1939.

Grande parte das cidades polonesas foi destruída e Varsóvia, sua capital, teve 86% de suas construções reduzidas a pó. Na nova divisão territorial do pós-guerra, cerca de duzentos quilômetros dos territórios do leste, constituídos de regiões rurais, foram permutados por regiões do oeste e noroeste, que antes pertenciam à Alemanha. Aí foi incluída a antiga Dantzig (hoje Gdansk).

Apesar da terrível destruição sofrida pela Polônia, o sistema de planejamento centralizado, instaurado com o novo regime socialista após a libertação da ocupação nazista, conseguiu reconstruir a economia e o país, estabelecendo um razoável parque industrial. Em 1970, dos mais de 15 milhões de pessoas ativas, 35% dedicavam-se a indústria e construção, enquanto 30% continuavam na agricultura. Comparados com 1946, quando 68% viviam da terra, esses dados mostram uma modificação considerável da economia polonesa.

Com mais de 50% de suas terras agricultáveis, a Polónia foi um importante exportador de alimentos na década de cinquenta. Mas, incapaz de modernizar sua produção agrícola, tornou-se importadora de alimentos. Cresceram os problemas de abastecimento de vários dos produtos de primeira necessidade, como a carne, gerando descontentamentos entre a população. Entretanto, não se pode responsabilizar a estatização ou a coletivização cooperativista por esses problemas.

As propriedades agrícolas cooperativas e estatais englobavam somente 23% do total da propriedade da terra, enquanto as propriedades privadas de pequenos agricultores somavam 77%.

É verdade que a estrutura industrial polonesa, voltada principalmente para a siderurgia (12 milhões de toneladas anuais) e para a produção de equipamentos pesados, não atendia as necessidades da agricultura nem da indústria de consumo.

Assim, os governos socialistas melhoraram sensivelmente a situação habitacional, de assistência médica e previdência social, mas não conseguiram desenvolver positivamente o poder aquisitivo, o abastecimento e outros benefícios sociais, conduzindo os trabalhadores a realizar inúmeros movimentos de protesto. A forte presença do catolicismo e da ação social e política da Igreja foram componentes importantes nesses movimentos e na pressão para mudanças radicais no sistema econômico e político.

Em Poznan, cidade industrial a oeste de Varsóvia, ocorreu o primeiro levante sério dos trabalhadores contra o governo, obrigando a mudanças na direção do país e na introdução de reformas econômicas que poderiam ter levado a Polônia a fugir do modelo altamente centralizado.

Mas as reformas foram de pequeno fôlego e a economia continuou em seu processo de deterioração. Em 1970, o governo viu-se na contingência de elevar os preços dos alimentos básicos, gerando uma tempestade de greves, protestos e ocupações de fábricas, repressões policiais e militares, mortes. O governo Gomulka teve que renunciar e novas reformas foram prometidas pelo governo que o sucedeu.

Através de empréstimos externos e importação de tecnologia e máquinas, particularmente ocidentais, o novo governo realimentou o crescimento econômico, voltando-o principalmente para a produção de bens de consumo.

Entretanto, incapaz de modificar o padrão de produção agrícola para elevar sua produtividade e seu volume, viu-se novamente

diante da necessidade de elevar os preços dos alimentos básicos, a fim de diminuir os subsídios e sua carga sobre o orçamento estatal.

Em junho de 1976, diante dessa tentativa do governo, repetiram-se as greves e protestos. A mistura de subsídios exorbitantes, produtividade declinante e crescimento da dívida externa para 17 bilhões de dólares, tornou incontável o monitoramento da economia. Era previsível, pois, uma nova explosão de protesto dos trabalhadores, que acabou ocorrendo em 1980.

Essa explosão foi importante para o futuro da Polônia, tanto pela grande mobilização dos trabalhadores, quanto por sua decisão de formar o Sindicato Solidariedade e pela formação de um novo governo.

Este, dirigido pelo General Jaruzelski, apesar de haver colocado o país sob lei marcial e o Sindicato Solidariedade fora da lei, por outro lado retomou as reformas econômicas de sentido liberal e propiciou as condições para a implantação do pluripartidarismo e a realização de eleições, inclusive a recente eleição que levou Lech Walesa à presidência.

Entretanto, se essas mudanças abriram novos horizontes para a Polônia, muitos dos quais ainda nebulosos, pelo menos uma coisa é clara. As eleições presidenciais, colocando em campos opostos duas alas do antigo sindicato independente fundado em Gdansk, partiram definitivamente a antiga solidariedade que unia a maior parte dos trabalhadores poloneses.

O PAÍS DOS CASTELOS

A Checoslováquia, para um visitante desavisado, parece uma única nação. A língua falada em suas três grandes regiões — Boêmia, Morávia e Eslováquia — parece uma só, possuindo uma mesma raiz eslava. Entretanto, checos (boêmios e morávios) e eslovaços esforçam-se por diferenciar suas culturas e firmar suas próprias nacionalidades e as características diferentes de suas línguas.

Sua história comum começa entre os anos 400 e 600 de nossa era. Tribos eslavas deslocaram-se para as bacias dos rios Danúbio, Vltava e Tisza e por volta dos anos 800 fundaram o Império Morávio. Cem anos depois, porém, os magiares invadiram a região e ocuparam toda a bacia do Danúbio e do Tisza.

As populações eslavas que ficaram sob o domínio magiar até o século atual, seguiram um caminho diferente dos eslavos do norte (checos). Estes ainda tiveram quatrocentos anos de vida independente, só depois sendo dominados pelo Império Austríaco, situação que perdurou até o século atual.

Somente em 1918, após a Primeira Guerra Mundial, como resultado das negociações de paz, checos e eslovaços voltaram a formar uma federação e o território de sua República ganhou a conformação que tem hoje, com seus 127.894 quilômetros quadrados e seus 15 milhões de habitantes. Além dos checos e eslova-

cos, porém, o território da República abriga minorias nacionais húngaras, ucranianas, polonesas e alemãs. Dois terços dos habitantes são checos.

A Boêmia fica situada a oeste. É uma região cercada por montanhas, separadas por vales e gargantas que se comunicam entre si e onde foram construídas cidades com vida comercial e cultural intensas. Quase duzentas fontes minerais e estações de águas — a exemplo de Karlovy Vary — e mais três mil castelos e palácios são a expressão mais nítida do desenvolvimento que a região alcançou desde a Idade Média. Em Praga, a principal cidade da Boêmia e capital da Checoslováquia, encontra-se a maior concentração arquitetônica do período medieval, com destaque para o Castelo de Praga, a catedral gótica de São Vito e os prédios da praça da Prefeitura da Cidade Velha.

A Morávia, situada a leste, embora possua regiões rurais de rara beleza, também pontilhadas de castelos e palácios oriundos do período medieval, é a zona industrial da Checoslováquia. Rica em recursos minerais (carvão, ferro, níquel etc.), foi seu desenvolvimento na segunda metade do século passado que colocou o país como um dos mais industrializados da Europa, ainda como parte do Império Austríaco. As indústrias Bata e Skoda tornaram-se mundialmente famosas, desde o fim do século passado, na fabricação de calçados, armamentos, motores, máquinas e automóveis.

A Eslováquia, compreendendo a parte leste do país, é toda montanhosa, excetuando-se somente sua porção sul, onde corre o Danúbio através de planícies férteis. Na fronteira com a Polônia, sobre os Cárpatos, encontram-se os Altos Tatras, com mais de 2.600 metros de altura. Densas florestas cobrem boa parte de seu território. Bratislava, sua capital, e outras cidades da República, conheceram um rápido processo de industrialização após a Segunda Guerra Mundial, transformando consideravelmente a paisagem da antiga Eslováquia rural.

No período imediatamente anterior a Segunda Guerra Mundial, a Checoslováquia fora uma vez mais desmembrada. O Acordo de Munique, assinado pela Inglaterra, França, Itália e Alemanha, supostamente para aplacar as pretensões territoriais de Hitler, cedeu os Sudetos à Alemanha e outras parcelas a Hungria à Polônia.

Embora tenha sofrido os horrores da ocupação germânica, a Checoslováquia teve a maior parte de seu parque industrial preservado. Forte na construção de máquinas e equipamentos leves, essa tradição industrial checa não foi, porém, aproveitada pelo regime socialista, implantado após a libertação do país. Ao dar prioridade absoluta à indústria pesada, em particular à siderurgia, abandonou aquela tradição, situação que se agravou com a guerra-fria. Esta impediu que os checos mantivessem seus tradicionais laços comerciais com o Ocidente, causando um impacto muito negativo sobre as indústrias de bens de consumo durável, como calçados e cristais, que possuíam grande procura na Europa e outros continentes.

Apesar desses problemas, a Checoslováquia experimentou um rápido desenvolvimento econômico no pós-guerra, com a extensão de benefícios sociais à maioria da população. Com a maior parte de sua indústria estatizada e sua agricultura coletivizada, os checos eram, juntamente com os alemães-orientais, os países de maior desenvolvimento e padrão de vida na Europa do Leste. Mesmo assim, já na década de sessenta o sistema econômico ultracentralizado mostrou sinais evidentes de exaustão e passou a exigir reformas. Do mesmo modo que o regime político autoritário, que não comportava mais as aspirações de liberdade e participação da população, nem as demandas dos eslovacos que também aspiravam igualdade nacional.

As reformas de 1968, a chamada Primavera de Praga, representaram a tentativa checoslovaca de criar um “socialismo de rosto humano”, como dizia Alexander Dubcek, um eslovaco que se tornou o principal dirigente do PC Checoslovaco no poder. As refor-

mas checas, um pouco no rumo das que vinham sendo testadas na Hungria, pretendiam dar maior autonomia às empresas industriais e agrícolas, permitir o funcionamento de pequenas empresas particulares, diminuir a rigidez do planejamento central e retomar alguns mecanismos de mercado. No campo político, diminuiriam o papel do PC na administração, ampliariam a participação de outras forças políticas e estabeleceriam a liberdade de opinião e organização.

Tropas do Pacto de Varsóvia, comandadas pela União Soviética, invadiram a Checoslováquia a vinte de agosto de 1968, para impedir o prosseguimento dessas reformas e afastar do poder seus formuladores. Cerca de meio milhão de membros do PC foram expulsos ou afastados por seu apoio à Primavera de Praga, no processo chamado pelas novas autoridades de “normalização”. Mesmo assim algumas conquistas ficaram: em 1969 a Checoslováquia tornou-se uma federação binacional, com checos e eslovacos constituindo legislativos próprios e gozando formalmente de direitos iguais. E a Eslováquia foi ainda agraciada com a parte mais substancial dos investimentos do novo governo, para alcançar um novo ciclo de crescimento econômico.

Na década de setenta a economia checa abasteceu a população com alimentos básicos e outros artigos de consumo. Houve uma melhora considerável do poder aquisitivo e o padrão geral de vida se elevou, embora a repressão política também se acentuasse. Mas nos anos oitenta voltaram a manifestar-se com força os diversos problemas estruturais da economia altamente centralizada, aumentando os desequilíbrios entre os diferentes ramos econômicos.

Para manter seu padrão de vida relativamente alto, os checos criaram uma vasta e diversificada economia clandestina, que se chocava de frente com os dispositivos políticos do regime.

A solução dessa contradição está sendo tentada pelo governo resultante da “Revolução de Veludo” ocorrida no final de 1989. Os castelos não foram sequer abalados.

PLANÍCIES SEM FIM

Com pouco mais de 93 mil quilômetros quadrados, a Hungria é o 18º país europeu em extensão. Seus 10 milhões de habitantes são compostos por húngaros, alemães, eslovacos, eslavos meridionais e romenos. Outros 4 milhões de húngaros vivem nos países vizinhos, particularmente na Romênia. Vinte por cento da população está concentrada em Budapeste, e outros 40% estão concentrados em 125 cidades médias e pequenas.

Com mais da metade do seu território situado numa altitude média inferior a duzentos metros, a Hungria é um país essencialmente de planícies e terras baixas, envolvidas pelas cadeias montanhosas dos montes Cárpatos, Alpes e Alpes Dináricos dos países vizinhos. Suas poucas regiões acidentadas estão situadas na Transdanúbia e nas montanhas Bakony.

O Estado húngaro foi fundado depois que os magiares, exímios cavaleiros nomades, passaram a ocupar a grande planície, tornaram-se povo sedentário e instituíram paulatinamente a ordem feudal. Um dos príncipes feudais, Geza, esmagou uma rebelião dos clãs magiares, foi proclamado rei e converteu-se ao cristianismo por volta do ano 1000. Seu filho Estevam (canonizado pela Igreja como Santo Estevam) obrigou toda a população a converter-se ao catolicismo e consolidou o poder feudal. Esse processo foi, po-

rém, interrompido pela invasão dos tártaros (mongóis), no ano 1240, que devastaram todo o país.

Guerras internas e invasões foram enfrentadas pela Hungria até os tempos modernos. Os turcos otomanos em particular, assediaram a Hungria desde o início dos anos 1400, conseguindo finalmente dominá-la em 1526. A ocupação turca durou 150 anos, sendo então substituída, após prolongado e sangrento processo de luta, pelo Império Austríaco. O movimento jacobino húngaro e a Revolução de 1848 conduziram a um Compromisso Histórico com os dominadores austríacos, que desembocou na formação do Império Austro-Húngaro.

Participantes da Primeira Guerra Mundial ao lado dos alemães, os húngaros experimentaram em 1918 uma grande insurreição popular que pôs fim à monarquia e no curso do processo, instaurou uma República dos Conselhos, que durou quatro meses e foi esmagada sob o peso da intervenção estrangeira. De qualquer modo, o Tratado de Paz que se seguiu à guerra deu por findo o Império Austro-Húngaro e estabeleceu as novas fronteiras do país.

O governo Horthy, da aristocracia húngara, que se seguiu à frustrada tentativa de implantação de um regime popular, perdeu por 25 anos e atrelou a sorte da Hungria aos interesses da Alemanha de Hitler. Libertada pelas tropas soviéticas em abril de 1945, o país viu instalar-se um novo governo de tendência socialista que realizou a reforma agrária e iniciou o processo de reconstrução econômica e social.

A adoção de uma política autoritária de poder, combinada a um modelo econômico que pouco ou nada tinha a ver com a realidade húngara, se por um lado permitiu um crescimento razoável da indústria pesada e a melhoria das condições de alguns setores sociais, por outro introduziu um processo forçado de coletivização agrícola que causou transtornos ao abastecimento e ao nível de vida da população. O resultado desse conjunto de fatores foi a revolta de outubro de 1956, esmagada pelas tropas soviéticas.

A reorganização da vida econômica, social e política do país após os acontecimentos de 1956, tornou-se imperiosa e foi realizada de forma paulatina pelo novo governo dirigido por Janos Kadar. Embora mantendo o elo econômico centralizado, a Hungria experimentou então a introdução de diversas mudanças. As empresas estatais ganharam certa autonomia, foi dada permissão à existência de pequenas propriedades no comércio e nos serviços, formaram-se empresas mistas estatais-privadas e os agricultores ganharam o direito de possuir seu pequeno lote e criação individual além do trabalho na cooperativa ou granja estatal.

Em 1968 essas medidas experimentais constituíram um novo sistema de direção da economia, que combinava a existência de propriedades estatais e particulares e articulava o planejamento com o mercado. Ao mesmo tempo, embora mantendo o despotismo político, o governo Kadar permitiu um grau variado de liberdades políticas, distinguindo-se nesse sentido dos demais países do Leste Europeu.

Apesar disso tudo, a autonomia das empresas ainda permaneceu limitada e a absorção relativamente controlada de empréstimos externos colocou a Hungria ante dificuldades econômicas crescentes. Houve, no entanto, uma melhoria substancial no abastecimento de produtos de consumo.

Certos produtos húngaros sempre foram apreciados em todo o mundo. Suas robustas bicicletas, seus ônibus Ikarus, os equipamentos médicos Medicor, seus computadores e uma variada gama de confecções, muitas das quais fabricadas sob licença de conhecidas marcas ocidentais, garantiram à Hungria divisas importantes para seu desenvolvimento. Mas a partir do início da década de oitenta, com os problemas que afetaram a maioria dos países, essas exportações enfrentaram problemas e com elas toda a economia do país.

A crise ganhou proporções, o socialismo praticado perdeu apoio e entrou em decadência. Nas planícies sem fim da Hungria, somente as cooperativas parecem atestar que ele pode dar certo.

MOSAICO QUEBRADO

Embora sua história se perca no tempo, desde a época dos ilírios, há cerca de 5 mil anos, a Iugoslávia só existe como país multinacional a partir de 1918. Localizada nos Balcãs, a região foi ocupada sucessivamente por gregos, romanos, godos, hunos, vândalos, ávaros e pelos eslavos do sul, que acabaram por criar raízes e transformar-se na população predominante, embora com suas diferenças étnicas acentuadas.

Essas diferenças marcaram os reinos feudais que se constituíram na região, primeiramente na Croácia e na Sérvia, por volta dos anos mil de nossa era.

O reino croata surgiu da luta contra os venezianos, húngaros e turcos. Sob influência romana-católica e frente à constante ameaça do Império Otomano, que lhe arrancara a Bósnia, procurou na união dinástica com a Hungria, em 1302, uma forma de proteger-se de outras expansões. Já o reino sérvio, após a morte de seu fundador Miguel de Zeta, fracionou-se em diversos clãs, entre os quais Montenegro e Herzegovina. Mais tarde os clãs voltaram a unificar-se: o reino da Sérvia então se expandiu e absorveu vários estados feudais búlgaros, a Macedônia, o Épiro e a Albânia.

Os principais fatores da expansão sérvia foram sua unificação em torno de uma igreja nacional sérvio-ortodoxa e a transforma-

ção da organização tribal dos eslavos do sul em Estado feudal do tipo ocidental. Surgiu a classe dos nobres e os camponeses livres foram transformados em servos. As cidades obtiveram privilégios, e o Estado foi administrado pela nobreza. A igreja tornou-se a maior proprietária de terras do reino.

No final dos anos 1300 a dinastia sérvia voltou a fracionar-se e, assediada pelos turcos, não conseguiu evitar sua incorporação ao Império Otomano, em 1459. Os turcos dominaram os Balcãs por cerca de quinhentos anos, influenciando poderosamente na cultura, na religião e na organização econômica e política. Muitos eslavos, antes sob a influência romano-católica ou grego-ortodoxa, tornaram-se muçulmanos, particularmente na Bósnia e Herzegovina.

Em 1875, os Estados Balcânicos submetidos ao Império Otomano sublevaram-se, ao mesmo tempo que a Rússia iniciava sua guerra contra a Turquia, a pretexto de libertar os cristãos. Sérvia e Montenegro alcançaram a independência, mas a Macedônia continuou sob domínio turco e Bósnia e Herzegovina ficaram sob administração austríaca.

O Império Austro-Húngaro também procurou ampliar sua área de influência balcânica, antes restrita à Croácia, mas enfrentou a resistência dos turcos e dos sérvios. Estes tinham em vista, após sua independência, recriar a Grande Sérvia. A Rússia, que pretendia a abertura dos estreitos de Bósforo e Dardanelos à livre navegação para a passagem de seus navios de guerra, sentiu-se ameaçada pelas pretensões austríacas e apoiou os sérvios. Inglaterra, França e Alemanha, as grandes potências européias que comandavam as expansões territoriais e a busca de novos mercados, também interferiram de diferentes meios na crise balcânica. O mesmo fez a Itália, que tinha interesses na Croácia.

A Revolução dos Jovens Turcos, em 1908, que transformou o Império Otomano num estado constitucional, estimulou as ambições nacionalistas das regiões até então submetidas e abriu campo

para uma intervenção ainda maior das potências ocidentais. A Sérvia, apoiada pela diplomacia russa, uniu-se à Bulgária, Montenegro e Grécia, declarando guerra à Turquia. A Sérvia exigia o norte da Macedônia; Bulgária pretendia a Trácia e a costa do mar Egeu; Montenegro queria manter o que já possuía.

Essa primeira guerra balcânica criou uma situação internacional grave. A Itália opôs-se às pretensões sérvias de acesso ao Adriático, procurou anexar a Albânia e ocupou a região grega de Dodecaneso. A Áustria rechaçou todas as pretensões de expansão territorial de sérvios e italianos, aliando-se à Bulgária em suas pretensões de conquistar da Sérvia o norte da Macedônia. Rússia, Alemanha, França e Inglaterra continuaram interferindo e realizando alianças de acordo com seus próprios interesses. O resultado imediato foi a segunda guerra balcânica, entre Bulgária e Sérvia, em 1913. A Sérvia manteve o norte da Macedônia, mas continuou sem acesso ao Adriático em virtude da oposição da Áustria.

O mosaico balcânico continuou instável e tenso em virtude das pretensões nacionalistas e da política das grandes potências. Em julho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, foi assassinado por um jovem estudante bósnio, membro da organização “Unidade ou Morte”, em Sarajevo, capital da Bósnia e Herzegovina. Era o estopim que faltava para o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. O Império Austro-Húngaro tomou o fato como pretexto para declarar guerra à Sérvia e expandir-se nos Balcãs.

Na fase final da guerra, representantes da Sérvia, Croácia, Eslovênia e Montenegro assinaram uma declaração na qual mostravam sua disposição de formar um Estado único sob a coroa sérvia, Estado que passaria a chamar-se Iugoslávia e no qual todos os povos teriam igualdade de direitos. Pela primeira vez em sua história o mosaico balcânico poderia unificar-se.

Apesar disso, o período que se seguiu foi conturbado. A Itália ocupou a Istria e parte do território da Dalmácia, de acordo com

um tratado secreto que firmara com Inglaterra, França e Rússia. Diferentes distúrbios nacionais sacudiram o novo Estado em virtude da política hegemônica do reino sérvio. E, no início de 1941, o regente Paulo assinou um acordo secreto com Hitler, dando-lhe suporte em troca de Salônica, na parte grega da Macedônia. Sob pressão popular, o regente foi destituído e o pacto denunciado, o que levou as tropas alemãs, sem qualquer declaração formal de guerra, a bombardear Belgrado e ocupar o país.

Daí até o final da Segunda Guerra Mundial, as diversas nacionalidades da Iugoslávia desencadearam uma resistência guerrilheira de larga escala, dirigidas particularmente pelos *partisans* da Liga dos Comunistas. Os guerrilheiros realistas croatas, dirigidos pelo Coronel Caza Mihailovic, que inicialmente pareciam querer juntar suas forças aos comunistas para uma luta conjunta contra os alemães, na realidade apoiaram os alemães contra o Exército Popular de Libertação Nacional, comandado por Josip Broz Tito.

Os iugoslavos pagaram um alto preço na guerra de resistência: um milhão e setecentos mil mortos. Mas em 1945 as tropas guerrilheiras libertaram o país e proclamaram a república socialista federal, incluindo a Eslovênia, Croácia, Sérvia, Montenegro, Bósnia-Herzegovina e Macedônia como nações federadas. O mosaico tornou-se peça única, pelo menos na aparência. No período posterior, o novo governo empreendeu a socialização do país, nacionalizando a indústria, o comércio e os bancos, realizando a coletivização da agricultura e introduzindo a seguridade social.

Procedendo a um processo de repressão contra os chamados inimigos do socialismo nos mesmos moldes dos demais países que haviam ingressado no caminho socialista, a Iugoslávia não escondia suas pretensões de estabelecer uma grande federação balcânica, incluindo a Bulgária e a Albânia. Mas isto se chocava contra a idéia de centro dirigente exercido pela União Soviética.

Essas e outras divergências dos iuguslavos com a União Soviética e demais países do Leste Europeu conduziram ao rompimento entre eles e empurraram a Iugoslávia a realizar acordos comerciais com os países ocidentais e tentar novas experiências econômicas. A partir de 1950 foram implantados sistemas de autogestão nas empresas estatais, ao mesmo tempo que os planos obrigatórios de coletivização agrícola foram abandonados e se permitiu a criação de pequenas empresas industriais e comerciais.

Apesar das mudanças introduzidas na propriedade e gestão econômicas socialistas, a maioria das quais perdura até hoje, a gestão política continuou idêntica à dos demais países socialistas: estabeleceu-se a ditadura da Liga dos Comunistas, tendo Tito como maior figura, e as principais liberdades foram suprimidas a pretexto de impedir a restauração burguesa.

Mesmo assim, a Iugoslávia obteve um razoável desenvolvimento econômico, elevou o padrão de vida de sua população e teve participação ativa na criação do movimento dos países não-alinhados. Mas não conseguiu escapar da crise do socialismo e do perigo de ver seu mosaico multinacional partir-se.

A TRÁCIA DE ESPARTACO

A Bulgária situa-se nos Balcãs orientais, banhada pelo Mar Negro. Com cerca de 10 milhões de habitantes, seu território ocupa uma parte do que no passado antigo foi chamada de Trácia. Escavações arqueológicas recentes encontraram inúmeros sinais de vida dos trácios há sete mil anos atrás, quase tão antigos quanto chineses e egípcios.

As terras trácias, com o passar dos anos, foram sucessivamente ocupadas pelos gregos, macedônios e romanos. E seus habitantes constituíram fonte importante de escravos para as minas e propriedades romanas. Espartaco, que liderou uma grande insurreição escrava contra o Império Romano em 74 da era cristã e se transformou num símbolo da luta dos homens pela liberdade e dignidade, era trácio.

Do ano 300 em diante, eslavos do sul e proto-búlgaros, algumas das diversas tribos bárbaras que assediaram e destruíram o Império de Roma, foram se localizando nas antigas terras da Trácia, ao sul do Danúbio, até formarem seu primeiro Estado no ano 681. Pressionados pelo Império Romano do Oriente (Bizâncio/Constantinopla) e outros vizinhos, o Estado búlgaro adotou o cristianismo em meados dos anos 800, a fim de livrar-se dos ataques que tinham como pretexto o paganismo e o barbarismo dos eslavos.

Isso não livrou a Bulgária de distúrbios internos — sua nobreza era pródiga na ostentação de riquezas e na espoliação dos servos — nem de guerras contra os vizinhos. Em 1018 caiu sob a dominação bizantina, que durou 170 anos. E por volta dos anos 1500, depois de novas guerras internas e externas que o debilitaram, o Estado búlgaro caiu sob domínio otomano por cinco séculos. Só em 1878, após insurreições populares e a guerra russo-turca de 1887, o Principado da Bulgária reconquistou sua independência.

As disputas territoriais dos Balcãs envolveram a Bulgária nas duas guerras desencadeadas na região, em 1912 e 1913. E sua participação na Primeira Guerra Mundial, ao lado dos alemães, fez com que ela perdesse para a Grécia os territórios trácios da costa mediterrânea (mar Egeu).

No período entre as duas grandes guerras mundiais, a Bulgária continuou um país essencialmente agrário, embora algumas indústrias tenham se instalado em seu território. Os pequenos e médios proprietários rurais conseguiram ter uma forte representação política através do Partido Agrário, que conseguiu maioria parlamentar em 1919, assumiu o governo e empreendeu uma série de reformas econômicas e sociais (reforma agrária, monopólio estatal e cooperativo do comércio de cereais e desapropriação do solo urbano). As resistências e conspirações dos latifundiários, grandes comerciantes e antigos nobres conduziram a um golpe militar em 1923 e à instauração de um regime autoritário e despótico.

Em 1941, a Bulgária aderiu ao Pacto Tripartite (Alemanha, Itália e Japão) e logo após os exércitos alemães se trasladaram a seu território para atacar a Grécia e a Iugoslávia e cobrir seu flanco sudoeste, em vista de seu próximo ataque à URSS. Em setembro de 1944, o governo pró-alemão foi deposto, um pouco antes do país ser libertado pelas tropas do exército soviético. Um plebiscito aboliu a monarquia e estabeleceu um governo de democracia popular. A Bulgária era um dos países mais atrasados da Europa na

ocasião. O caminho socialista fez com que o país fosse eletrificado e passasse a produzir aço e uma série de outros produtos metalúrgicos. O setor de construção de máquinas foi implantado no país e a indústria química cresceu ao ponto de gerar mais de 10% da renda nacional. A agricultura, que antes da guerra era o setor predominante da economia, passou a gerar apenas 25% da renda nacional, cabendo à indústria 60%. Pela primeira vez em sua história o povo búlgaro recebeu uma série considerável de medidas de proteção social, em particular a garantia de emprego.

Entretanto, o modelo econômico centralizado copiado da União Soviética começou a esgotar-se já na década de sessenta. Suas indústrias siderúrgicas e metalúrgicas exigiam um gasto de materiais e matérias-primas superior as condições do país. O nível tecnológico e a organização da produção não foram desenvolvidos para aproveitar plenamente os pequenos recursos humanos disponíveis pela Bulgária. E o tipo cartorial de pleno emprego tornou-se um sério empecilho ao desenvolvimento tecnológico.

Esse esgotamento tornou-se particularmente agudo na década de setenta, com o constante declínio da economia, após consecutivos anos de crescimento. O sistema político despótico e autoritário abria poucas condições para o afloramento das demandas sociais e a realização de reformas, levando o país a um perigoso processo de estagnação. Somente em 1987, após o início das reformas soviéticas, é que o governo búlgaro decidiu introduzir mudanças na gestão econômica das empresas, permitir a constituição de propriedades mistas e privadas, aceitar a participação de capitais estrangeiros e estimular vários outros mecanismos de mercado.

A situação já havia, porém, se deteriorado e só uma mudança política de vulto poderia dar certa garantia de que as mudanças se realizariam.

LATINOS ENTRE ESLAVOS

Desde os tempos antigos, tribos trácias e dácias habitavam o baixo Danúbio, entre os Cárpatos meridionais e o Mar Negro. A partir do início da era cristã, porém, o Império Romano se estendeu para o oriente, dominando todos esses territórios e os povos que os habitavam. O posterior avanço dos chamados povos bárbaros (godos, visigodos, ostrogodos, hunos, ávaros e eslavos, entre outros), minou o Império e voltou a modificar o panorama populacional e cultural dessas regiões.

Os valáquios, uma das tribos eslavas do sul que se espalharam pelos Balcãs, foram paulatinamente se sedentarizando ao norte do Danúbio. E, ao contrário das outras tribos eslavas, assimilaram a língua latina e se tornaram uma espécie de enclave latino entre os eslavos da costa do Mar Negro.

A Valáquia tornou-se um território de passagem dos povos das estepes orientais em suas migrações e ações de guerra contra Bizâncio e os Balcãs. Por volta do ano 1000, conquistou territórios húngaros e fundou alguns principados, mas atacada pelos mongóis, passou a lhes render vassalagem. Em 1394 caiu sob domínio turco-otomano.

Em 1600, a Valáquia tentou rebelar-se contra o Império Otomano, unindo-se à Moldavia e à Transilvânia, mas a tentativa

foi esmagada. Somente em 1858 os príncipes da Moldávia e Valáquia conseguiram concretizar essa união, proclamando em 1861 o Estado da Romênia. Os bens da igreja foram nacionalizados, os camponeses foram libertados da servidão e implantadas diversas outras reformas que permitiram a construção de ferrovias, a adoção de novas formas de ensino e a exploração das fontes de petróleo.

Mas a independência só chegou em 1878, após o levantamento e guerras dos Estados balcânicos contra a Turquia. No período anterior à Primeira Guerra Mundial, a Romênia aderiu à Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Áustria, dirigida contra a França). Quando a guerra estalou, declarou sua neutralidade e, mais tarde, na base de um acordo para estabelecer sua soberania sobre a Transilvânia, Banato e Bukovina, a Romênia decidiu entrar na guerra contra a Áustria-Hungria. Com isso duplicou seu território e transformou-se num estado plurinacional.

O período entre as duas guerras mundiais foi marcado por uma política interna autoritária monárquica e externamente pela crescente influência alemã. Em 1941 a Romênia aderiu ao Pacto Tripartite (Alemanha, Itália e Japão) e enviou tropas para participar das operações da Alemanha na frente oriental. Em 1944, quando as tropas soviéticas já se encontravam na região balcânica, um golpe de Estado derrubou o governo pró-nazista, suspendeu a guerra contra a URSS e declarou guerra à Alemanha.

Nas eleições de 1946, a Frente Nacional Democrática, formada por comunistas e socialistas, obteve 89% dos votos, resultado não aceito pelos liberais. O novo governo realizou a reforma agrária e iniciou o processo de industrialização do país, concentrado na produção de aço, carvão, petróleo e na construção de máquinas e produtos químicos. Seguiu o padrão soviético, embora em 1962 haja abandonado a política de coletivização forçada da agricultura e ampliado seus laços comerciais com os países ocidentais.

Entretanto, foi incapaz de realizar reformas que descentralizassem a gestão econômica e estimulassem a produção de mais e melhores bens de consumo. A crítica ao modelo soviético, claramente definida a partir de 1956, tinha mais um sentido nacionalista do que propriamente de reforma e mudança geral do modelo. Foi na linha geral desse espírito que, em 1965, Nicolau Ceausescu assumiu o papel de chefe do Estado romeno, em substituição a Gheorghiu-Dej, fundador do PC e antigo primeiro-ministro.

No governo de Ceausescu agravaram-se os problemas estruturais do sistema econômico, em particular sob a ação de algumas decisões absurdas, como o completo pagamento da dívida externa romena em alguns poucos anos. As relações políticas deterioraram-se com o aprofundamento de um regime despótico unipessoal, em que o próprio partido comunista era tiranizado pelo chefe do governo e sua *gang* familiar. O resultado mais ou menos inevitável da situação criada teria que ser a insurreição que abalou o território de 237.500 quilômetros quadrados e seus 23 milhões de habitantes.

O PAÍS QUE FOI DOS SOVIETES

A União Soviética é o país de maior extensão territorial do mundo (mais de 22 milhões de quilômetros quadrados), com povos de diferentes etnias e línguas. Até a revolução socialista de 1917, esses diferentes povos eram dominados pela Rússia, um país eslavo situado na porção oriental da Europa.

Os eslavos compreendiam vários clãs familiares, reunidos em federações e tribos dotadas de organização militar, que habitavam a região pantanosa de Pripet e aos poucos foram migrando para as terras ocidentais e para a bacia do Danúbio. Essas migrações acentuaram as divisões tribais: os eslavos ocidentais (polacos, pomerânios, sorábios, checos e eslovacos) assentaram-se nos vales da Vístula, Oder, Elba e Alto Danúbio; os eslavos meridionais (eslovenos, croatas, sérvios e búlgaros) dirigiram-se aos Balcãs; e os eslavos orientais (russos brancos, ucranianos e grão-russos) continuaram nas regiões de origem.

Dedicados à agricultura, pecuária e artesanato, os eslavos orientais com o tempo converteram seus centros comerciais em centros urbanos. O reino russo surgiu, porém, em consequência das guerras que travaram entre si as tribos eslavas orientais e os fineses. A intervenção dos varegos (suecos) levou-os a dominar os territórios setentrionais e fundar o principado de Novgorod. Partindo daí, os

suecos alcançaram Kiev, formando outro principado, e rumaram para Constantinopla (Bizâncio), que tentaram tomar de assalto. O fracasso dessas tentativas abriu os varegos à influência cristã e os levou a unificar os principados de Novgorod e Kiev num novo reino.

Entre o ano 1000 e o ano 1200, os eslavos conseguiram livrar-se da influência varega e criar um Estado unitário Russo. Kiev, além de centro religioso autônomo em relação a Bizâncio, transformou-se na capital intelectual da monarquia russa. Logo depois, no entanto, a Rússia se desmembrou em numerosos principados, entrando num declínio político, econômico e cultural. Mas manteve o processo de colonização do vale do Volga, onde se formou um reino de aldeias sob um sistema de governo absolutista. Ao mesmo tempo, prosseguiu a paulatina fundação de cidades como Moscou, Tula e outras.

Entre 1223 e 1245 os mongóis invadiram o território russo e estabeleceram o seu domínio, colocando a igreja a seu serviço através de uma política que liberou os sacerdotes de pagar impostos e evitou o confisco dos bens eclesiásticos. A servidão foi incrementada, houve um rebaixamento da posição social da mulher e as relações com o Ocidente foram interrompidas. A Rússia passou um longo período isolada e dividida. Enquanto os grão-russos se encontravam sob o domínio mongol, os ucranianos caíram sob a soberania polaca e os russos brancos sob a lituana.

Em meio a essa situação, o principado de Moscou conseguiu estabelecer um acordo com os mongóis e realizar uma política expansionista que o levou a firmar sua supremacia sobre os demais. Em 1380 obteve a primeira grande vitória contra os mongóis, proclamando-se paladino do cristianismo e formando uma igreja própria (Ortodoxa Russa) em oposição à união das igrejas grega e romana, conforme a decisão do concílio de Florença.

Na segunda metade dos anos 1400, o príncipe moscovita Ivan III proclamou-se tzar (uma corruptela do César romano) de todas

as Rússias, transformando o principado de Moscou num estado unitário, sob um regime autocrático, estendendo progressivamente seu domínio sobre os outros principados. Os cem anos seguintes foram de tentativa constante de ampliar os limites do Estado russo, empresa particularmente perseguida por Ivan IV (o Terrível), durante os cinquenta anos em que foi o tzar das Rússias. A Sibéria foi colonizada, assim como os vales dos rios Volga e Don. Ivan iniciou ainda o comércio com a Inglaterra e os Países Baixos através do Mar Branco, ao norte, e tentou dominar a Livônia (Letônia).

Depois da morte de Ivan IV, em 1584, seguiu-se um período de lutas sucessórias. Em 1603, a Assembléia Imperial elegeu para tzar um boiardo (comerciante latifundiário) da família Romanov (Miguel III), dando início à dinastia que governou a Rússia até 1917. A dinastia Romanov colocou um fim aos distúrbios e empreendeu esforços ainda mais vigorosos para estender os domínios russos. A Sibéria foi totalmente ocupada a partir das fortalezas construídas para garantir as vias de comunicação (*ostrogs*) e os russos chegaram ao estreito de Bhering e ao Alasca. Na Sibéria sul-oriental, os cossacos russos forçaram as fronteiras do Império Manchu (China).

Com a ascensão de Pedro I, em 1689, a Rússia entrou no período moderno. Utilizando seus poderes despóticos, o tzar procurou europeizar o Império, esmagando sem piedade todas as resistências a seu intento. Suas reformas criaram novos impostos e aumentaram o número de contribuintes com o fim de dotar o Estado de uma frota e um exército que lhe permitissem desenvolver uma política internacional eficaz. As cidades ganharam autonomia para praticarem atividades comerciais, criando-se monopólios estatais sobre as manufaturas de tapetes e tecidos e sobre os bosques e minas dos Urais.

A partir desse período a Rússia transformou-se numa potência européia que vai interferir cada vez mais nas disputas territoriais.

Sucederam-se guerras contra os suecos, ao norte, e os turcos, ao sul, para a conquista de novas terras e acessos ao mar. Formou-se uma estrutura palaciana que absorvia metade das receitas do Estado. A aristocracia russa tornou-se uma das mais ricas da Europa. Essa situação causou sublevações camponesas e de outros povos da Rússia em vários momentos, a mais famosa das quais foi a de Pugachev, em 1773, no reinado de Catarina, a Grande.

A Rússia czarista foi uma das principais promotoras de todo o processo de restauração monárquica que se seguiu à Revolução Francesa de 1789, resistindo ao máximo à expansão da nova ordem capitalista. Apesar disso, e por razões estratégicas, viu-se obrigada a realizar sua industrialização e ampliação da rede ferroviária, além de reorganizar seu sistema financeiro. Desenvolveu a indústria pesada em ritmo acelerado, através de investimentos estrangeiros (particularmente franceses) e da liberação dos servos (em 1861), e procurou compensar o pequeno poder aquisitivo da população e as dívidas estatais por meio da exportação de cereais, apesar da penúria interna. Assim, na entrada do século XX, a Rússia era também uma potência militar imperialista que continuava se expandindo particularmente para os Balcãs e para a Ásia (Turquestão, Pérsia, Afeganistão, Mongólia e China).

A Rússia apresentava desequilíbrios graves em sua estrutura econômica, social e política, desequilíbrios que se agravaram irremediavelmente no decorrer da Primeira Guerra Mundial. A industrialização selvagem, a fome de terra e a miséria dos camponeses já vinham criando um incessante fermento revolucionário desde o final do século passado. A revolução russa de 1905 foi o primeiro ensaio da tempestade que estava se armando.

O agravamento dessas condições com os fracassos militares, a escassez de víveres para a população e para os soldados nas frentes de batalha — em contraste com a opulência e a riqueza dos nobres — acabaram culminando numa série de distúrbios e levan-

tes e na derrubada da monarquia em fevereiro de 1917. Os soviets (conselhos) de operários, soldados e camponeses, surgidos do fermento revolucionário, jogaram papel decisivo na queda dos Romanov.

Entretanto, o governo provisório formado na onda da Revolução de Fevereiro agravou a situação geral da Rússia, conduzindo-a a uma nova confrontação entre os nobres, latifundiários e capitalistas, de um lado, e os operários, soldados e camponeses, de outro. Estes, além da paz, queriam reforma agrária, nacionalização dos bancos e uma série de reformas econômicas, sociais e políticas de cunho radical.

Em outubro de 1917, em vista do empenho do governo provisório em continuar a guerra, impedir a distribuição das terras e adiar as eleições para a Assembléia Constituinte, o Segundo Congresso Pan-russo dos Sovietes depôs o governo e constituiu um Conselho de Comissários do Povo como órgão governamental, promulgando decretos sobre a cessação das hostilidades e sobre a expropriação de 150 milhões de hectares de terras (sem indenização) pertencentes aos grandes latifundiários.

Logo depois foi promulgado o direito à livre determinação de todos os povos da Rússia e convocadas as eleições para a Assembléia Constituinte. A partir da primavera de 1918, porém, remanescentes das forças armadas czaristas dirigidas por generais monarquistas (Kolchak, Denikin, Krasnov, Wrangel, Yudenich e Miller), articularam-se para restaurar o antigo regime. Tropas inglesas, francesas, japonesas, checoslovacas e de outras dez potências, a pretexto de garantir o pagamento das dívidas contraídas pelos governos czaristas, intervieram na guerra civil a favor das tropas monárquicas (conhecidas como *brancos*).

A guerra civil deteriorou ainda mais a situação interna, mesmo após a derrota dos exércitos brancos e estrangeiros. Distúrbios e levantes (entre os quais os dos marinheiros da fortaleza de Kron-

tadt) eram a manifestação mais evidente da crise econômica e dos problemas causados pela queda da produção agrícola e industrial e pela escassez no abastecimento. Isso obrigou o novo governo, dirigido por Lênin, a adotar a Nova Política Econômica, na qual foram permitidas formas econômicas capitalistas, estabelecido um imposto em espécie para os camponeses, liberada a política salarial e autorizadas a criação de empresas privadas e as inversões estrangeiras. A grande indústria, a construção e o comércio exterior continuaram em mãos do Estado.

Em 1922, no X Congresso Panrusso dos Sovietes, foi fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, composta inicialmente pelas repúblicas soviéticas da Rússia, Transcaucásia, Ucrânia e Rússia Branca. Mais tarde aderiram as repúblicas do Usbesquistão, Turkmenistão (1924) e Tadziskistão (1929).

Entre 1925 e 1928 ocorreu uma intensa disputa interna sobre os rumos da União Soviética. A oposição entre as propostas de construir o socialismo num só país ou incrementar uma revolução permanente nos demais países englobava os problemas relacionados com a industrialização, a coletivização agrícola, a centralização da economia e da política e os métodos de luta contra os inimigos capitalistas e seus representantes. Toda essa disputa assumiu caráter antagonico, com a destituição e posterior perseguição aos perdedores, incluindo a eliminação física por meio de processos de traição, a maioria dos quais forjados.

A partir de 1928, decidida a luta interna a favor de Joséf Stálin, secretário-geral do Partido Comunista desde 1922, a União Soviética entrou num processo acelerado de industrialização, com prioridade ao desenvolvimento da indústria pesada, exploração de novas minas de ferro e carvão nos Urais, Sibéria e bacia do Dnieper e de fontes de petróleo. Houve um processo generalizado de construção de usinas hidrelétricas e eletrificação de todo o país. Em 1940 a produção de aço havia crescido 450% e a de energia elétri-

ca em 800%, em relação a 1928. A produção de bens de consumo foi limitada ao mínimo em função dos investimentos na indústria pesada.

A coletivização da agricultura também se realizou de forma acelerada, tanto para elevar a produção de cereais, leite e carne, quanto para liberar a mão-de-obra necessária ao processo de industrialização. A coletivização afetou três quintos das explorações agrícolas por meio de formação dos colcôses (cooperativas agrícolas, cujos membros são proprietários da produção, mas não da terra, que pertence ao Estado), sovcôses (granjas ou fazendas estatais) e estações de máquinas e tratores (as máquinas agrícolas pertenciam ao Estado, trabalhando nos colcôses e sovcôses de acordo com o pagamento pelo serviço). A mecanização e a pressão do Estado foram os principais instrumentos para fazer com que 96% das explorações agrícolas estivessem coletivizadas já em 1936.

Através desse processo, todo ele planejado de forma centralizada e com metas estabelecidas pelos planos quinquenais, e tendo como suporte um intenso processo de educação que eliminou o analfabetismo e formou técnicos, engenheiros e cientistas de maneira crescente (em 1913 existiam 71 universidades; em 1939 esse número havia saltado para 448), a União Soviética alcançou altas taxas de crescimento econômico e transformou-se numa grande potência industrial e agrícola.

Ao mesmo tempo, todo esse processo ocorreu paralelamente a eliminação do papel dos soviets e a implantação de uma ditadura autocrática, na qual a burocracia partidário-estatal (deixam de existir linhas divisórias entre as funções do partido dirigente e do Estado, este assumindo o papel principal, apesar das aparências em contrário), passou cada vez mais a determinar todos os aspectos da vida do país, tendo Stalin como o voto decisivo. Sob a pressão do cerco das nações capitalistas e das resistências e sabotagens internas de remanescentes das classes extintas pelo processo revo-

lucionário, a burocracia adotou a política de tomar como inimigo qualquer crítico e qualquer opositor. Isso a levou a eliminar do partido e do exército um número muito grande de antigos dirigentes revolucionários.

A ascensão do fascismo e do nazismo e a perspectiva de uma nova guerra, tendo como alvo principal a União Soviética, aguçou essa política que culminou numa série de grandes processos, realizados entre 1936 e 1938, e no fuzilamento de vários antigos dirigentes (Zinoviev, Kamenev, Tómski, Bukarin, Tukachevski, entre outros).

A guerra de resistência contra a invasão alemã — 1941 a 1945 — causou imensas perdas humanas e materiais à União Soviética. O esforço bélico acentuou o caráter pessoal e autocrático do governo Stálin, apesar da anistia política decretada com vistas a uma unidade na chamada guerra patriótica. Esse caráter continuou no período posterior de reconstrução do país. Manteve-se o controle centralizado e planejado da economia, embora a reconstrução tenha se completado no início da década de cinquenta. A indústria bélica e a indústria espacial, estimuladas pela guerra-fria, ganharam grande incremento e prioridade, enquanto a produção de bens de consumo continuou restrita e o crescimento da agricultura começou a apresentar problemas sérios.

O país que foi dos soviets, embora vendo agravar-se os problemas da estrutura econômica, social e política construída nos anos anteriores, não foi capaz de introduzir as reformas necessárias. As tentativas nesse sentido foram tímidas e desarticuladas. A deterioração chegou a um ponto crítico e a *perestroika* de Gorbachev talvez seja um remédio tardio demais.

AS MONTANHAS DE SKANDERBEU

Ao contrário dos demais países balcânicos, a Albânia, como a Grécia, conservou os principais traços do povo que lhe deu origem. Situada na costa sul do Mar Adriático, a região montanhosa onde hoje se situa a Albânia foi ocupada, desde mais de mil anos antes de Cristo, por tribos ilírias, que se destacavam pelo uso do cavalo e de armas de ferro. Essas tribos, procedentes da região do Danúbio, ocuparam todo o litoral do Adriático, tanto nos Balcãs quanto na península itálica.

A expansão dos etruscos pela península itálica forçou os ilírios a confinar-se no Adriático oriental. No início da era cristã, Roma estabeleceu postos nesse litoral e paulatinamente toda a costa foi ocupada. A dominação romana e, depois, a bizantina, se estenderam até os anos 1400, quando os turcos invadiram os Balcãs e colocaram todos os seus povos sob a dominação otomana.

Em 1443, um príncipe feudal do norte da Albânia— Jorge Castriotis, conhecido como Skanderbeu — unificou os outros príncipes feudais albaneses e, aproveitando-se das condições favoráveis de suas montanhas, liderou por 25 anos a resistência à dominação turca. Esta vai durar, porém, como nas demais regiões, cerca de quinhentos anos, deixando traços culturais profundos na população, em particular o islamismo. Somente em 1913, após as

guerras balcânicas, a Albânia se transformou num principado autônomo.

Durante a década de vinte deste século sucederam-se as lutas internas pelo poder, até ser estabelecido o reinado de Zogti, em 1928, com a Albânia passando à esfera de influência da Itália. Apesar disso, as aspirações italianas de expansão territorial, materializadas na política fascista de Mussolini, levaram-na a ocupar a Albânia em 1939. A resistência albanesa obrigou a intervenção de tropas alemãs e o país só se libertou em 1944, praticamente sem auxílio direto de qualquer outra força militar.

A Frente Patriótica, dirigida pelo Partido Comunista (depois Partido do Trabalho) assumiu o governo em 1945, estabelecendo um regime de democracia popular. Realização da reforma agrária, depois seguida de um processo de coletivização, nacionalização da indústria e do comércio, economia altamente centralizada, as mesmas características do modelo soviético de industrialização foram adotadas na nova Albânia.

Sua pequena extensão territorial e sua pequena população (um milhão e duzentos mil habitantes em 1950), além da inexistência de qualquer base industrial anterior, inibiram porém, um projeto de industrialização superdimensionado. Os investimentos nos setores da indústria pesada foram relativamente adequados às condições de recursos minerais e humanos do país.

Ao contrário de outros países socialistas da Europa, a Albânia manteve grande parte de sua população ativa na agricultura: 50,5% do total. Na indústria, construção e outras atividades urbanas, a porcentagem de trabalhadores subiu somente para mais de 30%. De qualquer modo, a indústria leve foi negligenciada, assim como os transportes de passageiros e outros serviços necessários à população.

Como nos demais países socialistas, vigorou um regime político autoritário, sem direito à oposição e mesmo à religião. Esta foi completamente proibida sob pretexto de que os sacerdotes haviam

tradicionalmente servido aos dominadores estrangeiros e aos latifundiários. As disputas internas no partido dirigente descambaram sempre para a eliminação física da ala perdedora, seguindo o exemplo característico do stalinismo na União Soviética.

Apesar disso, a Albânia entrou no fluxo geral das mudanças econômicas e políticas que transformaram o socialismo europeu.

SOBRE O AUTOR

Wladimir Pomar nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Desde os cinco anos, conheceu a vida da clandestinidade, pela perseguição que a polícia do Estado Novo de Vargas movia às atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual seu pai era membro.

Começou a trabalhar aos doze anos, como aprendiz de linotipista, ao mesmo tempo que fazia o ginásio. Depois trabalhou como repórter e redator nos jornais *Tribuna Popular* e *Classe Operária*. Foi colaborador do jornal *Movimento*, diretor do *Correio Agropecuário*, além de repórter e diretor editorial de *Brasil Extra*.

Adquiriu formação técnica e trabalhou como técnico de planejamento e manutenção de máquinas pesadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) e Conselheiro Lafaiete (MG). Foi engenheiro de serviços da General Electric, no setor de locomotivas, tendo trabalhado junto às estradas de ferro Leopoldina (RJ) e Leste-Brasileira (BA). Também trabalhou como engenheiro de manutenção da Cerâmica do Cariri.

Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, Wladimir Pomar atuou inicialmente no movimento estudan-

til secundarista. Em 1951, estudou ajustagem mecânica no Senai, trabalhou na Arno e participou no movimento sindical metalúrgico.

Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe militar. Solto no final deste ano, devido a *habeas corpus*, foi julgado e condenado à revelia.

Depois de 1964, colaborou com a imprensa partidária e desenvolveu suas atividades políticas principalmente no interior de Goiás e do Ceará, aqui entre os sindicatos de trabalhadores rurais.

Viveu na clandestinamente até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três dirigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai.

Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Pouco depois, desligou-se da direção do PCdoB e ingressou no Partido dos Trabalhadores.

Entre 1984 e 1990, integrou a executiva nacional do PT, onde foi responsável pela secretaria nacional de formação política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. Durante as eleições presidenciais de 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula.

Wladimir Pomar é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp); *China: desfazendo mitos* (Editora Página 13 & Editora Publisher).

É autor, também, de uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do sé-

culo XX: *Rasgando a cortina* (Brasil Urgente), *Miragem do mercado* (Brasil Urgente) e *A ilusão dos inocentes* (Scritta).

Outra vertente de suas obras aborda a história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Brasil Debates) e de *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (Xamã); *Quase lá, Lula e o susto das elites* (Brasil Urgente) e *Um mundo a ganhar* (Viramundo); *O Brasil em 1990* e *Era Vargas: a modernização conservadora* (Ática).

Nos últimos trinta anos, publicou e deu entrevistas para diversos jornais e revistas, colaborando regularmente com o *Correio da Cidadania* e com a revista *Teoria e Debate*.

Grande parte de seus textos ainda não foi organizado para consultas, nem publicado em formato de livro. É o caso do romance inédito *O nome da vida*. No prelo, uma coletânea de seus textos políticos. Nos planos de médio prazo, um estudo sobre a dialética marxista.

Casado com Rachel, é pai de três filhos, avô de 11 netos e 2 bisnetos.

Livros de Wladimir Pomar

Araguaia, o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

O enigma chinês: capitalismo ou socialismo. São Paulo: Alfa-ômega, 1987.

Rasgando a cortina. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

A miragem do mercado. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

A ilusão dos inocentes. São Paulo: Scritta, 1994.

O Brasil em 1990. São Paulo: Editora Ática, 1996.

China, o dragão do século XXI. São Paulo: Editora Ática, 1996.

Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.

Pedro Pomar: uma vida em vermelho. São Paulo: Xamã, 2003.
Era Vargas: a modernização conservadora. São Paulo: Editora Ática, 2004.

A revolução chinesa. São Paulo: Unesp, 2004.

Pedro Pomar: um comunista militante. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

China: desfazendo mitos. São Paulo: Publisher e Editora Página 13, 2009.

Quase lá, Lula o susto das elites. São Paulo: Editora Página 13, 2009.

Os latifundiários. São Paulo: Editora Página 13, 2009.